



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ANTÔNIO FÁBIO MACEDO DE SOUSA

**“UM LUGAR MUITO DE BRANCO”: PERFORMANCES DE CLASSE E RAÇA NA
PRAÇA DAS FLORES EM FORTALEZA**

FORTALEZA

2021

ANTÔNIO FÁBIO MACEDO DE SOUSA

“UM LUGAR MUITO DE BRANCO”: PERFORMANCES DE CLASSE E RAÇA NA
PRAÇA DAS FLORES EM FORTALEZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de concentração: Cidade, Movimentos Sociais e Práticas Culturais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Geísa Mattos Araújo Lima

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S696u Sousa, Antônio Fábio Macedo de.

“Um lugar muito de branco” : performances de classe e raça na Praça das Flores em Fortaleza /
Antônio Fábio Macedo de Sousa. – 2021.
152f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de
Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2021.

Orientação: Profa. Dra. Geísa Mattos de Araújo Lima .

1. Cidade. 2. Espaços Públicos. 3. Branquitude. 4. Privilégios. 5. Fortaleza. I. Título.

CDD 301

ANTÔNIO FÁBIO MACEDO DE SOUSA

“UM LUGAR MUITO DE BRANCO”: PERFORMANCES DE CLASSE E RAÇA NA
PRAÇA DAS FLORES EM FORTALEZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de concentração: Cidade, Movimentos Sociais e Práticas Culturais.

Aprovada em: 16/04/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Geísa Mattos Araújo Lima (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Ana Yolanda Ramos-Zayas
Yale University (YALE)

Prof.^a Dra. Irllys Alencar Firmo Barreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Preciliana Barreto de Moraes
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Ceará e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma Universidade (PPGS/UFC). Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de pesquisa, que foi igualmente importante para garantir as condições necessárias de realização desse trabalho de pesquisa. À minha orientadora Dra. Geísa Mattos que me acolheu no PPGS/UFC. Sua parceria e confiança foram, desde o início, fundamentais para trilhar os bons caminhos da pesquisa. Às professoras que participaram da qualificação da pesquisa e da banca de defesa Dra. Ana Ramos-Zayas, Dra. Irllys Barreira e Dra. Preciliana Moraes pelas contribuições e trocas que me permitiram aprimorar e avançar o escopo de questões teóricas e metodológicas que envolvem a construção desta dissertação sobre espaços de privilégios de raça e classe na cidade. Aos generosos professores do PPGS/UFC Dra. Glória Diógenes e Dr. Leonardo Sá com os quais tive excelentes cursos, aulas e seminários sobre formas de engajamento do pesquisador nas artesanias da escrita, no uso criativo das teorias sociais e em experiências de pesquisa de campo. Deixo público meu agradecimento especial à minha mãe Maria Lúcia de Macedo e aos meus tios Josenilson e Elisangela, assim como, aos meus primos Wesley, Vitor e Raquel por estarem ao meu lado durante esse tempo que tenho me dedicado no trabalho com a pesquisa. Assim como, aos queridos amigos Raimundo Moraes, Fabiana Moreno, Luiza Rosendo, Odaisa Castro, Aparecida Higino e aos meus colegas de departamento Clara Soares, Micael Pontes, Plácido Portela, Hércules Lima, Calilo Fati e Fernanda Bravo. Também gostaria de registrar um agradecimento aos meus interlocutores que foram fundamentais na composição da experiência do trabalho de campo. Por fim, obrigado a todos aqueles e aquelas que me educaram e me educam.

“[...] a branquitude se espalha por todo o lugar na forma de uma camada fina e permeável, esperando as oportunidades em que irrompe à superfície. Em meio a visível celebração da negritude e da mestiçagem, a branquitude espreita simultaneamente em cada recanto da sociedade e da cultura brasileira.” (PINHO, 2009, p. 45, tradução nossa).

RESUMO

Abordamos nesta pesquisa o comportamento da classe média e alta em um dos principais espaços públicos da cidade de Fortaleza, a Praça das Flores no bairro Aldeota. Observamos seus modos de apropriação deste território com foco nas performances de classe e raça que são incorporadas pelos frequentadores desse espaço. Nos concentramos na análise dos significados simbólicos associados a um conjunto de representações e práticas que estruturam formas de consumo da praça, sobretudo, após a mesma ter se tornado, desde 2016, objeto de investimentos privados do capital imobiliário. Em termos metodológicos, tomamos por base a observação participante realizada entre julho de 2020 e janeiro de 2021, conduzida por meio da prática de esporte com grupos na praça e seus arredores; entrevistas com frequentadores, e pesquisa de conteúdos veiculados em *sites* de redes sociais *online*, buscando compreender o modo como esse espaço urbano é retratado em perfis de indivíduos no *Instagram*, em matérias de propaganda do governo e de empresas privadas que investem na região. Fundamentamos nossa análise especialmente nos aportes teóricos da sociologia bourdieusiana articulada ao campo de estudos críticos da branquitude para pensar a incorporação de determinados *habitus* de classe também em uma perspectiva racializada. Ao longo da pesquisa identificamos que os investimentos realizados na Praça das Flores e no seu entorno, não chegam em igual medida em bairros da periferia, e refletem relações de poder que reforçam barreiras de desigualdades socioeconômicas e raciais nos espaços públicos da cidade. Ao analisar as principais práticas de consumo da praça e as entrevistas com os praticantes, percebemos que as elites e classe média branca se apropriam desse território de modo racializado como capital simbólico através de diferentes performances de incorporação da “branquitude” reafirmando de maneira sutil a manutenção de seus espaços de privilégios na cidade.

Palavras-chave: cidade; espaços públicos; branquitude; Fortaleza; privilégios.

ABSTRACT

In this research, we approached the behavior of the middle and upper classes in one of the main public spaces in the city of Fortaleza, Praça das Flores in the Aldeota neighborhood. We observe their ways of appropriating this territory with a focus on performances of class and race that are incorporated by those who frequent this space. We focus on the analysis of symbolic meanings associated with a set of representations and practices that structure forms of consumption in the square, especially after it has become, since 2016, the object of private investments by real estate capital. In methodological terms, we took as a basis the participant observation carried out between July 2020 and January 2021, conducted through the practice of sports with groups in the square and its surroundings; interviews with regulars, and research of content posted on online social networking sites, seeking to understand how this urban space is portrayed in the profiles of individuals on Instagram, in publicity articles from the government and private companies that invest in the region. We base our analysis especially on the theoretical contributions of Bourdieusian sociology articulated to the field of critical studies of whiteness to think about the incorporation of certain class *habitus* also in a racialized perspective. Throughout the research, we identified that the investments made in Praça das Flores and its surroundings, do not reach in equal measure in the periphery neighborhoods, and reflect power relations that reinforce barriers of socioeconomic and racial inequalities in the city's public spaces. By analyzing the main consumption practices in the square and the interviews with practitioners, we realized that the elites and the white middle class appropriated this territory in a racialized way as symbolic capital through different performances of incorporation of “whiteness”, subtly reaffirming the maintenance of their privilege spaces in the city.

Keywords: city; public spaces; whiteness; Fortaleza; privileges.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Cena de inauguração da Praça Dr. Carlos Alberto Studart Gomes. Por trás da estátua do médico que dá o novo nome à Praça, encontram-se o Governador Camilo Santana, o Prefeito de Fortaleza Roberto Cláudio e o empresário Beto Studart, da esquerda para direita, respectivamente. A criança branca sorridente, sentada ao lado da estátua que homenageia o pai do empresário Beto Studart, oferece o vislumbre do projeto urbanístico de um espaço destinado ao lazer das famílias ricas que ali residem 16
- Figura 2 – Cena típico-ideal de uso da praça onde duas senhoras brancas praticantes de ciclismo, equipadas com seus capacetes são vistas em primeiro plano, e atrás, famílias se divertem com crianças. Uma babá negra, fardada de branco, pode ser vista ao fundo, segurando a mão de uma criança 17
- Figura 3 – Cena típico-ideal de usos da praça: crianças no playground, senhoras elegantemente vestidas no banco da praça, praticantes de cooper, jovens e adultos em suas bicicletas..... 17
- Figura 4 – Foto oficial de propaganda da prefeitura sobre a inauguração da Praça do Conjunto Palmeiras requalificada, com playground construído em madeira. Valor total da reforma: R\$ 66 mil..... 25
- Figura 5 – Praça das Flores requalificada na Aldeota, com uso de material plástico que oferece muito mais segurança às crianças. Valor total da reforma: R\$ 4 milhões..... 25
- Figura 6 – Matéria do Jornal da Construção..... 28
- Figura 7 – Foto das organizadoras do movimento "Fortaleza Apavorada" em junho de 2013..... 43
- Figura 8 – Foto do local do desabamento do edifício Residencial Andrea no Dionísio Torres..... 45
- Figura 9 – Registro do momento de homenagem e oração pelas vítimas do desabamento do edifício Andrea..... 46
- Figura 10 – Cena dos moradores da Aldeota rezando e fazendo orações pelas vítimas em frente ao local do desabamento..... 47

Figura 11 – Foto do Hospital do Exército na década de 1947. Nota-se que a região da Avenida Desembargador Moreira era um verdadeiro descampado.....	51
Figura 12 – Na frente do hospital o terreno onde hoje é a Praça das Flores.....	51
Figura 13 – Edição do Jornal Gazeta de Notícias de 1962.....	52
Figura 14 – Planta de Situação: Praça das Flores.....	55
Figura 15 – Foto postada no perfil de uma mulher de classe média, com idade aproximada de 50 anos, no Instagram. Na legenda da foto, ela expõe sentimentos de fruição do espaço, onde “caminha devagarinho”, contemplativa, em uma narrativa na qual a imagem da Santa é hiperbólica dos adjetivos usados para descrever a atmosfera local “repleta de muita paz, luz e tranquilidade”. A valorização das flores, compradas na praça, entra em um contexto de significados no qual a narradora se atribui um certo “saber viver” associado à natureza.....	59
Figura 16 – Outro registro onde se apresenta uma admiração pelas “belezas” que são possíveis adquirir na praça. Registra também como a feira de flores é usada pela classe média como cenário que serve tanto ao marketing da própria praça quanto ao marketing da jovem que aparece associada às flores e à natureza no Instagram e que ganha comentários reforçadores.....	60
Figura 17 – Nesta imagem e texto, a jovem mãe “vende” uma imagem de “vida perfeita” como vida próxima da natureza. O marketing da praça se confunde com o marketing da própria mãe e de seu filho no Instagram.....	60
Figura 18 – Nesta postagem o jovem valoriza o consumo de produtos orgânicos vendidos na praça. Vendida como forma de vida saudável e feliz, colocada na narrativa dele como imperativo para ter saúde em letras maiúsculas, os produtos orgânicos, no entanto, têm alto custo, e são acessíveis somente à classe média.....	61
Figura 19 – Blog Fortaleza Nobre, fonte de informação utilizada na pesquisa online.....	62
Figura 20 – Reportagens do site "Somos Vós" anunciando a festa de inauguração da Praça das Flores em maio de 2016. Notar o uso do termo “revitalizada”, que como apontado por estudiosos de processos de gentrificação e	

enobrecimento é recorrente como forma de legitimar os usos de espaços públicos destinados às elites.....	63
Figura 21 – O site "Somos Vós" apresenta um guia sobre o cultivo e o cuidado de plantas a partir de uma reportagem na Praça das Flores.....	63
Figura 22 – Arquitetura das residências da Aldeota nas décadas de 1940 e 1950.....	73
Figura 23 – Mansão na Avenida Santos Dumont na Aldeota de 1950.....	74
Figura 24 – Residência da Aldeota no início da década de 1950.....	75
Figura 25 – À esquerda, a localização do bairro da Aldeota em Fortaleza e, à direita, da Praça das Flores no bairro da Aldeota.....	79
Figura 26 – Distribuição de conjuntos habitacionais de interesse social na RMF.....	83
Figura 27 – Mapa que apresenta o processo de favelização de Fortaleza e Região Metropolitana.....	84
Figura 28 – Bairros que concentram a verticalização em Fortaleza.....	91
Figura 29 – Prédio BS Design na Avenida Desembargador Moreira.....	95
Figura 30 – Vista das Torres do BS Design, no primeiro plano Hospital do Exército (à esquerda) e Praça das Flores (à esquerda).....	95
Figura 31 – Foto publicitária do BS Flower anunciando a Praça das Flores como um parque recreativo a céu aberto.....	99
Figura 32 – Foto publicitária principal do BS Flower reificando o espaço como lugar residencial de famílias brancas de classe alta. Notar a jovialidade do casal loiro, com filha igualmente loira, escolhidos para representar este modelo de "família ideal", vestida de modo despojado, como convém ao "novo conceito de moradia" para as elites, associado ao espaço verde da praça que sugere "vida natural e feliz".....	101
Figura 33 – A classe média e branca confortavelmente ocupando cadeiras ou brincando com as crianças na praça durante o Festival.....	115
Figura 34 – Apresentação sofisticada de pratos do festival.....	116
Figura 35 – Vista panorâmica da Praça das Flores no anúncio do Festival Fartura Fortaleza.....	117

Figura 36 – Uma cena típico-ideal entre clientes visitando um dos quiosques de flores da praça. É nesses lugares onde eles, assim como os próprios floristas que os atendem afirmam momentos de “trocas”. Não apenas em termos mercadológicos, mas também simbólicas. Ouvi de vários floristas na praça que haviam criado sentimentos de amizade com seus clientes. Falas como “eles vêm, compram, conversam, pedem conselhos... o cliente é o ar que eu respiro. Não só por questões econômicas, mas também espirituais”.....	120
Figura 37 – Foto da Feira Caroá na Praça das Flores.....	123
Figura 38 – Os legumes e alimentos orgânicos da feira.....	124
Figura 39 – Feira Caroá acontecendo aos sábados.....	125
Figura 40 – Cliente da feira acompanhada de seu “pet”, e exibindo a placa que associa liberdade aos alimentos orgânicos.....	126
Figura 41 – Cena típico-ideal de uso da praça pelas famílias brancas de classe média usufruindo do playground “em clima de segurança”.....	126
Figura 42 – Uso dos espaços da praça pelas crianças. Do lado ensolarado uma menina é conduzida pelo pai ao brincar de patins (direita), no lado ensombrado a imagem de dois meninos com cor de pele mais escura usando chinelos e “roupas que combinam” que no contexto socioeconômico de Fortaleza são associados aos modos de se vestir de classes populares, o fato de aparecerem sozinhos, mesmo que tomando sorvete, revela como no ambiente da praça existem “parentalidades soberanas” que marcam diferenças de cuidado racializado e de gênero.....	129
Figura 43 – Foto das sociabilidades praticadas pela classe média na Feira Auê.....	132
Figura 44 – Foto de mais um momento “colorido, bonito e feliz” durante a Feira Auê.....	133
Figura 45 – Mãe e seu filho “curtindo mais um momento de lazer” na Praça durante a Feira Auê.....	133
Figura 46 – Feira Auê Praça das Flores.....	134
Figura 47 – casal deitado na Praça durante o final da tarde na Feira.....	139

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Demografia racial do bairro da Aldeota	39
Gráfico 2 – Percentual da demografia racial do bairro da Aldeota.....	39

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	“Eu falo do lugar das misturas”.....	21
1.2	Uma abordagem racializada dos espaços de elites.....	29
1.3	Aldeia Aldeota: elite, classe média e branquitude em Fortaleza.....	37
2	NOTAS SOBRE O TRABALHO DE CAMPO.....	49
2.1	Dinâmicas históricas, geográficas, políticas e socioeconômicas de um território valorizado na cidade.....	50
2.2	A Praça das Flores como cenário da classe média nas mídias sociais.....	58
2.3	Praticando atividade física com as elites na praça.....	63
3	PAISAGENS DE PODER “NÃO RACIALIZADAS” DA ALDEOTA.....	69
3.1	Urbanismo e segregação espacial em Fortaleza.....	70
3.2	Como a Aldeota se tornou lugar dos brancos?.....	77
3.3	Clivagens da segregação racial na Aldeota.....	88
3.4	Raça e capital simbólico coletivo nos investimentos da Praça das Flores.....	94
4	DIFERENTES FORMAS DE INCORPORAR A BRANQUITUDE NA PRAÇA.....	103
4.1	“Gênero e raça ditam o acesso à cidade de todas as maneiras”.....	103
4.2	Branquitude e o consumo em festivais de alta gastronomia.....	114
4.3	Feiras de plantas e alimentos orgânicos: mapeando habitus não racializados...	118
4.4	Famílias brancas e afetos racializados na praça.....	126
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
	REFERÊNCIAS	144

1 INTRODUÇÃO

Em uma manhã de domingo ensolarado, no dia 15 de maio de 2016, o então prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio (PDT), acompanhado de importantes empresários da cidade, entregava na região da Aldeota mais um espaço público “requalificado”. Um público de classe média presente, notadamente constituído por pessoas brancas e residentes do bairro, além de figuras políticas e correligionários recebia, em um clima de “eco arte”, a reforma e arborização do prestigiado *boulevard* que interliga a Avenida Padre Antônio Tomás à Rua Eduardo Garcia, no coração da Aldeota. Na ocasião, os moradores também legitimam suas formas de uso do espaço público por meio do *cooper*, levando os filhos para brincar no *playground* e se exercitando nos equipamentos da academia ao ar livre.

Fortaleza é uma cidade de muitos contrastes. A quinta cidade mais desigual do mundo segundo a Organização das Nações Unidas (2010)¹, apresenta um dos maiores quadros de desigualdade socioeconômica. Quando se fala em distribuição espacial de renda, as regiões enobrecidas² – onde estão localizados os bairros ricos da cidade – se destacam por terem as maiores rendas *per capita* da metrópole cearense. Enquanto que seu bairro mais pobre, o Conjunto Palmeiras, tem uma média de renda de R\$ 239, o tradicional bairro da classe média alta, a Aldeota, é o quinto entre os habitantes com maior renda média R\$ 2.901,57 (IPECE, 2012). De modo semelhante, a Aldeota tem historicamente concentrado um grande número de investimentos e de equipamentos públicos e privados com as melhores infraestruturas da cidade, reforçando seu status como uma região “nobre” e materializando um conjunto de espaços que se configuram como mundos-de-vida das classes mais privilegiadas.

Neste contexto, a renovação da tradicional praça com “ar” de bosque localizada em uma região formada por paisagens de poder (ZUKIN, 2000), reforça a manutenção de uma infraestrutura de vitalidade urbana na imagem do bairro que foi estruturalmente inserida em linguagens e gostos de um urbanismo que se constitui como um espaço de *habitus* de classe

¹ Segundo o *State of the World's Cities 2010/2011 Bridging The Urban Divide* de todas as cidades da amostra UN-HABITAT, a cidade sul-africana de Johannesburg é a mais desigual no mundo, com coeficientes de Gini extremamente alto de 0,71 ou mais. Seguida por Goiânia, Addis Ababa na Etiópia e outras cidades brasileiras como Fortaleza, Belo Horizonte e Brasília: todos com o coeficiente de Gini acima de 0,60, tornando-as as cidades mais desiguais do mundo. Cidades colombianas como Bogotá, Barranquilla e Calí, e Lagos na Nigéria, no topo da lista das metrópoles onde a divisão econômica urbana está em seu ponto mais acentuado, ao lado de Chiangmai e Udonthani na Tailândia, todas com renda coeficientes de Gini acima de 0,55 o que é considerado como índice “muito alto” de desigualdade econômica quando considerado o contexto global (ONU, 2010).

² Utilizaremos o termo enobrecidas uma vez que estes bairros foram sendo valorizados pelo capital público e privado, e não “nasceram” nobres. Portanto, compreendemos os considerados “bairros nobres” como construções históricas e sociais que estão intrinsecamente alicerçadas em formas de investimento, valorização e diferenciação das geografias urbanas.

racializado por uma classe média alta branca que incorpora, mediante uma estrutura de disposições, novos tipos de usos de espaços de praças e áreas verdes. Além de ser um equipamento social de lazer, no contexto de ações de políticas urbanas municipais, o espaço também foi oficialmente renomeado de Praça Dr. Carlos Alberto Studart Gomes, cujo nome não por acaso faz homenagem ao pai do empresário e presidente do Grupo imobiliário BSPAR Incorporações, Beto Studart. O ato de renomear o lugar com o nome do médico também traduz de modo emblemático como as elites agenciam entre si políticas de prestígio e reconhecimento social nos espaços urbanos. Esse registro de reconhecimento se materializa em uma estátua de bronze erigida na região central da praça com a figura do médico. Tal escultura representa também uma prática histórica em muitas praças públicas de cidades brasileiras.

Figura 1- Cena de inauguração da Praça Dr. Carlos Alberto Studart Gomes. Por trás da estátua do médico que dá o novo nome à Praça, encontram-se o Governador Camilo Santana, o Prefeito de Fortaleza Roberto Cláudio e o empresário Beto Studart, da esquerda para direita, respectivamente. A criança branca sorridente, sentada ao lado da estátua que homenageia o pai do empresário Beto Studart, oferece o vislumbre do projeto urbanístico de um espaço destinado ao lazer das famílias ricas que ali residem.



Fonte: Plataforma Somos Vós (2016).

Figura 2 - Cena típico-ideal de uso da praça onde duas senhoras brancas praticantes de ciclismo, equipadas com seus capacetes são vistas em primeiro plano, e atrás, famílias se divertem com crianças. Uma babá negra, fardada de branco, pode ser vista ao fundo, segurando a mão de uma criança.



Fonte: Plataforma Somos Vós (2016).

Figura 3- Cena típico-ideal de usos da praça: crianças no playground, senhoras elegantemente vestidas no banco da praça, praticantes de cooper, jovens e adultos em suas bicicletas.



Fonte: Plataforma Somos Vós (2016).

Na programação houve atividades culturais e de lazer com apresentações musicais, aulas de dança, práticas recreativas para crianças, além de um “espaço saúde”, onde as pessoas podiam aferir a pressão arterial, medir a altura, peso e calcular o índice de massa corporal (IMC). No outro lado da praça, profissionais de educação física davam instruções sobre o uso e exercícios de aparelhos de ginástica na academia ao ar livre. Durante a (re)inauguração houve a 83ª edição da *Ciclofaixa de Lazer* que integrou o novo equipamento público da Aldeota à ciclofaixa do início da Avenida Washington Soares, com itinerário pelo Anfiteatro do Parque do Cocó, conectando duas importantes regiões da cidade para as elites, em um percurso de 10.6 km de extensão. Na praça, os visitantes também podiam fazer o aluguel de bicicletas e ter acesso aos pontos de apoio do evento. A Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA), órgão institucional da prefeitura responsável pelo Programa de Adoção de Praças e Áreas Verdes, esteve no local fazendo a distribuição de mudas de plantas nativas como ipê, pau-branco, cedro, cajueiro e de algumas plantas ornamentais.

Como mostraremos neste estudo, a Praça Dr. Carlos Alberto Studart Gomes (Praça das Flores) na Aldeota figura na cena da cidade não apenas como um lugar de muitos usos e significados, mas como um espaço social pensado e praticado também por diferentes performances de “branquitude” em Fortaleza incorporadas em específicos *habitus* de classe. O tradicional nome Praça das Flores faz alusão a existência de uma das mais conhecidas feiras de flores da Capital. Quando se olha apenas para o encanto e beleza dessas flores se esquece momentaneamente, como diz Calvino (2015), que “uma cidade é feita de exceções, impedimentos, contradições, incongruências, contrassensos”.

Nessa espacialidade a feira de plantas frutíferas e flores ornamentais de variadas espécies com adubos e enfeites para jardins, vasos e jarros para mudas de grande, médio e pequeno porte, caracterizam o espaço da praça como área verde recreativa que agrega valor material e simbólico às representações sociais sobre a Aldeota como um dos “melhores” bairros para morar na cidade. Essas percepções são postas em anúncios publicitários e comerciais de grandes empresas que atuam no mercado imobiliário da cidade, como é o caso da BSPAR Incorporações que no ano de 2018 por meio de uma postagem no *blog* BSPAR reafirma a Aldeota como um dos melhores bairros para viver em Fortaleza, ou seja, viver em um ambiente que lhe proporcione qualidade vida e vantagens de uma localização “bastante privilegiada”, sendo “um dos maiores bairros da capital” trazendo para seus moradores “múltiplas oportunidades”.

A publicidade da empresa dá ênfase a estrutura de “centros médicos, colégios tradicionais e bons restaurantes” que existem no bairro, citando também seus mais conhecidos

espaços públicos e privados como a Praça Luíza Távora como “um de seus maiores expoentes” e lugares ideais “para curtir com a família”, assim como a Praça Dr. Carlos Alberto Studart Gomes (Praça das Flores), destacando a reforma dessa última, como uma “ótima opção de passeio”, em uma das localizações onde está mais importantes centros financeiros e comerciais como *Shopping Del Paseo*, *Shopping Avenida*, *Jardins Open Mall*, *Varanda Mall* e do Pátio Dom Luís, sendo a Aldeota uma região da cidade onde “não falta o que fazer e onde comprar”.

Como área verde em um espaço “nobre” da cidade, a praça configura-se também para seus usuários de classe média alta como um tipo diferente de patrimônio, ou seja, uma área verde que representa um “patrimônio natural” de onde também saem as plantas, flores e os jardineiros que são contratados para realizar serviços especializados de jardinagem, floricultura e paisagismo nos jardins particulares das elites das grandes casas. A estética e a beleza da natureza preservada no espaço também é comercializada em jarros de planta tornando-se uma “*commodity*” que faz parte de um sistema de relações de classe e raça entre brancos de classe média alta figurando como consumidores “orquidófilos”, enquanto os feirantes, em sua maioria de classes populares, ocupam posições como floristas e jardineiros, servindo tanto a essa fração de classes média alta que consome diretamente na praça por uma disposição afetiva com a plantas, pessoas e o lugar, como também trabalhando para os paisagistas e *design* de interiores das casas e apartamentos de alto padrão das elites.

No itinerário desse estudo, nos valem das fontes históricas, etnográficas e de pesquisas em *blogs* e *sites* de redes sociais na *internet* para fundamentar nossas análises sociológicas, assim como, para embasar nossa hipótese de que a Aldeota não somente foi historicamente se constituindo como espaço social das elites, mas que sua construção traduz mais que as dinâmicas de mudanças econômicas, mas constitui também uma ordem simbólica das relações de raça e classe na cidade de Fortaleza. Nesse contexto, partimos do pressuposto de que hoje a Aldeota³ se caracteriza como bairro que foi assumindo uma diversidade de fisionomias e funções – tendo passado de bairro eminentemente residencial de classe média alta em meados do século XX para centro comercial, financeiro, polo gastronômico e de lazer deste mesmo público no século XXI. Apesar de muitos ricos da Aldeota terem migrado

³ A título de contextualização, Fortaleza era, até 2020, organizada territorialmente em um modelo administrativo com sete regionais. Nesse contexto, o bairro da Aldeota fazia parte da Regional II, na qual se concentram os bairros mais ricos (com renda entre R\$ 2.000,01 e R\$ 3.659,54). Entre os dez mais ricos, nove estão localizados nesta Secretaria Executiva Regional estão: Meireles, Guararapes, Cocó, De Lourdes, Aldeota, Mucuripe, Dionísio Torres, Varjota e Praia de Iracema. Na nova organização institucional a cidade de Fortaleza passa a ter doze regiões administrativas e trinta e oito territórios. O bairro da Aldeota continua pertencendo a Regional II, sendo agora também considerado dentro do território oito junto com o bairro Meireles.

principalmente para o Meireles, mais perto da praia, bairro que hoje concentra a maior renda média *per capita* de R\$ 3.659,54 e o maior IDH da cidade (0,953), o bairro da Aldeota que hoje é o segundo maior IDH (0,866) e a quinta maior renda média *per capita* de Fortaleza, mantém o *status* de uma identidade sociocultural racializada que reforça certos *habitus* de classe e espaços de “privilégio branco” que continuam socialmente naturalizados e racialmente incorporados pelas elites. Moradores da periferia da cidade costumam se referir aos portadores dessa identidade de classe e raça de modo genérico e muito significativo como “o povo das Aldeotas”.

Buscamos analisar nesta dissertação cenas e situações que esboçam fragmentos de uma sociabilidade local dos usuários que frequentam a Praça das Flores na Aldeota. A observação participante articulada ao trabalho de pesquisa *online* no *Instagram* permitiu verificar a existência de diferentes modos de apropriação do espaço da praça pelo público que frequenta assiduamente esse espaço. Vale ressaltar, que se trata de um ambiente complexo e multifacetado, no qual um público de *habitus* mais elitista e conservador, diferenciado em termos geracionais, convive com outros sujeitos também de classe média alta, mas que performam diferentes estilos de vida e de consumo, os quais buscam diferenciar do capitalismo tido como ostentatório, como pretendemos demonstrar ao longo de nossa análise. Encontramos na praça diferentes performances articuladas a uma estrutura de classes média alta, que reproduzem e renovam seu *status* por meio da exposição e do acionamento de capitais culturais e simbólicos que sutilmente ou de modo explícito figuram como práticas de apropriação do espaço da Praça das Flores na Aldeota.

Essa paisagem social também é foco de investimento de uma elite empresarial de destaque local, formada em sua maioria por incorporadores imobiliários da cidade. Embora os membros dessa “super elite” não estejam fisicamente no cotidiano da praça, verifica-se que eles demarcam territorialmente esse e outros espaços da cidade através de seus agenciamentos, relações de poder e interesses financeiros e políticos. Nas interações microsociológicas do cotidiano, essa elite do poder foi efetivando suas ações na praça e no seu entorno. Isso significa que esta elite financeira, mesmo não sendo vista, viabiliza a reprodução econômica e simbólica de seus capitais. Sua presença nesse espaço não se dá mediante uma presença corporal, mas principalmente a partir de suas forças existenciais e econômicas que atuam mediante mecanismos de reconhecimento, enobrecimento urbano (LEITE, 2007; RUBINO, 2009; PEIXOTO, 2009; FORTUNA, 2012) e monopólio da renda e dominação de território.

É isso que se verifica de antemão nos investimentos realizados pelo grupo empresarial BSPAR Incorporações nessa cosmologia urbana da Praça das Flores na Aldeota, evidenciando práticas de poder habilitadoras da reprodução de privilégios em determinadas regiões da cidade. Nota-se que esses recursos além de se concentrarem na praça e no seu entorno, também não chegam em igual medida em bairros de periferia. Essa dinâmica reflete uma lógica desigual de alocação de recursos públicos e privados em espaços urbanos de Fortaleza. A requalificação, “adoção” e manutenção do espaço praça configuram este ambiente como lugar pensado e praticado, em todos os seus sentidos, por uma elite.

Embora muitas das práticas que descreveremos aqui existam em outros “bairros de ricos” de Fortaleza e de lugares semelhantes destinados às elites de outras grandes cidades do mundo, estamos interessados em identificar características específicas, associadas à incorporação de capitais simbólicos no contexto da Praça das Flores, visando compreender melhor as performances e modos de dominação econômica, cultural e simbólica das elites de Fortaleza, uma cidade na qual os mais ricos foram raramente tomados como objeto de estudo nas Ciências Sociais⁴.

1.1 “Eu falo do lugar das misturas”

“A realidade é uma construção. Narrar esta construção é sempre um *a priori* ideológico. Para enfrentar este desafio sem criar um outro lugar, o da imaginação pura, é preciso considerar a cidade como experiência vivida e não como estrutura fixa planejada (LINHARES, 2013, p. 31).

A cidade é quase sempre vista como uma construção que se comunica e se entrelaça às experiências vividas. Essa premissa tem me⁵ motivado a pensar a cidade de Fortaleza como um itinerário de variadas paisagens sociais que estão em constante reinvenção. Esse movimento reflete, portanto, o modo como fui vivenciando a cidade desde a infância. Práticas cotidianas misturadas a aquisições de saberes citadinos são impulsos e motivações para escrever sobre a cidade e seus espaços públicos, tendo como fio narrativo o campo das experiências sobre a cidade que se tece de muitos contrastes e incongruências do domínio da vida urbana e que afetam de forma sensível a escrita e as condições sociais de tornar-se

⁴ Irei ao longo do trabalho, dialogar com algumas dessas bibliografias sobre elites locais que consegui identificar, no processo de revisão de literatura.

⁵ Optei por manter na escrita desta dissertação tanto a primeira pessoa do singular (Eu) como a primeira pessoa do plural (Nós). A razão disso, se justifica no entrelaçamento que fui tecendo entre os momentos da minha vivência biográfica como pesquisador realizando trabalho de campo e as análises e reflexões coletivas que são fruto das leituras teóricas e o permanente diálogo com as autoras e autores, mas, também das várias horas de generosa interlocução que tive com minha orientadora.

pesquisador. Como diria Michel Serres (2001) não se pode pensar a mudança, a não ser a partir do lugar das misturas.

Minhas andanças por Fortaleza também fazem parte de um emaranhado de fios que mobilizam meu interesse como estudante para investigar o comportamento de grupos da classe média alta branca em espaços urbanos. Passeios e caminhadas são registros presentes em ‘raízes subjetivas’⁶ (CASTORIADIS, 1992) cultivadas por uma história incorporada da cidade. Essa história também estrutura representações sobre os lugares, pessoas, situações que seguem na artesanaria da escrita como linhas de interlocução que em conjunto se revelam como territórios de uma memória individual e coletiva.

Nesse sentido, o trabalho de reconstituir esse percurso talvez possa permitir um exercício de compreensão e autoanálise que se revela na necessidade de seguir uma narrativa autoral, que ao mesmo tempo se articula com a dimensão da construção do objeto sociológico. Conhecer e registrar esse percurso de desenvolvimento de uma pesquisa passa a ser uma das tarefas indispensáveis em nossos trabalhos individuais e em redes, tradicionalmente apresentados no formato de teses e dissertações na universidade. É mediante esse registro que imaginamos ser possível explicitar melhor os critérios de escolha de um tema e objeto de pesquisa. A maioria dos pesquisadores e das pesquisadoras agenciam seu tema de pesquisa a partir de seu campo de interesse que revela-se não apenas como uma condição cronológica, mas também epistemológica como um criativo modo de fazer pesquisa assumindo diferentes itinerários de deslocamentos (GONDIM; LIMA, 2010). Nesse sentido, gostaria brevemente de descrever e situar alguns dos caminhos percorridos a partir do meu interesse pessoal e envolvimento coletivo nessa construção (ainda em andamento) sobre o estudo dos espaços de privilégio de elites brancas.

Comecei a trabalhar com pesquisa durante minha Graduação em Ciências Sociais (2014 - 2018) na Universidade Estadual do Ceará (UECE), como bolsista de iniciação científica no Laboratório de Ciências Sociais em Saúde (LESSAU) sob a orientação da Prof.^a Dra. Preciliana Moraes em diversas atividades acadêmicas e em projetos de pesquisa e extensão. Ao longo dessa formação me beneficieei das discussões teóricas e reflexões coletivas dos grupos de estudo e pesquisa. Minha monografia foi um dos frutos desse percurso de engajamento nos estudos no campo das ciências sociais em saúde. Para ser mais específico, meu tema versava sobre as “Práticas e percepções juvenis de saúde no contexto da reinvenção

⁶ Retomando uma expressão de Castoriadis (1992) citada pela professora Glória Diógenes em um dos encontros do Curso de Leitura VI que funcionou como oficina de escrita e criação em Ciências Sociais durante o semestre de 2019.1 no PPGS/UFC. Cada oficina foi um momento de rica experimentação da escrita/narrativa como exercício que deve ser tomado como permanente nas ciências sociais.

dos espaços públicos em Fortaleza” (SOUSA, 2018), no qual estudei a institucionalização de uma política de requalificação de praças públicas espalhadas pela cidade a partir de usos e percepções de jovens em contraposição com as classificações governamentais desses lugares de lazer e sociabilidade urbana como *lócus* de possibilidade, de promoção e aquisição de maiores capitais de saúde e melhor qualidade de vida.

Quando ingressei no mestrado em 2019, meu projeto de pesquisa esboçava de modo geral o objetivo de realizar desdobramentos dessa pesquisa anterior, tendo como referência o “Programa Fortaleza 2040” e as intervenções em diferenciados espaços urbanos na cidade. Existia o interesse em dar continuidade ao estudo de praças que haviam sido requalificadas em diferentes regionais de Fortaleza durante o governo do prefeito Roberto Cláudio. Mas agora, com uma abordagem mais orientada pelos estudos e teorias da sociologia e antropologia urbana. Durante os primeiros meses de aulas e cursos no PPGS/UFC fui redimensionando os propósitos da pesquisa. Comecei então, a fazer pequenas modificações em meu projeto relacionadas tanto com a “construção do objeto sociológico”, que como diria Bourdieu (1989), não se faz apenas de uma assentada, mas também sobre a incorporação de um modo de fazer etnográfico dentro de uma logística de tempo que me permitisse operar simultaneamente com o rigor de uma ‘sociologia reflexiva’. Essa construção foi se tornando possível na medida que fui tecendo um exercício de pesquisa em diálogo e parceria com a Prof^a Dra. Geísa Mattos que me propôs iniciar uma investigação de forma bastante interessante, com visitas em praças de diferentes bairros da cidade, como uma espécie de “campo exploratório”. A tarefa inicial foi conhecer e fotografar praças “requalificadas” produzindo como registro dessas visitas em uma espécie de “diário fotográfico”, também tomando notas sobre minhas observações e descobertas. Nesse primeiro momento, visitei dez praças em bairros como Antônio Bezerra, Aldeota, Bairro de Fátima, Parquelândia e Benfica.

Durante o primeiro mês de idas a campo realizei caminhadas etnográficas, nas quais observei os equipamentos e o mobiliário urbano das praças, bem como os usos desses espaços por praticantes de atividades físicas que nessas ocasiões utilizavam os aparelhos de ginástica de academia ao ar livre. Essas visitas foram primordiais para uma construção de um olhar mais amplo e, ao mesmo tempo, mais aguçado sobre a forma e conteúdo da sociabilidade urbana projetada e “construída” nesses lugares a partir das expressões de esporte, lazer e recreação. Desse modo, observei as praças “requalificadas” na cidade de Fortaleza, tendo como referência a relação entre as falas institucionais e os usos efetivos desses espaços pelos fortalezenses. Além disso, as caminhadas por diferentes praças foram fundamentais para

interpelar a retórica formulada pelos agentes públicos sobre as reformas como sendo o “maior programa de requalificação de praças públicas de Fortaleza”.

Verifiquei nessas visitas a diferença dos materiais utilizados nos mobiliários e equipamentos de praças localizadas nessas diferentes regiões da cidade. Em praças de bairros considerados “nobres”, esses materiais apresentavam uma abissal diferença, principalmente quando comparados com os materiais desses mesmos equipamentos instalados em praças “requalificadas” de bairros da periferia. Essa constatação se mostrou como uma valiosa pista para nossa investigação. De modo geral, essa “descoberta” parece confirmar um dos pressupostos da pesquisa: a realidade que impera na cidade é a de uma lógica desigual de distribuição de investimentos públicos e privados em espaços urbanos.

A comparação de alguns desses materiais permite visualizar uma diferença qualitativa entre os objetos utilizados nas reformas das praças. Um exemplo que ilustra essa nuance, são os parquinhos infantis que nas praças da periferia são geralmente fabricados com tábuas de madeira (às vezes de carnaúba) e montados em um simples piso de areia. Nos bairros de classe média alta o que se verifica é uma outra realidade. Nas regiões ricas da cidade, os *playgrounds* são feitos de materiais plásticos como o polietileno, uma substância atóxica, reciclável, composto por aditivos antiestáticos e aditivos anti-UV que protegem contra raios solares. Nas “praças nobres” esses brinquedos são instalados em pisos emborrachados que amortecem impactos e visam oferecer mais conforto e segurança à integridade física das crianças.

A diferença do material utilizado nos equipamentos de uma praça requalificada na Aldeota⁷ para uma praça no Conjunto Palmeiras⁸, por exemplo, demonstra parte de uma realidade naturalizada que estrutura uma lógica de desigualdade de investimentos e exclusão socioespacial, na qual a população da periferia não tem acesso a dispositivos de lazer com a mesma qualidade que nos bairros “nobres”, principalmente tendo em vista, que a madeira usada na periferia para fazer os equipamentos apresenta um elevado nível de perigos, já que em sua montagem são utilizados pregos e parafusos, que devem ser inspecionados frequentemente em razão das farpas, pedaços de madeira que se soltam e que expõe as crianças às situações de risco e acidentes físicos, sobretudo, quando não há uma rotina de manutenção dos equipamentos, como é o caso das praças da periferia de Fortaleza. A madeira é uma matéria orgânica muito inflamável que também não apresenta mecanismo de amortecimento anti-impacto. Segundo Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

⁷ A Aldeota se destaca por ter o segundo maior IDH de Fortaleza 0,867.

⁸ Bairro de Fortaleza com o menor IDH: 0,010.

NBR 16071 a construção de *playgrounds* em áreas de lazer públicas como praças, parques e áreas verdes devem cumprir requisitos de segurança “pisos e degraus devem ser espaçados por igual e devem ser macios e feitos para amortecer o impacto das quedas”.

Figura 4 - Foto oficial de propaganda da prefeitura sobre a inauguração da Praça do Conjunto Palmeiras requalificada, com playground construído em madeira. Valor total da reforma: R\$ 66 mil.



Fonte: Site da Prefeitura de Fortaleza (2016).]

Figura 5- Praça das Flores requalificada na Aldeota, com uso de material plástico que oferece muito mais segurança às crianças. Valor total da reforma: R\$ 4 milhões.



Fonte: Plataforma Somos Vós (2016).

Esse exemplo de comparação entre a qualidade da estrutura dos objetos e a diferença de valores investidos em uma praça de um “bairro nobre” (R\$ 4 milhões) e outra na “periferia” (R\$ 66 mil), é um dos exemplos significativos quando observados e postos em contexto e em perspectiva, sendo também ainda mais relevantes para problematizar as diferentes formas de discriminação social e racial que arregimentam esses investimentos em espaços urbanos de Fortaleza. A partir disso, começamos a direcionar nossa atenção para as regiões da cidade onde se concentram os maiores e melhores investimentos em espaços urbanos públicos, como praças, principalmente motivado pelo questionamento sobre porque esses recursos quase sempre não chegam de forma quantitativa e qualitativamente nos bairros de periferia?

A partir de uma pesquisa documental, também exploratória, identifiquei uma publicação o “Jornal da Construção” que é um folhetim mensal do Sindicato das Construtoras do Estado do Ceará (Sinduscon CE). Na edição 24 publicada no mês de maio de 2016, o sindicato apresentou em um tópico intitulado “Responsabilidade social” a seguinte matéria: “Adoção de Espaços Públicos revitaliza áreas de Fortaleza”. Ao longo de duas páginas, o sindicato fala sobre a nova política urbana de adoção de Praças e Áreas Verdes da Prefeitura de Fortaleza, dando ênfase, aos grupos empresariais⁹ que “adotaram” espaços na cidade.

O fato que chama atenção nesse registro é que nenhuma praça pública de bairros da “periferia” é mencionada. Todas as adoções realizadas pela iniciativa privada foram feitas em praças localizadas em regiões “nobres” da capital, o que indica de antemão, não haver uma prática de investimentos em melhoria de praças e locais públicos de lazer em áreas pobres de Fortaleza, por parte dessas construtoras. Nota-se que quando existem, os recursos ainda se apresentam em valores inferiores aos que são destinados à requalificação de ruas, avenidas e praças de bairros ricos da cidade ou em outro caso quando esses espaços se encontram no entorno de alguma área de interesse empresarial. Os espaços da periferia recebem apenas investimentos pontuais realizados pela prefeitura a cada quatro anos, enquanto nas áreas “nobres” esses investimentos são muito mais frequentes e também são reforçados pelos agenciamentos da “iniciativa privada”. É ainda problemático, também, o nível de consciência da população sobre a lógica e as relações de poder que atuam sobre a distribuição desses investimentos na cidade. Desse modo, procuramos extrair em diferentes momentos como essa desigualdade de recursos é explicada ou justificada por diferentes atores sociais na cidade,

⁹ BSPAR Incorporações; Marquise Incorporações; C. Rolim Engenharia; Mercurius Engenharia; Fujita Engenharia, MRV Engenharia; Lotil Engenharia; Porto Freire Engenharia; Construtora Idibra; Diagonal Engenharia; Construtora Manhattan; Construtora Mota Machado; NORPAR – Nordeste Empreendimentos e Participações Ltda, são alguns dos principais grupos empresariais dominantes no mercado imobiliário de

inclusive, a própria “branquitude” que faz usufruto dessa estrutura de concentração de recursos que compõem um sistema de privilégio.

As ações de “adoção” de espaços urbanos por empresas privadas não é um fenômeno novo em Fortaleza. Entretanto, após a criação da política de “Adoção de Praças de Áreas Verdes” que foi institucionalizada mediante o Decreto de nº 13.142, de 29 de abril de 2013, regulamentaram-se as parcerias público-privada de manutenção de espaços públicos na cidade. A partir desse contexto, observa-se que essas requalificações e reformas de praças públicas pela “iniciativa privada” foram acontecendo predominantemente em bairros de classe média alta. Como pudemos verificar, esses espaços estão localizados nas geografias mais desenvolvidas da cidade. Situam-se também preferencialmente no entorno de importantes empreendimentos imobiliários e comerciais de importância para o poder econômico local. É, sobretudo, nessas regiões que se constata os maiores investimentos financeiros públicos e privados que giram na casa dos milhões de reais em obras de requalificação urbana.

Segundo a matéria publicada no “Jornal da Construção”, as “adoções” empreendidas pelos agentes empresariais, promovem a revitalização de áreas da cidade com ações que renovam as paisagens e que dão “novos ares à cotidianos de Fortaleza”. Mas quais são os “cotidianos” que efetivamente ganham novas possibilidades com essas “requalificações”? Quem são os sujeitos beneficiados pelos “novos ares” na cidade? Quais os critérios de escolha desses locais? E como esses agenciamentos públicos e privados são realizados mediante tal política?

Figura 6 - Matéria do Jornal da Construção.



Fonte: Jornal da Construção (2016).

As configurações desses agenciamentos, como é o caso de políticas de adoção de praças e áreas verdes na Aldeota, embora muito semelhantes, não podem ser analisadas como práticas de *gentrification*, que segregam os “contra-usos” da cidade, como bem assinalou Rogério Proença Leite (2007) ao defender tese sobre a requalificação do Recife Antigo, mas como produtos de uma estrutura bem mais complexa formada intrinsecamente por *habitus* de classe e raça que estão continuamente reforçando barreiras também raciais que estruturam a lógica de produção e reprodução material e simbólica do poder nos espaços urbanos. Nessa perspectiva, Harvey, Lefebvre, Molotch, Sassen, Zukin, Castells e Arantes nos ajudam situar como as cidades contemporâneas no contexto do capitalismo neoliberal, como determinados espaços públicos são produzidos e reproduzidos mediante processos de “enobrecimento” que vão agenciando esses lugares como mercadorias ainda mais caras e elitistas no *marketing* da cidade.

A partir desses fatos empíricos, resolvemos reorientar o itinerário da pesquisa para o estudo sobre comportamento e representações da classe média branca nos espaços públicos de regiões “nobres” da cidade. Desse modo, fomos definindo nosso interesse em estudar a branquitude em um espaço público da Aldeota. Nesse percurso, concentramos a pesquisa em um dos espaços públicos tradicionais do bairro, a Praça das Flores. A escolha da praça na Aldeota como universo de investigação foi se definindo primeiro em razão do reforço e

renovação de investimentos que houve na praça e no seu entorno e que também foram assimilados e reafirmados nos usos e significados das apropriações materiais e simbólicas que enunciam a incorporação constante de *habitus* de classe e raça dos frequentadores da praça.

1.2 Uma abordagem racializada dos espaço de elites

Este trabalho se insere na corrente de estudos que desde 1990 vem sendo denominada nos Estados Unidos de *Critical Whiteness Studies* (FRANKENBERG, 1993; MORRISON, 1992; ROEDIGER, 1991), que no Brasil começou a emergir em uma incipiente literatura principalmente do campo da Psicologia Social (BENTO, 2002; PIZA, 2002; SOVIK, 2009; LOURENÇO, 2010; SCHUCMAN, 2010). Porém, sendo uma abordagem nova no Brasil, e principalmente no Nordeste brasileiro, em estudos urbanos, faz-se necessário justificar: por que construir uma abordagem racializada dos espaços urbanos de elite em Fortaleza? O que significa adotar essa perspectiva no contexto da sociologia urbana e o que de fato se ganha no plano analítico ao se buscar compreender as formas de apropriação dos territórios da cidade a partir de uma dimensão de raça, em uma cidade reconhecida como mestiça na perspectiva do “norte global”¹⁰? Afinal, uma análise da elite de Fortaleza pode ser importante para a compreensão mais ampla de “padrões de branquitude” na América Latina, seguindo a trilha percorrida por Ramos-Zayas (2020) no Rio de Janeiro, em El Condado (Porto Rico), e por Hugo Ceron-Anaya (2019) no México?

Estudos urbanos no campo da Sociologia e Antropologia no Brasil demonstram relativas ausências sobre o estudo das elites, especialmente a partir de uma perspectiva da dimensão racial desses grupos. No contexto das Ciências Sociais brasileiras a cidade não foi diretamente tomada como abertura para o estudo das elites, mas tradicionalmente para o estudo de grupos e espaços vistos como periféricos, marginalizados e excluídos. Realizamos levantamento de *papers* sobre o tema das elites ao longo dos quarenta e quatro encontros da ANPOCS, e conseguimos verificar de modo mais sistemático um panorama de como se configurou o perfil dessa agenda de pesquisa nos trópicos. Os trabalhos que tematizam a dinâmica e comportamento social das elites nos espaços urbanos além de serem raros, não

¹⁰ Aplica-se aqui o termo “Norte Global” para designar, com base no debate teórico suscitado pelas “epistemologias do sul”, para se referir aos países considerados como sociedades desenvolvidas economicamente, cientificamente e tecnologicamente. Como discute a antropóloga moçambicana Maria Paula Meneses (2008), existe uma relação global etno-racial, na qual o “norte global” estabelece seu projeto de dominação imperial no Sul Global (países vistos na teoria dos mundos como em via de desenvolvimento, referindo-se a todos os países que têm uma narrativa histórica relacionada com o colonialismo e o neocolonialismo), sendo parte da relação global capitalista.

abordam, como observamos, uma dimensão racial desses grupos (PECHMAN, 1983; FORJAZ, 1985; MACIEL, 2017), sobretudo, quando comparados aos estudos sobre periferia. A partir de uma leitura mais detalhada mediante a tabulação dos eixos temáticos dos *papers* publicados na ANPOCS, identificamos que os pesquisadores brasileiros se dedicaram a pensar sociologicamente o estudo das elites com ênfase nas “Elites Políticas”¹¹ mobilizando categorias de análise sobre grupos dirigentes e suas funções de comando e poder em cargos na esfera política institucional.

Essa perspectiva, além de ter negligenciado uma abordagem racializada das elites, parece ter tornado invisível no campo da sociologia urbana a necessidade de construção de uma reflexão mais aprofundada sobre o comportamento e cultura das elites e da classe média alta nas cidades, com foco em seus ambientes sociais, nos seus *habitus* de classe e mundos de vida. O caso do GT “Elites Políticas” que teve sua primeira edição na ANPOCS em 1979 e seguiu em atividade até a edição de 1994 evidencia uma abordagem analítica das elites como “os agentes políticos”. No decorrer desses anos os trabalhos apresentados no GT tematizaram com recorrência as elites agrárias, eclesiásticas, intelectuais, militares, empresariais destacando-se também uma discussão sobre “burguesia”¹².

Nas edições da ANPOCS de 1995 a 2007 não houve grupo de trabalho sobre elites. Treze anos depois, no 32º encontro, há o retorno de um GT específico sobre elites, tendo como título “Elites e Instituições Políticas” apresentando a mesma proposta de debate sobre elites políticas. Nas edições seguintes o GT passa a ser intitulado “Grupos dirigentes e estruturas de poder” com trabalhos discutindo as elites burocráticas, elites empresariais, elites administrativas e elites científicas¹³, nenhum deles enfocando a dimensão dos privilégios raciais das elites. Recebe também o nome de “Elites e espaços de poder” na edição de 2014 e “Elites e formas de dominação” na penúltima edição em 2019. De todos os 194 *papers* apresentados sobre elites durante os quarenta e quatro anos de ANPOCS, somente na edição de 2020, pela primeira vez, o GT sobre elites da ANPOCS contou com um *paper* abordando a dimensão racial das elites urbanas, de nossa autoria, apresentando uma versão mais resumida e preliminar deste trabalho atual (SOUSA e MATTOS 2020).

¹¹ Trindade (1985); Jordão (1985); Pandolfi (1986); Diniz (1986); Minella (1988); Messenberg (2008); Perissinotto (2008); Lemenhe (2008); Codato (2009); Bolognesi (2009).

¹² Reis (1981); Cruz (1981); Góes, (1983); Dulci (1983); Miceli (1983); Carvalho, (1987); Gros (1987); Farjoz (1988); Minella (1988); Lapis (1989).

¹³ Seidl (2008); Leite (2009); Keinert (2011); Bittencout (2011); Lacerda (2011); Mattos (2012); Bruto (2012); Hey (2012); Bordignon (2014); Canêdo (2017); Michetti (2018),

Observa-se que a produção científica nacional desenvolveu um estilo de abordagem sociológica das elites restritas a uma dimensão das instituições e estruturas políticas. A explicação dessa tendência teórica pode ser entendida primeiro pelo fato do “elitismo” e da “teoria das elites”, como um tema canônico das Ciências Sociais Euro-Americanas, ter sido alocado na organização das disciplinas sob o teto da Ciência Política, reconhecendo contribuições da teoria política clássica que fundamentou o modo dominante de se pensar a “questão” das elites principalmente a partir da “premissa de que o poder nas sociedades modernas é exercido por governantes ou políticos profissionais” (SEIDL, 2013, p. 179) abordando a noção de grupos dirigentes para assim estudar quem governa. Desse modo, verifica-se que as Ciências Sociais Latino Americanas seguiram esse mesmo modo dominante de pensar e analisar as elites.

No entanto, esse argumento não dá conta de explicar porquê os trabalhos de sociólogos brasileiros não assumiram uma perspectiva racializada das elites no contexto das grandes metrópoles. Como assinala Jessé Souza (2017) essa tendência expressa fortes traços de um pensamento social brasileiro forjado pela própria elite acadêmica, também ela inteiramente composta por brancos, oriundos da Universidade de São Paulo (USP) a partir dos anos de 1930. Esse fenômeno pode ser compreendido considerando a forte influência das ideias inauguradas por Sérgio Buarque em “Raízes do Brasil” (1936) e reafirmadas pela geração seguinte de intelectuais, como Raymundo Faoro em “Os Dono do Poder” (1958) e outros discípulos desse paradigma como Fernando Henrique Cardoso e Roberto DaMatta. Nas palavras de Jessé Souza,

Sérgio Buarque, ao localizar a “elite maldita” no Estado, torna literalmente invisível a verdadeira elite de rapina que se encontra no mercado. Um mercado capturado por oligopólios e atravessadores financeiros. Como a elite que vampiriza a sociedade está, segundo ele, no Estado, abre-se caminho – vazio esse que foi logo preenchido por seus discípulos – para uma concepção do mercado real que fosse o oposto do Estado corrupto. Com isso, não só o poder real é tornado invisível, mas o Estado, tornado o suspeito preferido – como os mordomos nos filmes policiais – de todos os malfeitos (SOUZA, 2017, p. 33).

O próprio nome do GT “Elites Políticas”, assim como os trabalhos de pesquisa apresentados e publicados durante os primeiros dezesseis anos de ANPOCS esboça de maneira geral essa tendência de muitos cientistas sociais investigarem apenas o universo da política institucional do Estado como sendo o núcleo real das elites no Brasil. Os estudos sobre classe social desenvolvidos por Jessé Souza nos ajudam a compreender melhor como essa agenda de pesquisa sobre as elites foi sendo elaborada de modo mais geral por esses

intelectuais canônicos legitimados pelo crivo da autoridade acadêmica. Em razão dessa tradição intelectual, poucas são as discussões sociológicas que dão centralidade a uma perspectiva racial das elites e suas relações com o contexto urbano, sendo pontuais os trabalhos que tomam as elites de modo racializado para perceber suas formas de apropriação dos espaços urbanos bem como o modo como excluem outros grupos em suas práticas.

Se raça não é um conceito biológico, e sim uma construção social, por que somente as pessoas negras foram racializadas na maior parte dos estudos urbanos que enfocam racismo de algum modo, como no conceito de “territórios estigmatizados”? (PAIVA, 2007; BEZERRA, 2015; ALVES, 2016). Por que brancos aparecem como “neutros” majoritariamente nesta literatura? No caso específico dos estudos urbanos nas ciências sociais brasileiras, por que espaços majoritariamente brancos foram apenas raramente objeto de análise? Se negros são identificados como parte de uma identidade racial genérica identificada como “negritude”, intelectuais negros e negras (RIBEIRO, 2019; KILOMBA, 2020) vem reivindicando que os brancos e suas práticas sejam objeto de análise enquanto “branquitude”.

Por branquitude entendemos inicialmente um sistema social de posição de *status*, compreendendo também como uma localização da condição socioeconômica e estrutural de privilégios (COROSSACZ, 2014). A socióloga Ruth Frankenberg, referência importante sobre o tema, fornece para esta discussão algumas ideias centrais. Segundo a estudiosa britânica, os desafios são muitos quando se estuda a branquitude. Primeiro a autora afirma que a entende como um processo que “[...] encontra-se em um estado contínuo de ser vestida e despida, marcada e encoberta” (2004, p. 309). Frankenberg em vez de defini-la em termos culturais, procura uma definição de branquitude que revela sua localização em contextos sociais estruturados por formas de dominação. Nessa perspectiva, a autora apresenta a branquitude como uma construção histórica constituída de significados socialmente produzidos.

Desse modo, a autora considera a branquitude como uma categoria relacional e complexa que opera no mundo social criando fronteiras e diferenças raciais que estabelecem posições sociais e acesso a vantagens estruturais em sociedades orientadas por modelos de dominação racial. Como uma elaboração complexa, a branquitude é comumente deslocada para dentro de qualificações étnicas e de classe. Entretanto, seguindo sua reflexão crítica, podemos pensar também a branquitude como um lugar social, e, além disso, um modo de percepção de si mesmo e dos outros que é incorporada e praticada em múltiplas performances de afirmação de sua superioridade sobre outros grupos raciais (CERON-ANAYA, 2015). É preciso explicitar os meios pelos quais essa branquitude se torna um fenômeno de expressão e

funcionamento não consciente. Ela se constitui como uma condição “que não se percebe vendo”, uma branquitude supostamente “invisível”¹⁴:

A expressão “invisibilidade de branquidade” refere-se, em parte, a momentos em que a branquidade não diz seu nome. Nessas ocasiões, como foi assinalado, ela pode simplesmente presumir seu caráter normativo. Pode também referir-se às ocasiões em que se reivindica a neutralidade ou a normatividade para alguns tipos de branquidade, sendo esta frequentemente ligada, ao mesmo tempo, à nacionalidade. Muitas vezes, essas afirmações também demonstram a possibilidade de fissuras na branquidade (FRANKENBERG, 2004, p. 329).

Para desvelar essa falsa “invisibilidade” do branco a socióloga Ruth Frankenberg sugere algumas estratégias analíticas. A primeira delas é que essa “afirmação de invisibilidade” se apresenta acompanhada de uma “certa ingenuidade” potencialmente característica da classe média presentista. Nessa sequência é necessário também ampliar a própria interpretação do termo “branquitude” e aprofundar sua co-constituição com as noções de nacionalidade, classe, etnicidade e cultura. Por exemplo, segundo a autora, “[...] devemos atentar para as denominações de pessoas e grupos com base na nação/classe/ etnicidade/raça que possam revelar-se concernentes à branquidade” (FRANKENBERG, 2004, p. 320).

Considerando a literatura brasileira produzida sobre o tema até agora, outro conceito que vem tendo muito influência é o de “pacto narcísico” (BENTO, 2016) para interpretar com os brancos protegem seus interesses face ao “outro” racializado – negros e indígenas. A autora analisa que “o silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana” (BENTO, 2016, p. 32). Citando Freud e seu conceito de narcisismo como elemento que trabalha pela preservação do indivíduo, a partir da identificação do seu grupo, e gera aversão ao que é considerado “diferente”, identificando o comportamento da branquitude como “descompromisso político com o sofrimento do outro” (BENTO, 2016, p. 31).

A antropóloga Ana Ramos-Zayas (2020), mais recentemente, traz outras contribuições relevantes para o desdobramento dessa perspectiva. Segundo a autora, é preciso investigar as elites no contexto da América Latina a partir de um olhar etnográfico atento a outras fontes de poder. Desse modo, os “privilégios” que sinalizam posturas de uma elite, podem ser

¹⁴ Existe uma discussão teórica em torno do uso dos dois termos no Brasil para a tradução de *Whiteness*, mas o termo branquitude tornou-se o mais utilizado pelos teóricos que estudam a temática no Brasil, bem como por ativistas negros/as contemporâneos/as.

observados não apenas limitados a uma noção de capital econômico, mas também de uma branquitude interiorizada. Desse modo, a autora ressalta como fundamental compreender também classe e raça em uma dimensão da experiência subjetiva que revele como estas construções foram subjetivamente experimentadas, conduzidas e relacionadas a processos estruturais específicos ou como elas influenciam esses processos.

Assim, compreendemos que a identidade racial branca – branquitude – se caracteriza nas sociedades historicamente estruturadas pelo racismo como um lugar de privilégios materiais e simbólicos (SCHUCMAN, 2014). A partir dessas pistas teóricas, trataremos a branquitude como uma categoria analítica que nos permite compreender a cidade a partir de uma perspectiva racial entendendo a praça como um lugar branco e fundamentalmente racializado, e como essa ideia de raça, constitui-se como proposta para pensar as elites contribuindo para analisarmos os processos de modernização, os efeitos e materialidades produzidas no urbanismo de Fortaleza e em especial no bairro da Aldeota.

A investigação sociológica e antropológica da “narrativa dos brancos”, suas representações, comportamentos, práticas sociais, e, sobretudo, dos seus “mundos de vida”, isto é, de seus ambientes públicos e privados, parece ter sido negligenciada na sociologia e antropologia brasileiras nos últimos anos, e com isso deixamos de compreender de forma complexa a dinâmica das relações raciais da vida nas cidades. Com efeito, hoje impõe-se a necessidade de fazer o caminho inverso, de também pensar a cidade em sua dimensão socioantropológica a partir da realidade socioespacial de uma branquitude, discutindo mediante a sociologia e antropologia urbana a relevância de construir uma agenda de pesquisa racial nos estudos sobre elites.

O Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS/UFC), seguindo a tendência teórica nacional nos campos da sociologia e antropologia urbana refletiu essa tendência na orientação das pesquisas, como mostra o levantamento feito por Barreira e Mattos (2013), no qual as teses e dissertações que tomaram a cidade como tema de pesquisa, até a primeira década deste século, em sua maioria enfocaram principalmente moradores de periferia, os sujeitos excluídos dos usos “autorizados” pelo poder sobre os territórios urbanos, e que se contrapõem a eles em formas astuciosas (CERTEAU, 1998), na micropolítica do cotidiano (FOUCAULT, 1979). Observa-se de modo implícito a partir desse registro, que a produção acadêmica do departamento, tem tradicionalmente analisado o fenômeno urbano a partir das comunidades, bairros pobres e territórios geográficos e

economicamente da “periferia”¹⁵. Pode-se afirmar que a recorrência de pesquisas com enfoques sobre “bairros populares”, racialmente “estigmatizados” e “periféricos”, reflete também a dinâmica da emergência de paradigmas na cena da teoria sociológica que orientou as agendas de pesquisa nos anos 1970 ao início do século XXI.

O enquadramento analítico de bairros situados nas periferias urbanas, pela maior parte das pesquisas sobre cidades produzidas pelos pesquisadores e pesquisadoras do PPGS/UFC, nesse período, também pode ser entendido pela repercussão que ganhou o tema dos “movimentos sociais” durante o final da década de 1980 e início dos anos de 1990, quando a sociologia brasileira de modo mais amplo se debruçava sobre a análise de condições de exclusão social e econômica que foram tematizadas e territorializadas a partir dos bairros populares e favelas. Os trabalhos de pesquisas sobre a cidade desenvolvidos no PPGS/UFC demonstram enfaticamente essa tendência. A periferia torna-se, portanto, o lugar catalisador de estudos da microssociologia dos espaços urbanos na tentativa de compreender as desigualdades sociais, assim como, uma referência significativa para pensar a fisionomia social e política dos territórios da cidade, como identificaram Barreira e Mattos (2013). O enfoque racial não estava explicitamente presente nesses estudos, utilizava-se de modo predominante uma perspectiva de classe.

Consideramos que a concentração de pesquisas no campo de ciências sociais que foram realizadas em periferias produziu importantes análises de compreensão da realidade social e também se mostrou uma forma política de buscar “dar visibilidade” às lutas sociais e às lógicas de estruturação do mundo social pela população negra e pelos mais pobres (FERNANDES, 1965; SOUZA et al, 2009). As favelas e comunidades periféricas se constituíram como um importante foco de investigação nas agendas de pesquisa de uma geração de sociólogos que partindo dessas dimensões tematizaram a cidade. Trabalhos clássicos neste sentido foram produzidos entre as décadas de 1980 e 1990 por autores como Lúcio Kowarick (1980), Alba Zaluar (1985), Eunice Durham (1986), Irllys Barreira (1989), Vera da Silva Telles (1990).

Em síntese, a razão de predominância desse enfoque se fundamenta em um sentimento de compromisso político desses pesquisadores com as causas sociais da periferia e das classes populares. Além disso, para a maioria dos intelectuais brasileiros brancos e de classe média,

¹⁵Referências apresentadas pelas autoras: Arrais (1993); Vale (1997); Barbosa (1997); Diógenes (1998); Pimentel (1998); Bezerra (1999); Schramm (2001); Aragão (2002); Freitas (2003); Prado (2003); Moreira (2004); Mattos (2004); Lima Filho (2004); Pimentel (2004); Oliveira (2006); Maciel (2006); Albuquerque (2006); Gadelha (2007); Paiva (2007); Matos Jr. (2008); Bezerra (2008); Monteiro (2008); Vasconcelos (2008); Mesquita (2009); Viana (2009); Ribeiro (2010) e Sá (2010).

pesquisar a “pobreza” significava operar com certo distanciamento em relação a seus interlocutores. Há também uma representação antropológica do estudo de grupos sociais oriundos das camadas populares localizadas nas periferias como conotação culturalmente diferente como expressão de singularidade das formas de existência.

Mediante esse panorama teórico, propomos inicialmente um deslocamento da periferia em direção às regiões enobrecidas como movimento reflexivo tomando esses territórios como potencial campo de pesquisa sobre as elites, de modo específico nas linhas da sociologia e antropologia urbana. Trata-se de um movimento de pesquisa inverso ao das primeiras e últimas gerações de cientistas sociais que saíram geograficamente dos bairros nobres para estudar em sentido estrito as periferias urbanas. De modo a inverter essa ordem, assume-se o esforço crítico e intelectual de pesquisadores que saem “da periferia para o centro” mediante os percursos e observações que se traduzem em movimentos de pesquisa ao se revelarem objetivamente como modos de estranhamento e problematização das desigualdades que estruturam nosso cotidiano.

Desse modo, munido do arcabouço teórico das Ciências Sociais incorporei nessa pesquisa a capacidade reflexiva desse deslocamento, desta vez, invertendo-a. Situo-me como jovem pesquisador visto como branco, mas não “totalmente branco”, dado que moro na periferia da Região Metropolitana de Fortaleza, e me desloco para estudar os universos materiais e simbólicos das elites brancas localizados em espaços “nobres” da cidade, estando em condições de praticar a observação participante nestes lugares com certo estranhamento, já que não se trata do meu “mundo de vida”. Além disso, este “outro olhar” sobre a cidade e suas elites tornou-se possível pelo fato de trabalhar com uma perspectiva teórico-metodológica advinda das redes de pesquisa crítica sobre branquitude, nas quais minha orientadora, Dra. Geísa Mattos, passou a integrar desde 2019, principalmente a partir da sua parceria com a Professora da Universidade de Yale, Dra. Ana Ramos-Zayas, justamente quando nosso trabalho em conjunto foi iniciado.

Mais que um deslocamento geográfico, esse trabalho opera empírica e teoricamente combinações múltiplas de “viradas epistêmicas” que demandam dos estudos contemporâneos sobre classe e raça uma nova “guinada praxiológica” que vem sendo realizada de forma geral por esse campo de estudos críticos da branquitude. Como mostramos anteriormente, a dimensão racial das elites urbanas no Brasil, foi sendo negligenciada tendo sido priorizada a perspectiva de classe social, o que pode ser explicado justamente pelo fato de terem sido produzidos por intelectuais brancos que tomavam a si próprios e a outros brancos como “neutros” em termos raciais, racializando somente o “outro”, negro, o pobre ou o indígena.

Alastair Bonnett (2002) afirma, assim como outros estudiosos, ser uma tendência a ausência de questões raciais nos estudos sobre urbanismo no Ocidente. Partindo dessa perspectiva, o autor sustenta que as noções de modernidade, branquitude e urbano estiveram historicamente associadas. Apesar de alguns estudiosos frequentemente discutirem a cidade moderna sob uma perspectiva “multirracial” e como caleidoscópio étnico e de culturas híbridas (BHABHA, 1994 apud BONNET, 2002), é possível identificar na geografia, no urbanismo e na arquitetura das metrópoles ocidentais os valores e ideias de uma “modernidade branca”.

[...] hoje, a associação da branquitude com o capitalismo de consumo neoliberal está proporcionando uma nova fase na racialização da modernidade e do urbano. Longe de desaparecer como uma relíquia de um passado racista, os simbolismos da branquitude são adaptativos e flexíveis. O ativista peruano Oliart identifica uma associação da internacionalização dos interesses econômicos e midiáticos com a reinscrição e reinvenção da branquitude como símbolo da modernidade metropolitana, do progresso social e da atratividade física (BONNETT, 2002, p. 355, tradução nossa).

Como veremos a Praça das Flores, em Fortaleza, também se caracteriza como reflexo do poder contínuo de diferentes tipos de branquitude e que se expressam no contexto do capitalismo neoliberal produtor de formas de “urbanismo branco”. Desse modo, observamos o bairro onde esta praça se situa, a Aldeota, como o epicentro do “privilégio branco” na cidade, como estaremos apresentando a seguir.

1.3 Aldeia Aldeota: elite, classe média e branquitude em Fortaleza

Em um estudo realizado pelo Observatório das Metrópoles (2020) constatou-se que houve o aumento significativo e generalizado das desigualdades referentes aos rendimentos econômicos nas metrópoles brasileiras. Entre elas, Fortaleza é uma das cidades mais desiguais do país, confirmando dados apresentados pelo relatório da ONU em 2010, onde a discrepância de renda entre a população rica e a população pobre é uma das maiores, nos últimos anos. A Região Metropolitana de Fortaleza registrou no segundo trimestre de 2020 a quinta posição com o maior índice de desigualdade de 0,675, considerando o coeficiente de Gini. Quanto maior o resultado desse indicador mais elevada é a desigualdade de rendimentos que é medida em uma escala de 0 a 1. O Boletim Desigualdade nas Metrópoles analisou a renda *per capita*

de Fortaleza considerando a população da cidade como sendo formada por três estratos sociais: “pobres”, “intermediários” e os “ricos”. Desses, a renda média *per capita* da classe mais pobre constituída por 40% da população de Fortaleza é de R\$ 96,60 mensais, enquanto a classe alta formada por 10% dos mais ricos têm rendimentos médios de R\$ 4.800,00 mensais. A classe considerada como “intermediária” pelo estudo, figura entre os 50% da população da Capital cearense que ganha em média R\$ 817,26 mensais, constituindo não uma classe “intermediária”, mas uma grande fração da classe mais pobre formada por 90% da população.

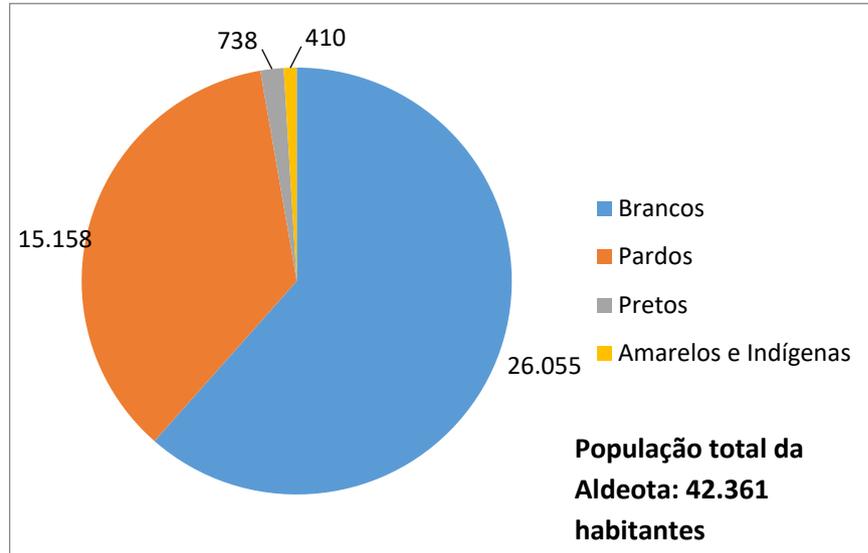
Segundo os dados, essa desigualdade socioeconômica não somente se ampliou muito como também já vinha se elevando nos últimos anos. Segundo o pesquisador Marcelo Gomes Ribeiro, em 2019 Fortaleza já tinha um índice de Gini muito alto 0,645, inclusive quando comparada a várias outras cidades no mundo. Isso significa que Fortaleza é uma sociedade de muita desigualdade, uma realidade histórica que vem se generalizando a cada ano. Essa desigualdade de rendimentos se perpetua na nossa estrutura capitalista competitiva como uma desigualdade de oportunidades, na qual os serviços básicos de educação, moradia, emprego e saúde não são distribuídos para as classes mais pobres na mesma qualidade e quantidade que são destinados para as elites e a classe média alta.

Essa estrutura de desigualdade em rendimentos também se torna muito elevada quando se considera a dimensão racial da questão. Conforme os dados do Observatório das Metrópoles, PUC-RS e Observatório da Dívida Social da América Latina (2020), somente em Fortaleza o rendimento médio domiciliar *per capita* de famílias negras vem diminuindo. Esse estudo também revelou que pessoas negras recebem 49,6% menos da renda média recebida por pessoas brancas, ou seja, enquanto um branco recebe um salário, um negro ganha menos da metade do valor que é recebido pelo branco. Isso mostra como a população negra quando comparada a população branca vem se tornando cada vez mais pobre nas cidades. Em Fortaleza a remuneração média de pessoas brancas é de R\$ 1.585,25, enquanto negros recebem em média R\$ 653,57 mensal.

No último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, a população residente no bairro da Aldeota era de 42.361 habitantes. Em relação aos marcadores de cor e raça da população residente no bairro 26.055 se consideram brancos, correspondendo a 61,15% da população total, 15.158 se autodeclararam pardos representando 35,78%, 738 se reconhecem como pretos o que equivalente a 1,74%, seguidos por 380 que se consideram com a cor de pele amarela e 30 indígenas, somando os dois últimos grupos menos de 2% da população total. Sendo a população branca

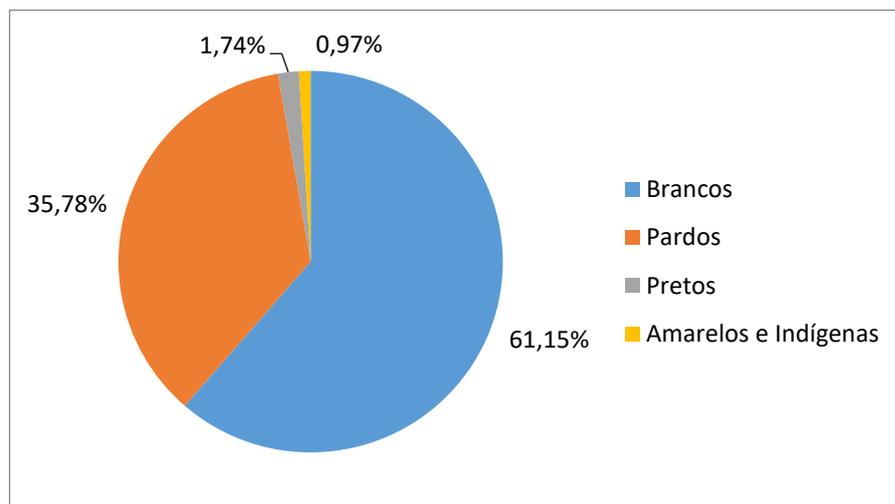
aproximadamente 36 vezes maior do que a população que se reconhece racialmente como preta no bairro.

Gráfico 1 – Demografia racial do bairro da Aldeota.



Fonte: IBGE (2010).

Gráfico 2 – Percentual da demografia racial do bairro da Aldeota.



Fonte: IBGE (2010).

Esses dados são muito significativos porque além de representarem os diferentes perfis raciais dos moradores da Aldeota também nos ajudam a identificar a formação de genealogias raciais e econômicas do bairro que foi sendo historicamente habitado por famílias brancas de

alta renda. Embora na academia e fora dela, nunca se tenha feito esse registro racializado do bairro, pode-se verificar esse aspecto não apenas pelo número de moradores brancos no bairro, mas também a partir dos sobrenomes e das linhagens de algumas famílias. Tomando como inspiração o historiador Raimundo Girão (1982) e Sânzio de Azevedo (2015) pode se afirmar que a história sempre foi a narrativa daqueles que tinham “autoridade para falar”, ou seja, “fala quem pode falar”. Essa “autoridade” é incorporada por Ione Arruda Gomes (1991) no livro “Imagens Indeléveis: primeiros contatos com o bairro da Aldeota”. Nele, a autora descreve suas vivências e memórias, enumerando os nomes de muitas famílias ricas que residiam nas luxuosas mansões do bairro.

Assim como a maioria dos registros históricos sobre famílias ricas, as da Aldeota também foram eternizadas em “imagens indeléveis” por escritores brancos, quase sempre “vindos de berço”. Como enuncia a própria Ione Arruda Gomes seus vizinhos na Aldeota da década de 1940 e 1950 eram:

[...] a chácara de Alba Frota, das Quixadá, a vivenda de Esmerino Arruda e a dos Fontenele, perto do Ginásio São João. E ainda das famílias: Odilon Braveza, Vilar, Mirtil Meyer, Fernandes, Deusdedit, Juaçaba, Lopes, os Ribeiro Campos, os Castro, os Aguiar, os Humberto Ribeiro, os Azevedo, os Brisamar Rocha, a uns passos da avenida, os Gradwol, os Salgado. Na esquina com a Av. Rui Barbosa, os Abner Vasconcelos e as irmãs Gentil Frota (as Frotinhas), que doaram a Capela das Irmãs Missionárias. E ainda os Studart, os Gonçalves da Justa (um palacete com quase meia quadra de terreno), em frente os Batista Campos. E ainda: Alberto Machado, Silvino Cabral – que possuía a maior discoteca de Fortaleza (de bom gosto). Na rua José Lourenço residia o Fernando Lima, irmão do escritor Herman Lima e os Medeiros. Antes, na Rui Barbosa, ficavam as mansões dos Elery Barreira, dos Diógenes, dos Kayate, dos Chastinet, dos Ary. À esquerda da José Lourenço, os Costa, Me. Lulu. Voltando à Santos Dumont, as mansões dos Costa Lima, dos Mendes, dos Martins de Lima, vizinho à dos Picanço, bem em frente, os Mirtil Alves, o palacete do Pedro Machado e o dos Leal (GOMES, 1991, p. 24).

Além destes, a autora cita o nome dos portugueses Júlio Ventura, Dias Branco, Simões Loiro, Rosário, Humberto Pinto, Alexandre Vidal (Cônsul de Portugal), Júlio César, pai do prof. Carlos d’Alge, os Boris, os Barreira, os Parsifal Barroso, os Alencar Araripe, os Cabral de Araújo, as Menescal, os Arruda Botto. Outras famílias afluentes como os Macedo, os Romcy, os Bandeiras de Melo, Martins de Lima, dos Raimundo Oliveira, Lineu Jucá, Moreira, os Melo Arruda, os Cartaxos, os Alencar, os Pamplona, os Arruda Lorda, os Jereissati, os Campelo e os Gentil que afluíram para a Aldeota e construíram por lá chalés e grandes casas com amplos jardins. Esses são os nomes de algumas das dezenas de famílias de reconhecimento e prestígio político, econômico e social entre muitas que fixaram residência na “nobre” Aldeota e com os quais os autores se desculparam por não os mencionar (AZEVEDO, 2015 apud GOMES, 1991).

Essas genealogias dos nomes e sobrenomes das famílias mais tradicionais da Aldeota também foi sendo construída pelo prestígio adquirido por esses clãs através de suas carreiras públicas, como “elites do poder”¹⁶, que fizeram nomes em campos como a medicina, a advocacia, a comunicação, a política e, principalmente, no empresariado do capital imobiliário, industrial e comercial, que figuravam e ainda figuram como esferas de poder na cidade. Essas relações e estruturas de poder na sociedade fortalezense, incidem não somente na Aldeota como em toda cidade, embora no bairro da Aldeota, ela seja historicamente mais presente, tendo sido construída de diferentes maneiras pelas redes de socialização familiar, econômica e racial.

Com efeito, consideramos essa “branquitude” não só como fenótipo, mas como uma construção social que inclui “*habitus*” de classe, acessos a lugares, e a espaços de poder (RAMOS-ZAYAS, 2020). Aliás, a “branquitude” caracteriza a posse e controle de capitais que se configuram como recurso/benefícios/hierarquia e embora em determinados contextos apresente-se ofuscada por fronteiras de identidade e relações raciais mais sutis e fluidas, não perde seu poder de fornecer o acesso privilegiado de grupos dominantes aos melhores recursos como emprego, moradia, educação, esporte e lazer (GARNER, 2006).

Mais recentemente, Jessé Souza (2018) vem contribuindo com o debate sobre a classe média brasileira, incluindo importantes perspectivas conceituais que vão muito além da consideração de um perfil de renda e consumo. Segundo Jessé Souza, a classe média se forma e se reproduz na nossa sociedade como um segmento que apresenta um elemento distintivo de sua posição de classe social e que consiste na “reprodução do capital cultural sob a forma de conhecimento útil e valorizado” (SOUZA, 2017, p. 129). Nesse sentido, ao definir classe média, Jessé Souza enfoca fundamentalmente a estrutura de luta por diferentes tipos de capitais, sendo a classe média fundamentalmente a classe social da reprodução de privilégios.

Para compreender essa estrutura de reprodução de privilégios precisamos primeiro entender a classe média como uma força simbólica, isto é, precisamos tomar devidamente a dimensão simbólica que caracteriza a classe média e seu comportamento prático que, ao mesmo tempo, é utilizado como forma de reconhecimento e justificação do sistema de privilégios. O que de fato interessa é a eficácia, ou seja, o aprendizado efetivo das ideias morais que estão “dentro de nós” e que são reproduzidos nos comportamentos e relações sociais. São os sentimentos morais que difundem crenças, valores e moldam as formas de

¹⁶ Como define Wright Mills “[...] a elite não é simplesmente constituída dos que têm o máximo, pois não o poderiam ter se não fosse pela sua posição nas grandes instituições, que são as bases necessárias do poder, da riqueza e do prestígio, e ao mesmo tempo constituem os meios principais do exercício do poder, de adquirir e conservar riqueza, e de desfrutar as principais vantagens do prestígio” (MILLS, 1981, p. 17-18).

juízos sociais. A classe média é o caso emblemático da branquitude incorporada pela reprodução de “privilégios positivos pela transmissão de um capital cultural mais valorizado” (SOUZA, 2018, p. 61).

Quando se observa os dramas sociais da desigualdade racial também composta pelos dados que apresentamos, conseguimos verificar como classe e raça, e, particularmente, a elite, classe média alta e branquitude têm operado historicamente em conjunto na realidade de Fortaleza. Mais que considerá-la conceitualmente, essa tríade, nos interessa pela lógica da experiência dos sujeitos enredados em situações emblemáticas no contexto da Aldeota, onde essas dimensões raciais se generalizam, embora muitas vezes, estejam naturalizadas, dissimuladas ou “pouco aparentes”. O relacionismo sociológico presente nessas categorias analíticas podem ser tomadas como caminhos praxiológicos para se compreender de modo mais amplo as vias dessa estrutura objetiva de desigualdades, bem como também podem ser deslocadas a dimensão das experiências subjetivas postas em perspectiva.

Por isso, é tão fundamental contextualizar como Fortaleza assume uma estrutura urbana cada vez mais racialmente estratificada e como o campo de estudos críticos sobre branquitude nos serve como importante unidade de análise na pesquisa empírica e vice-versa. Nessa perspectiva, ressaltamos que essa estratificação definiu não apenas diferentes tipos de *habitus* de classe, mas parece ter durante muito tempo borrado a imagem das estruturas de poder racializadas que atuam hierarquizando os acessos aos recursos e espaços de uma metrópole, assim como os modos pelos quais pessoas brancas performam práticas de reafirmação de seu *status* de poder e de seu elitismo face aos sujeitos que excluem, oprimem, violentam ou invisibilizam. Esse “elitismo” de Fortaleza pode ser observado na incorporação de formas de discriminação e diferenciação em termos do reconhecimento do *status* de classe e raça, onde lugares, pessoas e objetos são sutilmente distribuídos visando justamente diminuir as chances de encontros sociais que possam gerar “misturas” (BARREIRA, 2019).

O “medo” e a “insegurança” também são categorias bastante acionadas pela classe média em Fortaleza para justificar suas demandas por formas de exclusão dos seus lugares de circulação, associada à defesa de mais violência policial contra os pobres, negros e moradores de periferia. Em junho de 2013 o movimento denominado de “Fortaleza Apavorada” trouxe a público os sentimentos morais de determinados grupos. O movimento protagonizou uma série de manifestações reivindicando segurança pública pelos bairros nobres da cidade. Na época, as manifestações que nasceram nas mídias sociais digitais por meio de uma página no *Facebook* que alcançou mais de 20 mil seguidores, mobilizando em torno de três mil pessoas em passeatas pelas ruas da Aldeota e do Meireles. Narrativas que apelavam à “insegurança” e

ao “medo” das famílias de classe média levaram esse segmento a protestar em frente ao Palácio da Abolição, sede do governo do Estado do Ceará, contra os números de violência na Capital. As manifestações ganharam por parte da mídia jornalísticas adjetivações como de “passeata pacífica” fazendo associação a presença de famílias, idosos, crianças de colo, sendo ainda um ato marcado pela “tranquilidade”.

Figura 7- Foto das organizadoras do movimento "Fortaleza Apavorada" em junho de 2013.



Fonte: Reportagem do telejornal CETV 2ª Edição (2013).

Como assinala o pesquisador Marcelo Souza (2008), apesar do sentimento de medo se generalizar na cidade, existe uma “geografia da violência”, isto é, os efeitos objetivos da violência não se manifestam igualmente para todos, sobretudo, quando a violência é sentida de modo específico segundo uma dimensão de classe, raça, gênero, geração e local de residência. Além disso, os efeitos desse medo na cidade, têm “condicionado hábitos de deslocamento e lazer, influenciando formas de moradia e habitat e modelando alguns discursos-padrão sobre a violência urbana” (SOUZA, 2008, p. 57), como foi o caso da narrativa dos manifestantes do “Fortaleza Apavorada”. Como analisou a antropóloga Tereza Caldeira (2011) as representações de crime, violência e discriminação social historicamente definiram mudanças nas maneiras de organização e classificação dos espaços da cidade fazendo surgir um mapa cognitivo de sucessivos processos de segregação urbana de onde nascem os muros, os dispositivos tecnológicos de segurança privada criando então os “enclaves fortificados”.

Ao ser criticado como movimento restrito a um “grupo da classe média alta”, uma das organizadoras do “Fortaleza Apavorada”, mulher de classe média branca, reagiu: “isso é

besteira. Por que só pobre pode se manifestar? Não entendo porque não podemos ter esse direito.” Segundo a mesma, havia a presença de pessoas de diferentes locais da cidade e que esse “não seria um movimento de classe abastada”, mas “um movimento de cidadãos!”. A organizadora também negou que participantes do movimento na época tenham promovido no *Facebook* discursos de preconceito e ódio contra pessoas pobres, afirmando que “não teve absolutamente nada disso. Veio gente de Jaguaruana e um grande grupo da família do Anderson, um menino que foi assassinado em frente a Fa7 (Faculdade 7 de Setembro). [...] Tinha também uma senhorinha bem ‘pobrezinha’, protestando contra o assassinato do filho. Foi uma manifestação quase unânime de vítimas da violência em Fortaleza.”.

O primeiro fato que pode-se observar na fala da organizadora é que ao se questionar se somente “os pobres” podem protestar, há um auto-reconhecimento “diante do espelho” de alguém que está ocupando um lugar de enunciado dominante. Enquanto tenta conferir legitimidade ao movimento com a inclusão outros sujeitos, a organizadora (mulher rica e branca) ao usar em sua retórica de modo caricata a imagem de “inclusão” da “senhorinha bem pobrezinha” reificando a ordem simbólica das desigualdades de condições sociais de forma acrítica, como também assinala que a presença de pessoas pobres e negras nas manifestações, são bem-vindas desde que possam ser utilizadas como uma espécie de “*black card*” pelos brancos, endossando os discursos e representações de medo e violência conforme as narrativas de grupos de classe média alta.

Nesse contexto, a “Fortaleza Apavorada” e quase “unânime” como foi reivindicada pela senhora branca não se sustenta, tendo se configurado mais como um palco político montado por uma fração da classe média alta que vive nos ares mais protegidos da cidade e que começou a se ver ameaçada por aquilo que eles mesmos chamam de “números da violência”. Principalmente porque a realidade de violência na periferia da cidade sempre foi histórica, fato que parece nunca ter causado grande incômodo e sensibilidade nas classes brancas e mais privilegiadas de Fortaleza, então quando esses índices ganham proporção e começam a afetar a estrutura de normalidade dos muros criados pelos ricos torna-se então um problema que merece devida atenção pública, ou seja, “a classe média brasileira não se comove com a morte ou mesmo o massacre de milhares de pobres, os quais são vistos como “gente inferior”. Mas se comove muito com o drama humano de um único indivíduo de sua classe, quando é sequestrado ou morto” (SOUZA, 2018, p. 65).

Esse é um dos exemplos emblemáticos de como a elite, a classe média alta e a branquitude operam em Fortaleza, revelando uma solidariedade de classe e raça que mobiliza um tipo de sensibilidade, uma empatia imediata na própria classe média, inclusive,

sensibilizando também os indivíduos de classes populares. Essa é a sensibilidade da branquitude, uma sensibilidade classista, narcísica e racista. Isso se torna mais evidente quando se observa que o desastre e morte de uma pessoa branca produz mais comoção na cidade quando é na Aldeota, mais do que quando envolve uma pessoa negra na periferia. Um exemplo mais recente que reforça o poder dessa sensibilidade da branquitude foi o desabamento do Edifício Andrea no dia 15 de outubro de 2019 no bairro Dionísio Torres nas proximidades da Praça das Flores na Aldeota. O prédio residencial de sete andares localizado na rua Tibúrcio Cavalcante foi local do desastre onde morreram nove pessoas e sete foram resgatas com vida. A tragédia contou com grande cobertura jornalística com repercussão nos canais de TV locais e nos telejornais nacionais. O trabalho de resgate dos sobreviventes e dos corpos das vítimas no meio dos escombros durou cinco dias e mobilizou além de centenas de profissionais do Corpo de Bombeiro Militar o serviço médico, psicológico e religioso de vários voluntários.

Figura 8 - Foto do local do desabamento do edifício Residencial Andrea no Dionísio Torres.



Fonte: Diário do Nordeste. Foto: Thiago Gadelha (2020).

Essa mobilização também revela operações de poder que criam em determinados contextos, redes de proteção e manutenção não apenas da vida, mas das vidas que são passíveis de luto, conforme discute Judith Butler (2015). As reflexões de Butler são nesse ponto muito fundamentais e nos permitem não somente interpelar quem são essas vidas, mas nos levam a compreender a existência dos “enquadramentos epistemológicos” que qualificam

essas vidas como “vidas vivíveis”. Conforme explica a autora, os “enquadramentos” são como modelagens que “atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos (ou que produzem vidas através de um *continuum* de vida) não só organizam a experiência visual como também geram ontologias específicas do sujeito” (BUTLER, 2015, p. 15).

A capacidade de circulação de imagens e vídeos pela TV e pela *internet* do desastre ocorrido na região nobre de Fortaleza em 2019, traz para a cena das representações o contexto que enquadra esse acontecimento. Como assinala Butler, existem atos e práticas de reconhecimento diferenciados que enquadram as vidas ou um conjunto de vidas que podem ser reconhecidas como vidas. No contexto de Fortaleza, as condições de ser reconhecido se estruturam justamente nas normas e padrões de representação de classe, raça e gênero, além também do local de residência. Esses são os marcos de enquadramento dos sujeitos que produzem também disposições afetivas e políticas quando se trata de apreender o valor ou significado de uma vida perdida, ou destruída.

Figura 9- Registro do momento de homenagem e oração pelas vítimas do desabamento do edifício Andrea.



Fonte: Diário do Nordeste. Foto: Natinho Rodrigues (2019).

Figura 10 - Cena dos moradores da Aldeota rezando e fazendo orações pelas vítimas em frente ao local do desabamento.



Fonte: Diário do Nordeste. Foto: Natinho Rodrigues (2019).

Como então podemos relacionar o reconhecimento social do estatuto de “direito à vida” ou de sua condição como digna de ser enlutada frente aos enquadramentos de poder e sensibilidade da branquitude? Por que as vidas perdidas em desastres e chacinas nos bairros da periferia¹⁷ não são vistas também como vidas valiosas e como vidas passíveis de luto? Como diria Butler, há diferentes enquadramentos em questão. O que eu argumento, apoiado na discussão dessa pensadora, é que existem também enquadramentos raciais que reforçam ou potencializam uma distribuição diferencial da capacidade social de comoção frente a perda de vidas, existindo “formas de racismo instituídas e ativas no nível da percepção que tendem a produzir versões icônicas de populações que são eminentemente lamentáveis e de outras cuja perda não é perda, e que não é passível de luto” (BUTLER, 2015, p. 45). As imagens que circularam na *internet* da “tragédia urbana” do Edifício Andrea como as de trabalho de resgate, das orações dos familiares e homenagens às vítimas do desabamento revelam o poder do afeto incorporado pelas práticas de sensibilidade da branquitude.

Como sugere a proposição teórica de Ulla D. Berg e Ana Ramos-Zayas (2015), esses comportamentos entram também como construções de “afetos racializados” que perpetuam de

¹⁷ O pesquisador Luiz Fábio Paiva (2015) em artigo sobre “Mortes na Periferia” se debruça sobre o tema da chacina de 12 de novembro de 2015, na Grande Messejana, em Fortaleza, onde foram assassinadas onze pessoas, grande maioria sendo jovens e negros. O autor reflete como as percepções de vida e morte das pessoas são discutidas a partir de representações que falam da violência como força estruturante da vida social.

modo seletivo o uso da subjetividade afetiva privilegiada e matizada frequentemente pelos brancos, dimensão que iremos teorizar com mais densidade a partir das situações e comportamentos práticos incorporados pela classe média branca na Praça das Flores na Aldeota. Por isso, enfatizamos que a branquitude incorporada pelas elites e pela classe média, embora de fato amplamente operante, ainda não foi explicitamente teorizada nos estudos de sociologia urbana em Fortaleza e talvez possa nos ajudar a compreender como atuam as forças simbólicas que estruturam os lugares de privilégio na cidade.

2 NOTAS SOBRE O TRABALHO DE CAMPO

Durante o período de um ano dedicado ao trabalho de campo, entre janeiro de 2020 e fevereiro de 2021, reunimos um conjunto de dados etnográficos colhidos mediante o uso de ferramentas metodológicas que englobam tanto os contextos *online* quanto *offline*. Entendemos que a produção de significados atribuídos às cidades no mundo contemporâneo precisa contemplar também os modos como estes são produzidos e circulam no meio digital, através de *blogs*, *sites* de redes sociais e publicidade, através de redes que guardam continuidade com a vida face a face presencial¹⁸ (MILLER E SLATER, 2004; GÜNEL, VARMA, WATANABE, 2020; PINK, 2016). Nos meses antes da pandemia Covid-19, novembro e dezembro de 2019 e janeiro e fevereiro 2020 eu frequentava a praça em eventos culturais, festivais de gastronomia e feiras de alimentos orgânicos e veganos, participava de degustação de comidas e outros produtos oferecidos no local. Em função da pandemia, estive impossibilitado de ir a campo de maneira presencial à Praça das Flores durante os meses de março, abril, maio e junho de 2020, de modo que dediquei este período para trabalhar especificamente com o meio digital: examinar e colecionar matérias de jornais, anúncios publicitários, *posts* de perfis públicos no *Instagram*, *websérie* no *YouTube*. Nos jornais, *blogs* e no *YouTube*, os principais critérios que usei na escolha desses materiais foram: as representações de memórias e narrativas sobre o bairro e sobre a praça, assim como a relevância dos dados históricos apresentados pelas fontes. No caso do *Instagram*, usei a lupa do campo de pesquisa do aplicativo que facilitou o critério de escolha das postagens através do recurso de geolocalização da praça, onde fui identificando imagens e legendas divulgadas principalmente em perfis de pessoas de classe média alta, considerando os significados que essas pessoas atribuíam ao contexto das suas próprias fotografias.

A partir de julho de 2020, retomei de modo mais sistemático as idas à praça e ao seu entorno para o trabalho de observação participante, inicialmente para a prática de *cooper*, e posteriormente me inserindo em um grupo de classe média alta que praticava atividades físicas na praça, sob a supervisão de um *personal trainer*. A partir da inserção e das amizades feitas neste grupo, fui convidado a frequentar um espaço privado de quadras de *beach tennis* na Aldeota, próximo à praça. Durante um período de oito meses frequentando a praça para

¹⁸ Ver também Daniel Miller (2020): How to conduct ethnography during social isolation. Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NSiTrYB-0so>.

Günel, Varma, Watanabe (2020) A Manifesto for Patchwork Ethnography (2020). Society for Cultural Anthropology. Disponível em: <https://culanth.org/fieldsights/a-manifesto-for-patchwork-ethnography>.

prática de atividade física foi seguindo as redes para onde elas levam (WEBER; BEAUD, 2015). Para não privilegiar o olhar do “pesquisador da praça”, consideramos outros pontos de vista apreendidos a partir de depoimentos e entrevistas com diferentes frequentadores da praça. Os depoimentos foram colhidos presencialmente em conversas e treinos na praça e em ambientes fora da praça e as entrevistas foram realizadas *online* através do *Google Meet*.

Consideramos que o espaço físico e simbólico da praça se configura como território vivo de classificações que são estruturadas em práticas e representações observadas em maneiras de pensar, sentir, fazer e agir que demarcam esse contexto como um espaço e imagem do privilégio, consumo e sociabilidade das elites revelando um sistema de hierarquias sociais que também estruturam diferenças raciais nas formas de apropriação dos recursos e dos espaços. Vale ressaltar que estender a geografia do campo para além da Praça das Flores foi algo que se apresentou como necessário ao longo das observações.

Nessa perspectiva, apresentamos nesse capítulo notas reflexivas sobre a construção dos passos desse percurso metodológico tomando como ponto de partida não apenas a praça, como ambiente isolado, mas sua cosmologia, uma espécie de microcosmo social um pouco mais abrangente perfilado tanto pelo entorno da praça como pelo próprio bairro da Aldeota, associando isso com aspectos e comportamento das elites, suas práticas e usos dos espaços públicos.

2.1 Dinâmicas históricas, geográficas, políticas e socioeconômicas de um território valorizado na cidade

A Praça das Flores se constitui como uma área verde e espaço de uso coletivo do bairro cercado pelas Avenidas Desembargador Moreira e Padre Antônio Tomás e pelas Ruas Barbosa de Freitas e Eduardo Garcia. O logradouro tem especificamente 25.000 m², sendo uma das grandes áreas arborizadas em meio a densidade urbana que caracteriza seu entorno com imponentes prédios e denso fluxo de automóveis. O local começou a ser ocupado em meados da década de 1940, na frente do prédio do Hospital do Exército, inaugurado na Av. Desembargador Moreira em 1948, hoje também chamado de Hospital Geral de Fortaleza (HGeF).

Figura 11- Foto do Hospital do Exército na década de 1947. Nota-se que a região da Avenida Desembargador Moreira era um verdadeiro descampado.



Fonte: Blog Fortaleza Nobre (2010).

Figura 12 - Na frente do hospital o terreno onde hoje é a Praça das Flores.



Fonte: Blog Fortaleza em Fotos.

Essas fotografias panorâmicas mostram o prédio do Hospital Militar inaugurado na atual Avenida Desembargador Moreira no dia 1º de março de 1948, ainda em uma região cercada de vegetação, com poucas residências. As que já haviam sido construídas ficavam distantes umas das outras, formando uma paisagem de grandes “vazios urbanos”. No começo

dos anos de 1940, o terreno que hoje é a Praça das Flores, era conhecido como “mata da Aldeota”, um areal que funcionava, em um dos lados, como pasto para animais e no outro como um campo de futebol. A área campal em frente ao Hospital foi nomeada em 1945 de Praça Clóvis Beviláqua, tendo sido oficialmente publicada no Diário Oficial do Município em 7 de maio do mesmo ano.

Em 1962 o Jornal Gazeta de Notícias, denunciava as más condições do local, onde existiam resíduos de animais que representavam ameaça a salubridade do hospital. O periódico também relata que durante a noite, na completa escuridão, a praça se tornava um “ótimo ambiente para ladrões e maconheiros, com real perigo para as famílias residentes nas proximidades”. Esse registro jornalístico revela, não somente as inseguranças e medos das famílias mais abonadas que começaram a se estabelecer na região durante a década de 1950 e 1960, mas também, na incipiente urbanização da Aldeota, uma ideologia higienista-sanitarista que se configura reproduzindo discursos contraditórios que se realizam como *modus operandi* mediante “a negação dos pobres, a higienização dos espaços públicos e o sonho de limpeza e disciplinamento das condições de vida” (OLIVEIRA SOBRINHO, 2013, p. 217), como também ocorreu entre os séculos XIX e XX em processos de urbanização de metrópoles brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo que seguiram concepções de um modelo ideal de civilidade branca, capitalista e europeizada.

Figura 13 - Edição do Jornal Gazeta de Notícias de 1962.



Fonte: Blog Fortaleza Nobre (2010).

Surgia então, nesses moldes, a primeira praça do bairro da Aldeota em um espaço que se configurava como uma espécie de curral e estábulo de animais. O jornalista Blanchard Girão (1998) no livro “Sessão das Quatro: cenas e atores de um tempo mais feliz”, narra um fato curioso sobre os primórdios dessa região onde nascia também a Avenida Desembargador Moreira. Segundo ele, ali nas imediações do Hospital Militar, existia o famoso “Cabaré da Margô”. Na época, a região tinha poucos moradores e o local ainda era de difícil acesso. O estabelecimento, como descrito por Girão, era frequentado pelos “homens da elite: empresários, coronéis, políticos, grandes fazendeiros e muitas personalidades de destaque”. Conforme narra o autor aconteceu que um dia:

[...] um jovem e entusiasmado delegado de polícia, flagrou a presença de menores no Cabaré da Margô. Fez o que mandava a lei: prendeu a cafetina, fechou o cabaré, deu uma batida no local em busca de outras irregularidades. O resultado disso foi uma grande confusão: por trás das grades, Margô fez valer o seu prestígio político. O Deputado amigo, cliente assíduo do estabelecimento, estava à frente do governo e adotou medidas radicais, de modo a que ficasse claro seu apreço pela amiga “ofendida”: demitiu sumariamente o delegado. No dia seguinte, o jornal Gazeta de Notícias – que fazia oposição ao governo – abriu manchete com estardalhaço: “Cafetina Margô demite delegado”. Escândalo sem tamanho, que o governo teve de explicar através dos seus assessores e aliados políticos. Ao reassumir o cargo, o governador titular recolocou as coisas em seus devidos lugares, ou seja, desfez o ato de demissão do delegado. Mas o cabaré da Margô continuou em funcionamento, de vento em popa, com ou sem a presença de menores (GIRÃO, 1998, p. 30).

Em 1965 com a lei 2.995 a praça passa a ser chamada de “Bosque” General Eudoro Correia, atendendo mensagem do prefeito Murilo Borges. O nome foi dado em homenagem ao General Eudoro Correia, um militar gaúcho transferido para o Ceará que comandou o Colégio Militar de Fortaleza de 1923 a 1936” (WIRTZBIKI, 2015, p. 67). A classificação do espaço como “Bosque” remete-se aos planos de dar a esse espaço urbano uma identidade visual mais arborizada. A associação do lugar a um bosque também evidencia representações de espaços que fazem conexões com sentimento de preservação e de benefícios daquilo que significa conviver “harmoniosamente com a natureza” incentivando as visitas de pessoas e também as práticas esportivas nos caminhantes, corredores e ciclistas, permitindo também diferentes socializações.

Apesar da nomeação como Bosque em 1965, somente em 1983 durante a gestão do prefeito César Cals o projeto da Praça/Bosque Eudoro Correio é definitivamente implementado. O projeto de tornar o quadrilátero em bosque já constituía uma demanda dos moradores do entorno, “em maioria indivíduos de classe alta do bairro que acreditavam que o espaço estava se marginalizando” (WIRTZBIKI, 2015, p. 70). O discurso de “marginalização”

e “decadência” do espaço também esteve, mais uma vez, associado ao temor da classe média ao aumento das ocupações ditas “ilegais” de “casebres” construídos por pessoas de classes pobres na região da Aldeota, como foi caso daqueles que fixaram residência na “favela Santa Cecília” durante a década de 1960 e 1980, hoje conhecida como “Comunidade das Quadras”.

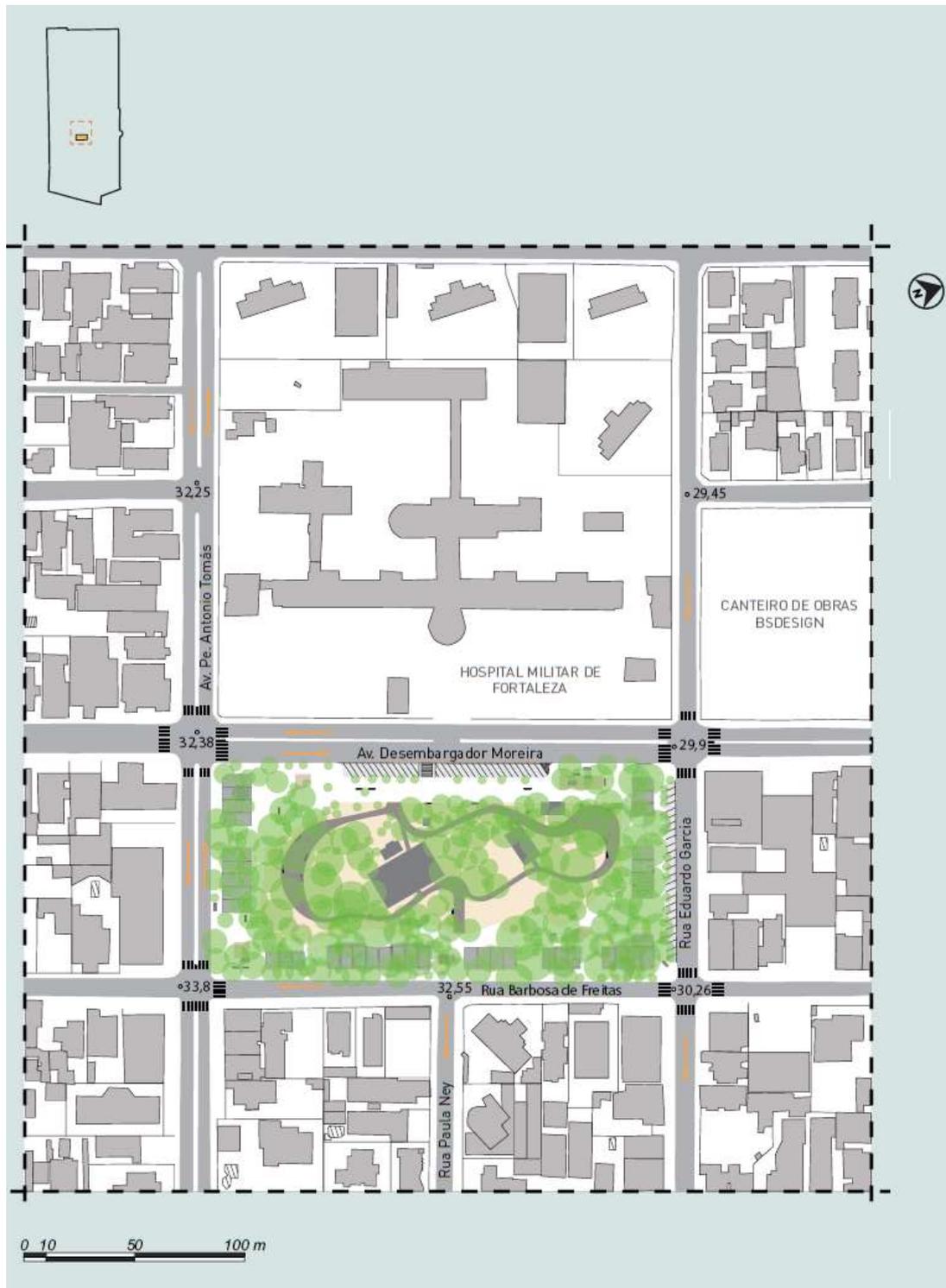
O projeto do Bosque foi então elaborado pelo arquiteto Totonho Laprovitera. De acordo com Nicole Wirtzbiki (2015) o projeto pensado pelo arquiteto seguiu a tendência de modelos paisagísticos de praças em cidades brasileiras desde os anos de 1960 que reproduziam um estilo de paisagismo norte-americano, priorizando áreas recreativas livres, canteiros e poucos bancos, além da presença abundante de árvores que apesar de projetarem sombra, também impossibilitaram a utilização do espaço urbano para reunião de muitas pessoas. Essa estrutura de pensar a arquitetura dos espaços públicos nas grandes cidades foi também um dos reflexos do nosso contexto político de ditadura militar (1964 – 1985), período em que os modelos paisagísticos das praças brasileiras, como a Praça Eudoro Correia, incorporaram uma maior dimensão de controle e disciplinamento inviabilizando não apenas os usos e manifestações individuais e coletivas, mas obstruindo a própria dimensão política e contestatória dos espaços públicos.

Além da denominação de “bosque”, o quadrilátero foi sendo popularmente conhecido como Praça do Hospital Militar, Feira das Flores e Praça das Flores, o primeiro fazendo referência ao Hospital Público em frente a praça que é administrado pelos militares e os dois últimos, fazendo associação da praça ao comércio de flores e plantas que começou no local durante a década de 1990, após uma adaptação da praça, onde foram instalados 39 quiosques de venda de plantas ao redor do *boulevard*, oferecidos na época aos vendedores e floristas que antes comercializam as plantas e flores na Praça Portugal aos domingos.

A praça constitui-se em um conjunto de temporalidades. Ela vai criando uma espécie de entorno de cosmologia de práticas, nas quais entram o saber médico, os consumos gastronômicos, esportivos, além de tecnologias do *self* e do corpo (MAUSS, 1974; FOUCAULT, 1979; LE BRETON, 1990) em espaços como academias de musculação, clínicas de nutrição esportiva e espaços de cuidados estéticos. A praça e seu entorno é um espaço sobrecarregado de nexos de poder com as instituições médicas, em sua maioria privadas, mas também públicas. Na área da Aldeota onde a Praça está localizada existem, relativamente próximos, 20 hospitais de redes privadas, assim como clínicas médicas e lojas de produtos de saúde e mais de 19 farmácias e drogarias, com horário de funcionamento e atendimento 24 horas, nas quais pode-se encontrar medicamentos genéricos e manipulados, dermocosméticos, higiene pessoal, produtos de beleza e itens de cuidado diário,

configurando-se como uma das regiões mais bem equipadas e servidas no campo farmacêutico, assim como da promoção da saúde de modo geral.

Figura 14 - Planta de Situação: Praça das Flores.



Fonte: Wierzbicki (2015).

Funde-se a essa primeira cosmologia da praça, um movimento mais recente de consumos gastronômicos que tem se consolidado nos últimos anos na Aldeota, como é o caso das ruas Sabino Pires e Norvinda Pires localizadas entre as paralelas Torres Câmara e Desembargador Leite Albuquerque formando uma cosmologia gastronômica inserida em um “*ethos gourmet*” (LAGES, 2015), que assume vários significados sociais específicos. Uma diz respeito às experiências gustativas, como um “marcador social” e modo de distinção por meio avaliações e classificações de produção de experiências alimentares de “bom gosto”¹⁹ em relação a “qualidade” e “refinamento” que compõem os estilos gastronômicos propostos como singulares. A distinção pelo gosto na alimentação (BOURDIEU, 2007; FLANDRIN, 2009), aparece como uma propriedade compartilhada entre os consumidores, os produtos se complementando na estética e decoração dos espaços que se configuram como “ambientes intimistas” de um consumo socialmente estratificado e racialmente performático, onde é necessário ter os capitais necessários para participar dessa experiência específica de culto do prazer gastronômico.

Essas ruas reúnem diferentes tipos de estabelecimentos formados por cinco restaurantes: Verdélina Restaurante (com uma proposta de culinária “orgânica” e opções vegetarianas), Restaurante *Yaki Box* (japonês), Nemo *Sushi* (asiático), Apelo Píadineria (italiano), Joá Ristobar (italiano). Por quatro “estilosos” bares como: *Blue Door Pub*, Vilar Bar, *Hey Joe Foond ‘n’ Bar*, *Donkey Head* Cervejaria, tendo ainda também cafés e padarias como *Blend Coffee House*, *Le Santé* Café, *Josephine Patisserie*, Casa dos Bolos. Além de lanchonetes e lojas de sucos como Parajuá Açai e Menu Açai. E Pizzaria como: *Caccio – Forno* e *Pizza*. Entre outros estabelecimentos destinados às elites locais como Espaço Zazen (aulas de yoga), Fátima Flores (floricultura), Vila *Coworking*²⁰, Opa! Escola de *Design* e estúdios de tatuagem como O Galo Cego *Tattoo* e *Piercing*, Metal *Dog Tattoo*. Além de barbearias estilizadas como a Zé Barbeiro. Esses são espaços reservados, que funcionam para o atendimento de poucas pessoas.

Como uma das praças mais frequentadas dessa região da cidade com aproximadamente 5 mil visitantes por dia (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2015), a Praça

¹⁹ De acordo com o historiador Jean-Louis Flandrin (2009), o “bom gosto” na alimentação surgiu como um uso metafórico em meados do século XVII dos gastrônomos franceses referindo-se a sua própria culinária como a “boa cozinha”, uma “arte culinária”. Foram eles que primeiro aplicaram a noção de “bom gosto” no campo da alimentação fazendo alusão ao julgamento social do “bom gosto” no campo das artes plásticas, no campo literário. Na “boa cozinha” francesa esse bom gosto estava relacionado também ao requinte, refinamento e delicadeza.

²⁰ Coworking é um espaço onde várias empresas e freelancers compartilham o mesmo ambiente de trabalho e ideias, dividindo entre si as despesas gerais e os locais de área comum. Ver em: “O que é Coworking e como funciona este modelo de trabalho?” (CONUBE, 2020).

das Flores constitui-se como espaço de visibilidade sendo um ponto focal para os trajetos daqueles que atravessam a Aldeota. Sua localização central e estratégica é reforçada pela Avenida Desembargador Moreira via com maior fluxo da região, com um tráfego de 42.052 veículos diariamente, de acordo com a Autarquia Municipal de Trânsito (AMC, 2012), sendo hoje um dos principais binários com a Avenida Virgílio Távora (32.070), Avenida Santos Dumont (39.861) e Dom Luís (31.000). Nos últimos cinco anos (2015-2020) a praça, avenidas e ruas de seu entorno receberam de forma contínua “ondas” de investimentos com obras de “requalificação” milionárias na região, tendo passado a praça em 2015/2016 por uma significativa reforma de 4 milhões.

O cearense Beto Studart, além de empresário, é também advogado e ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC). Dono da BSPAR Incorporações, Studart tem um papel central no conjunto dos investimentos privados feitos hoje naquela região da Aldeota, e particularmente na praça. O grupo BSPAR²¹ em ação consorciada com a Prefeitura de Fortaleza realizou a “requalificação” do espaço. Com a “requalificação” foi instalada no local uma Academia ao Ar Livre com equipamentos de ginástica, que, por sua vez, tem parceria com a Unimed Ceará²².

De acordo com informações da prefeitura a estrutura oficial da praça foi construída no início dos anos 1980 e há 20 anos não recebia nenhuma reforma significativa. Além disso, a adoção da praça pelo Grupo do Beto Studart tem inicialmente uma vigência de dez anos (2016 – 2026) sendo a empresa responsável pela conservação, manutenção e limpeza do espaço durante esse período. A praça também foi equipada com um novo mobiliário urbanístico, com reforma do piso, bancos, uma quadra poliesportiva e um parque infantil. Para o então prefeito Roberto Cláudio, a iniciativa do Grupo empresarial na Praça das Flores vai muito além da praça. Nas palavras do prefeito em entrevista a Plataforma Vós a ação significa:

“[...] um investimento muito significativo que por trás tem uma crença. Não é só a praça em si, não é só o novo piso, a nova luz, a academia de ginástica, a quadra ou o playground. É a crença que para reconstruir uma cidade de mais paz, de mais igualdade, é preciso a gente revitalizar locais públicos, entregá-los à cidade como esse, recuperados, bacanas e que possam estimular a comunidade a voltar a usar. É um investimento em infraestrutura, mas de forte impacto social” (SOMOS VÓS, 2016).

²¹ Fazem parte do grupo as seguintes empresas: BSPAR Construções, BSPAR Finanças, BSPAR Delfhi, E-NOVAR Soluções Tecnológicas e a Fundação Beto Studart.

²² Rede particular de saúde e assistência médico-hospitalar.

O elogio do prefeito reconhecendo a iniciativa do “generoso” empresário Beto Studart por entregar a cidade um espaço público “bacana” dissimula aspectos de nossa realidade urbana. Sem dúvida a reforma da praça em um Bairro “nobre” vai muito além das novas estruturas físicas entregues naquele ambiente. De fato, o que ocorre, é que a “crença” por trás dessa ação público-privada diz muito sobre esse contexto. Principalmente porque essa “crença” de espaço público mencionada pelo prefeito não se efetiva em todas as regiões da cidade. Basta que façamos uma visita na periferia para constatarmos isso. A “paz” e a “igualdade” que o gestor associa a esse território também são noções que não se realizam em outros locais públicos da cidade e estão socialmente associadas a lugares enobrecidos como é o caso da Praça das Flores na Aldeota. Nesse cenário, podemos problematizar também essa ideia de “impacto social” que o prefeito sugere ser produzida por essas ações de “requalificação”. Nesse contexto, um “impacto” que retorna em valores materiais e simbólicos aos espaços urbanos praticados pelas próprias elites.

2.2 A Praça das Flores como cenário da classe média nas mídias sociais

O contexto de pandemia do coronavírus exigiu pesquisadores instigados pelo trabalho de campo, a tarefa criativa de repensar e reformular seus acessos aos sujeitos e situações de pesquisa. As limitações de “ir ao campo presencial” abriram novas perspectivas, como foi o nosso caso em diálogo com uma sociologia fundamentada em contextos de pesquisas *online*. O primeiro passo foi criar um perfil no *Instagram* @etnografianapraça e começar a seguir os perfis de frequentadores, feirantes, floristas, empresários, assim como de empresas e estabelecimentos do entorno da praça por meio da rede social digital. Além do mapeamento, foi possível identificar os engajamentos das postagens desses perfis, assim como continuar em contato com o público de frequentadores e comerciantes que praticam também atividades na praça, por meio das interações no modo *online* e no *offline* considerando o mapeamento da classe média na geolocalização da praça (*geotag*: Praça das Flores) no *Instagram* observando, descrevendo e analisando *posts* (postagens) e *stories* e diariamente no *feed* como se estivesse visitando o campo de pesquisa, seguindo as premissas socioantropológicas de colocar as experiências socioculturais dessas imagens e legendas produzidas pelos frequentadores da

praça em contexto, isto é, considerando *online* e *offline* como parte de um contínuo por meio do qual a vida social ganha significado (MILLER e SLATER, 2004).

A proposta de considerar metodologicamente esses conteúdos e informações como parte do material de pesquisa se revelou como modo de apreender as diferentes formas e contextos de exposição de capitais culturais, simbólicos e estéticos que estruturam performances sociais sobre determinadas representações de estilos de vida evidenciando em suas imagens de privilégio identidades socioculturais de uma geração conectada às mídias pela sensibilidade e estética visual (MANOVICH, 2016). As postagens de fotos e legendas geolocalizadas no *Instagram* passaram a ser consideradas formas significativas de representações do espaço da praça, assim como de simbolismos que demarcam socioespacialmente a cidade. Isso nos permitiu pensar nas representações de comportamento de diferentes tipos de frequentadores deste espaço público. Esse significativo material de imagens serviu como base de nossa descrição de aspectos mais orgânicos dos modos de apropriação dos espaços, assim como distinções de classe, raça e gênero.

Figura 15 - Foto postada no perfil de uma mulher de classe média, com idade aproximada de 50 anos, no Instagram. Na legenda da foto, ela expõe sentimentos de fruição do espaço, onde “caminha devagarinho”, contemplativa, em uma narrativa na qual a imagem da Santa é hiperbólica dos adjetivos usados para descrever a atmosfera local “repleta de muita paz, luz e tranquilidade”. A valorização das flores, compradas na praça, entra em um contexto de significados no qual a narradora se atribui um certo “saber viver” associado à natureza.



Fonte: Instagram (2020).

Figura 16 - Outro registro onde se apresenta uma admiração pelas “belezas” que são possíveis adquirir na praça. Registra também como a feira de flores é usada pela classe média como cenário que serve tanto ao marketing da própria praça quanto ao marketing da jovem que aparece associada às flores e à natureza no Instagram e que ganha comentários reforçadores.



Fonte: Instagram (2020).

Figura 17- Nesta imagem e texto, a jovem mãe “vende” uma imagem de “vida perfeita” como vida próxima da natureza. O marketing da praça se confunde com o marketing da própria mãe e de seu filho no Instagram.



Fonte: Instagram (2020).

Figura 18 - Nesta postagem o jovem valoriza o consumo de produtos orgânicos vendidos na praça. Vendida como forma de vida saudável e feliz, colocada na narrativa dele como imperativo para ter saúde em letras maiúsculas, os produtos orgânicos, no entanto, têm alto custo, e são acessíveis somente à classe média.



Fonte: Instagram (2020)

As imagens e legendas que identificamos na pesquisa *online*²³ sobre a praça no *Instagram*, revelam um ambiente que foi capturado como cenário fotográfico da classe média alta nas redes sociais digitais. No entanto, essa constatação vinda do *Instagram* surge como uma perspectiva que vê a praça como um lugar valorizado na dinâmica das performances de classe e raça que se apresentam nas redes sociais digitais. Ser associado/a à praça, em imagens e textos veiculados no *Instagram*, é deter *status* como portador de uma “vida saudável”, “feliz”, perfeita e invejável.

Considerando as possibilidades metodológicas do campo *online*, voltamo-nos também para os significados históricos associados à praça. Buscando imagens da história de ocupação do Bairro da Aldeota em específico chegamos a dois *blogs*: “Fortaleza Antiga” e “Fortaleza Nobre”, nos quais verificamos um significativo acervo de fotos das primeiras décadas de formação da urbanização da Aldeota. Nessas buscas, observamos que esses *blogs* apresentam mais registros fotográficos de bairros ricos da cidade. Esse aspecto assinala uma espécie de

²³Nesse percurso metodológico, também consideramos ver como o bairro da Aldeota passou a ser representado em outras redes sociais como no *Youtube*, onde identificamos e analisamos os vídeos da websérie “Aldeota Azul” em cinco episódios: 1º “Aldeota: conheça o bairro mais emblemático de Fortaleza”, 2º “Nosso lugar”, 3º “As delicadezas do bairro da Aldeota em Fortaleza”, 4º “Os sentidos”, 5º “O Futuro”.

elitismo da história que se narra por meio das fotografias e da produção de imagens sobre a cidade que trazem essa Fortaleza “antiga” e “nobre”. Nesse sentido, verificamos a existência de um abundante material fotográfico sobre regiões enobrecidas da cidade, sobretudo, da Aldeota nesses dois *blogs*.

Figura 19 - Blog Fortaleza Nobre, fonte de informação utilizada na pesquisa online.



Fonte: Blog Fortaleza Nobre (2020).

Também utilizamos nesse campo, conteúdos sobre a Praça das Flores publicizados pela plataforma “Somos Vós” (somosvos.com.br), um *website* jornalístico que apresenta diferentes histórias de Fortaleza e do Ceará. A plataforma assume a função de revista eletrônica, também divulgando seus conteúdos em redes sociais digitais, como o *Instagram*, e feita por jovens comunicadores sociais de classe média que trazem nas narrativas uma pluralidade de linguagens e representações culturais sobre a cidade, sua gente, suas histórias, seus espaços de afeto, sabores, costumes, suas formas de vida e curiosidades. Esse grupo desenvolve vários projetos como “Feira Massa” e “Vós na Praça” entre outros.

Figura 20 - Reportagens do site "Somos Vós" anunciando a festa de inauguração da Praça das Flores em maio de 2016. Notar o uso do termo “revitalizada”, que como apontado por estudiosos de processos de gentrificação e enobrecimento é recorrente como forma de legitimar os usos de espaços públicos destinados às elites.



Fonte: Plataforma Somos Vós (2020).

Figura 21 - O site "Somos Vós" apresenta um guia sobre o cultivo e o cuidado de plantas a partir de uma reportagem na Praça das Flores.



Fonte: Plataforma Somos Vós (2020).

2.3 Praticando atividade física com as elites na praça

[...] impõe-se que o sociólogo submeta-se ao fogo da ação *in situ*, que ele coloque, em toda a medida do possível, seu próprio organismo, sua sensibilidade e sua inteligência encarnadas no cerne do feixe das forças materiais e simbólicas que ele busca dissecar, que ele se arvore a adquirir as apetências e as competências que tornam o agente diligente no universo considerado, para melhor penetrar até o âmago dessa “relação de presença no mundo, de estar no mundo, no sentido de pertencer ao mundo, de ser possuído por ele, na qual nem o agente nem o objeto estão postos como tal”, e que, no entanto, os define, aos dois, como tais, e ata-os

com mil laços de cumplicidade, mais fortes ainda porque são invisíveis (WACQUANT, 2002, p. 12).

Seguindo as notas etnográficas de Loic Wacquant (2002), a pesquisa sociológica constitui-se necessariamente como um trabalho de “corpo e alma” que se traduz em um modo particular de esforço e engajamento no mundo social. Foi partindo dessa necessidade e tendo em vista a reabertura do comércio e dos espaços públicos da cidade passei a retomar as visitas à praça em 21 de julho de 2020. Nessa nova conjuntura, fui criando a cada ida a campo rituais de interação com os frequentadores da praça. Por medidas de segurança, realizei essas visitas na praça fazendo o uso obrigatório de máscara, o que é um fato interessante porque foi se configurando como acessório que molda sutis diferenças nas interações de classe e raça. Apesar de com a máscara algumas características individuais permanecerem cobertas, não foi difícil posicionar sociologicamente as relações dos sujeitos na praça. Observei em várias ocasiões, mulheres e homens de classe média branca chamando a atenção de vendedores que não utilizavam o acessório de proteção no local. Em um dia enquanto estava me alongando atrás dos quiosques de plantas, antes de começar meu *cooper* na praça, conversei com uma florista, ela relatava que no final do expediente quando estava limpando o local e aguardando as plantas, uma mulher ao passar de carro mandou ela colocar a máscara.

O retorno ao trabalho de campo presencial ainda me via carregando a impressão de que a praça, um espaço visto como “comum” seria um “lugar onde pode estar qualquer um”. Serve aqui a imagem metafórica do caçador reproduzida pelo historiador Carlo Ginzburg (1989), como aquele que procura em lugares triviais pistas, indícios mínimos, “miudezas materiais”. Como sugere o autor, “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989, p. 177). Apesar da ilusão das aparências, tomei a praça como reveladora de fenômenos mais gerais como a visão de mundo de uma classe social, a reprodução das desigualdades de investimentos em espaços urbanos, a acumulação do capital no espaço, a discriminação racial e as incorporações múltiplas das construções sociais da branquitude. Comecei então, a fazer meu “*cooper* etnográfico” com os frequentadores da Praça das Flores, observando formas de interação, participando de conversas e ouvindo trechos de outros diálogos. Nesse “*cooper* etnográfico”,

Ganho gestos de cumprimento, sorrisos, escuto e participo de conversas nas caminhadas e me exercito com eles em uma ginástica corporal e simbólica. Na sequência um homem branco na faixa etária dos 60 anos relata de modo jactancioso para três colegas que em outubro ele havia ido aos Estados Unidos. Narrava sobre seu completo conforto em um hotel de Nova Iorque. Em seguida comenta com os demais uma viagem que fez de avião para Campinas a trabalho pelo Banco do

Brasil. Nessa conversa, ele acabou revelando que era gerente do Banco. Contou que a viagem foi de última hora e que havia pedido à “menina” que comprasse suas passagens de avião para Campinas para domingo. A moça o respondeu dizendo que tinha encontrado passagem para São Paulo Capital, mas que seria no horário das três da madrugada. Ele disse que não viajaria na madrugada e a questionou se não teria passagem no horário mais cedo no domingo. Ela disse que sim, mas que ele não iria querer porque o voo seria no horário que aconteceria o jogo da final da copa do mundo, que na ocasião o Brasil estava disputando. Ele solicitou que ela comprasse assim mesmo e expressou gestos e palavras de ironia. Após, ainda se gabou para os colegas de ter embarcado em um voo com meia dúzia de pessoas (de classe média), todos bebendo champanhe à vontade. No final ironizou que o Brasil ainda tinha perdido a copa. No desembarque do aeroporto em São Paulo havia um veículo particular lhe esperando para o levar até o hotel em que se hospedaria em Campina (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

Em uma conversa como essa, iam-se esboçando tipos de práticas e visões de mundo dos que estavam ali praticando esportes na praça. Notava o prazer de narrar privilégios, que quanto mais exclusivos, mais valorizados e apreciados pelos demais, como, no caso deste frequentador da praça, era o hotel de luxo em Nova York, a “menina” que comprava a passagem para ele (referindo-se provavelmente a uma funcionária de agência de viagens que trabalharia para o Banco onde ele era empregado), assim como o voo com “poucas pessoas” em que os passageiros tomam champanhe.

No entanto, o problema dessas meias-audições é que elas não permitem uma escuta profunda, recurso necessário para teorizar com base nelas. Apesar de não haver problema em observá-las e serem escutas do campo, configuram-se parcialmente como materiais empíricos adequados, com os quais se possa triangular as informações como se faz geralmente por meio de outras abordagens metodológicas como histórias de vida ou entrevistas de história oral. Desse modo, para lidar com um acesso mais sistemático, utilizamos da observação participante que se inscreve na cena da pesquisa para “tematizar a necessidade de uma sociologia não somente do corpo, no sentido de objeto, mas também a partir do próprio corpo como instrumento de investigação e vetor de conhecimento” (WACQUANT, 2002, p.12). Ou seja, mais que escrever e registrar as caminhadas em passeios sociológicos pela praça que é aqui nosso ponto de observação, senti a necessidade de adentrar mais nessas práticas de corpos em movimento, considerando que “a sociologia deve se esforçar para capturar e restituir essa dimensão carnal da existência” (WACQUANT, 2002, p. 11), à medida fui tomando o engajamento do corpo nesse senso prático (BOURDIEU, 2011) da caminhada como também parte fundamental da elaboração de um vivido, “mas de um vivido sociologicamente construído” (WACQUANT, 2002, p. 15).

A partir disso, a escrita do diário etnográfico foi uma construção por meio dos sentidos, de uma disposição complexa do próprio corpo, de esforço e dedicação à construção da pesquisa como modo de movimento da própria prática que não é apenas uma mera observação. O fato de ser um jovem pesquisador branco e estar vestido de forma adequada para realizar atividades físicas funcionais, e se passar por um morador do entorno também facilitou meu acesso aos grupos. Se por acaso fosse visto como um jovem negro da periferia teria a mesma passabilidade de “passar despercebido” ou como um deles? Desse modo, realizei uso criativo da minha condição no campo como um “*insider*”, ou como propõe Patricia Hill Collins a posição de um “*outsider within*” que pode ser utilizado como possibilidade de alcançar e produzir “um ponto de vista especial em relação ao “*self*”, à família e à sociedade” (COLLINS, 2016, p. 100).

Desloco-me mais um dia à Aldeota trajando roupas leves e mais apropriadas para realizar atividades físicas *outdoor*. Indumentária semelhante ao grupo da classe média que passei a acompanhar na Praça das Flores. Quando chego na Praça me alongo, faço um breve aquecimento físico e começo a fazer *cooper*. Participar dessa dinâmica da praça foi uma forma prática de percepção e aproximação dos objetos e sujeitos de pesquisa. O movimento lento e compassado de correr que caracteriza a prática do *cooper* na praça além de me situar na observação daquele contexto, também foi estimulante para meditar sobre o condicionamento e preparo intelectual para realizar também uma escuta profunda.

O ato de caminhar inicialmente na praça se mostrou como um meio para estabelecer uma “comunicação caminhante”. Nesse sentido, toma-se a caminhada na praça não apenas como uma ginástica corporal, mas também a considerando metodologicamente como um meio de interconhecimento. Essa experimentação se fundamenta no agir por aproximação ou *zooms* naqueles pontos em que sociólogos costumam olhar mais longe e de modo indiferente. (BEAUD; WEBER, 2007). O *cooper* foi tomado como “movimento etnográfico” que de modo sistemático funcionou como meio de envolvimento relacional e contextualizado.

As disposições corporais no *cooper* propiciaram-me momentos de “aquecimento” do trabalho de pesquisa. Foi por meio da prática do *cooper* em um espaço visto como “sem importância” que consegui tecer os contatos mais significativos sobre as performances de classe e raça em Fortaleza, fui me associando as práticas de *cooper* na medida que me exercitando na praça passei a treinar com um grupo de classe média alta. Meu primeiro contato foi com um *personal trainer* que passa os treinos no local, a partir dele fui conhecendo os demais. Essa escolha me permitiu entrar em uma rede específica de

sociabilidade que fui percebendo como racializada na praça, e em algumas vivências em espaços no entorno, como o do *beach tennis*.

Em minha entrada no grupo realizei procedimento de anamnese, conduzida pelo educador físico, sobre minhas condições de saúde física, tempo de treino em musculação e outras práticas esportivas, assim como quais eram meus objetivos com o treino: como ganhar condicionamento, resistência, força e emagrecer. Assim como eu, outros familiares e parentes desses interlocutores que também começaram a treinar conosco na praça passaram pelo mesmo protocolo. Minha recepção ocorreu quando fiz a primeira aula experimental. Fui bem recebido pelo grupo, de maneira geral. Embora essa sensação de recepção agradável tenha sido facilitada por minha apresentação como pesquisador da universidade. Além de ser lido como branco, por ter um fenótipo de cor de pele mais clara, no contexto de Fortaleza, e possuir um determinado tipo capital cultural, condições que facilitaram o meu acesso e permanência no grupo. Durante esse tempo, verifiquei que os grupos que treinam na praça já chegam *in situ* quase sempre matriculados em alguma turma e com seu próprio educador físico, não sendo comum a entrada de pessoas aleatórias nos grupos, como no meu caso. Uma vez, inclusive, uma das participantes expressou incômodos em razão da possível entrada desses “novos” alunos. Essa situação ficou muito evidente quando essa participante comentou que o treino estava ficando “muito lotado” e que o treinador era “O seu *personal*”. Apesar das minhas “facilidades” de entrada, fui sendo sutilmente sabatinado ao longo dos primeiros dias, com perguntas e dúvidas com relação à onde eu morava, de que modo eu me deslocava até a praça e sobre como retornava para casa, quais eram meus objetivos treinando, de onde eu conhecia o *personal*. Aliás, todos ficaram surpresos quando eu disse que havia conhecido o treinador na praça e não em uma academia particular da Aldeota, como eles imaginavam.

A convivência diária com eles nos treinos, mas também nos momentos de pré-treino e pós-treino foram espaços significativos de interconhecimento, reflexividade e autoanálise. Nesses momentos, assuntos da vida ordinária marcavam o “tom” das conversas e traziam à tona suas maneiras de pensar, sentir e agir. Após as primeiras semanas de treino com o grupo fui convidado por uma das participantes, uma jovem mulher branca na faixa etária dos trinta e cinco anos e que vive com o marido em uma cobertura na Aldeota, a conhecer um espaço de lazer esportivo privado no bairro. O convite foi feito durante um pós-treino quando da praça fomos até um estabelecimento nas proximidades da praça para tomar açaí²⁴.

²⁴ A região próxima à Praça das Flores é formada por diversos estabelecimentos com ambientes de consumo mais “exclusivos”, hamburguerias, cafês, padarias e como essa loja de açaí (Quero Mais Açaí) que têm unidades somente na Aldeota, no Meireles e no Bairro de Fátima. Essa loja de açaí que passei a frequentar com

Esse momento de comensalidade no açaí rendeu uma “boa conversa”, onde ficamos mais de uma hora e meia no estabelecimento. Demos muitas risadas das histórias pessoais e experiências de viagens narradas principalmente por dois interlocutores (brancos de classe média alta moradores da Aldeota). Todos do grupo tinha notório prazer de narrar o privilégio de viagens nacionais e internacionais e aproveitavam para comentar como estava sendo difícil frequentar alguns lugares na cidade – fazendo menção aos ambientes que fazem parte do circuito gastronômico formado por restaurantes frequentados pela classe média alta – em razão das questões relacionadas a pandemia e o fluxo reduzido de clientes que os estabelecimentos podem receber nesse contexto. Inclusive, tocavam nesse assunto, com uma espécie de sentimento de indignação e às vezes reclamação.

O local chamado de *Central Sports - Beach Tennis* localizado na Rua Desembargador Leite na Aldeota, espaço que também fiquei frequentando e se mostrou como local de novas conexões com o tema das performances de raça e classe nos ambientes de consumos esportivos. Entretanto, como já expus anteriormente, não me fechei apenas a uma pesquisa de caráter interpessoal (de observações e interações), mas fui ao longo desse caminho buscando fazer combinações de métodos, bem como de ferramentas de análise que me permitiram trabalhar com um volumoso e heterogêneo conjunto de materiais que pude apreender à luz dessa experiência. Exploro de modo mais detalhado o material de observações, entrevistas, imagens, documentos, depoimentos, jornais, *posts* de *Instagram*, vídeos do *YouTube* e anotações do diário de campo nos próximos capítulos.

o grupo é um desses locais de consumo “mais exclusivos”, onde se oferece para os clientes tipos de açaí processados sem gelo e sem adição de ingredientes industriais como xarope e em versões especiais como açaí *fit*, açaí demerara, açaí *whey protein*, açaí com água de coco, fazendo alusão direta às questões de alimentação nutricional, dieta, saúde e estética esportiva de pessoas brancas, atletas, esportistas e frequentadores em geral, como é possível verificar também por meio da fotos marcadas no @ do estabelecimento no *Instagram*: @queromaisacaioficial.

3 PAISAGENS DE PODER “NÃO RACIALIZADAS” DA ALDEOTA

Para compreendermos melhor os significados atuais atribuídos ao território da Praça das Flores pela elite local iremos neste capítulo analisar a construção social e histórica da Aldeota. Recorremos a uma breve descrição da formação histórica e socioespacial de Fortaleza considerando como a cidade foi sendo planejada e ocupada. Com efeito, descrevemos como a Aldeota foi ao longo de algumas décadas tornando-se esse espaço social privilegiado da cidade de modo a atender os interesses econômicos, residenciais e comerciais presentes no estilo de vida da classe média alta e branca em Fortaleza.

Desse modo, discutimos as principais representações sobre a urbanização na construção da Aldeota como bairro “nobre”. O bairro planejado para uma classe média alta com seus espaços privados e exclusivos que figuram como enclaves fortificados e que se traduziu na busca permanente por segurança e distanciamento social. Apresentamos a Aldeota que nasce forjada na ideia de políticas de planejamento urbano sob a dinâmica do capital imobiliário e financeiro e sob influência dos valores e representações de espaços urbanos pré-modernos racializados por um “urbanismo branco”. Apesar de não ter feito uma análise com uma abordagem dos aspectos raciais, o estudo realizado por Sebastião Rogério Ponte (1999), em Fortaleza *Belle Époque*, é muito significativo para pensar como urbanismo em Fortaleza se comunica com um padrão de urbanismo ocidental europeu.

A “Fortaleza Belle Époque” corresponde ao período histórico entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX. Segundo Ponte (1999) a cidade, durante esse período, passou por expressivas reformas e intervenções urbanas. Como indica o autor, a Capital cearense passa a incorporar em sua ordem urbana mudanças advindas de ideais de modernidade europeia ocidental, assim como, de aspectos estéticos, de disciplinamento dos espaços urbanos. Por sua vez, as elites da cidade buscavam a todo custo reproduzir comportamentos e hábitos, principalmente franceses. No que diz respeito ao urbanismo, os espaços centrais da cidade frequentados pelas elites passam a ser palco de intervenções de higienização e limpeza urbana. A medida que esse processo ia ocorrendo, ações de aformoseamento e embelezamento da cidade também eram realizados, principalmente em relação à edificação de novos equipamentos como a pavimentação de ruas e avenidas, a construção de teatros e o ajardinamento de praças e logradouros públicos. Do mesmo modo, hospitais e cemitérios foram deslocados para regiões mais afastadas das áreas centrais, para não haver a contaminação dos ares da cidade, reforçando a preocupação das elites locais com políticas “higienistas” e “embelezadoras”.

Segundo a perspectiva teórica de Alastair Bonnett (2002), raça, modernidade e espaço urbano estão interconectados. De acordo com o autor, os privilégios raciais estão “fisicamente conectados” à modernidade capitalista urbana. No caso de Fortaleza, o urbanismo também esteve assentado em termos raciais à tentativa de construção e reforço de uma distinção a partir da “modernidade branca” transportada da Europa através dos ideais incorporados pelas elites locais. A “Fortaleza Belle Époque” é uma dessas facetas históricas da nossa “modernidade branca”, mais do que isso, ela nos ajuda a teorizar como a partir desse “passado distante” podemos (re)discutir as interpretações históricas com isso que estamos chamando, inspirados nos estudos de Bonnett (2002), de um “urbanismo branco”. Como afirma o autor, em termos de racialização, o urbanismo pode ser compreendido como uma forma de fixação e naturalização de ideologias e valores de raça.

Desse modo, apontamos neste capítulo, ideias e mudanças paradigmáticas (casas de veraneios, abertura de vias importantes, torres empresariais e *shoppings centers*), para além das representações de planejamento, que refletem a Aldeota como expressão de “nobreza”, “embelezamento” e “centralidade” contemporânea na vida urbana de Fortaleza. Lugar de uma segunda onda de continuidade da modernidade e do “urbanismo branco” da cidade, no qual grande parte da classe média e alta de Fortaleza se estabeleceu em dinâmicas socioculturais locais e transnacionais por meio de fluxos de serviços e capitais globais, formando e construindo lugares e paisagens de poder. Para compreender tal processo, damos ênfase às dimensões raciais que foram estruturantes nos modos como o bairro foi se constituindo em diferentes aspectos como lugar de uma branquitude na cidade.

3.1 Urbanismo e segregação espacial em Fortaleza

Segundo as fontes históricas, a ocupação socioespacial da Aldeota tem início de forma mais sistemática durante a década de 1930. Antes desse período a dinâmica de formação do bairro se resumia a um lento processo de apropriação do solo que se caracterizava principalmente por ser “[...] um arrabalde, um lugar ermo, areal inóspito e desabitado, onde existiam apenas algumas chácaras e sítios.” (DIÓGENES, 2005, p. 35). Para compreender o surgimento da Aldeota é fundamental contextualizar que ao longo dessas três primeiras décadas a cidade de Fortaleza começou a viver um processo de expansão urbana. Além disso, é necessário reconhecer os fatores e interesses que suscitaram mudanças na apropriação de novos territórios localizados na zona leste da cidade que causaram a formação

e crescimento da Aldeota. Até 1900 a vida urbana de Fortaleza no seu sentido mais amplo (residencial, comercial e de lazer) se concentrava de forma quase que exclusiva na região do Centro, que se desenvolveu na realidade fortalezense do início do século passado e tinha por característica também ser o lugar de vida das elites. Com o adensamento das atividades comerciais e a dinâmica de desordens sociais, as classes abastadas passam a se retirar do Centro em busca de bairros em áreas mais tranquilas na cidade (PONTE, 1999).

Inicialmente as camadas de alta renda se deslocaram pelo perímetro urbano no sentido oeste, instalando-se em bairros como o Jacarecanga, Alagadiço, Benfica e Joaquim Távora, também considerados os primeiros “bairros elegantes” da cidade (DIÓGENES, 2005). Esse novo alargamento residencial da zona urbana esteve calcado na busca da elite por áreas mais tranquilas e longe das agitações do cotidiano do Centro. Esses Bairros também representavam geograficamente as principais vias de acessos às regiões do interior do Estado e residir nessas localidades se tornava também estratégico e de interesse para as famílias ricas e para a elite comercial e agrária, principalmente por se constituírem como importantes rotas de fácil acesso para as regiões mais interioranas do Estado.

No entanto, quando estas rotas comerciais passam a incluir cada vez mais a presença de milhares de retirantes sertanejos vindos do interior em busca de amparo na Capital durante a seca de 1932 - em sua maioria descendentes de africanos escravizados – essa população é imediatamente “racializada” pelos brancos ricos da cidade em uma espécie de contínuo do passado escravocrata. Eram os “pretos”, os “caboclos” ou os “mulatos”, em todos os casos, alvo de desprezo e ira dos brancos ricos que habitavam aqueles bairros da área oeste, e que passaram então a se deslocar cada vez mais para o leste da cidade.

A saída das classes de alta renda também do Centro nesse decorrer de tempo, influenciou de modo decisivo no processo de urbanização de Fortaleza. Esses deslocamentos sinalizam um novo momento de reconfiguração social e geográfica da cidade. A dinâmica de “inchamento” da metrópole fortalezense passa a estabelecer não somente uma incipiente estratificação circunscrita aos espaços públicos²⁵, mas também uma espacialização da segregação territorial, que se acentua com o crescimento das condições de desigualdades sociais.

²⁵ “Uma importante referência de uma incipiente forma de segregação social é o já citado Passeio Público, que, desde o final do século XIX, possuía três territórios: no mais alto e mais elegante pavimento encontrava-se a alta burguesia da cidade. No segundo pavimento, menos pomposo que o primeiro, ficavam os considerados medianos, nem tão chiques nem tão pobres. O terceiro pavimento dava aos pobres a oportunidade de também se encontrarem no famoso lugar, no entanto, sem a mesma suntuosidade daqueles que os observavam do alto. O “Passeio Público” era um expressivo símbolo da segregação social dos espaços urbanos em Fortaleza.” (RIOS, 2014).

Nesse contexto, foram surgindo também as primeiras favelas de Fortaleza, principal reflexo das marcas da segregação racial e urbana predominante na paisagem social de crescimento da “Cidade do Sol” em tempos de seca. Ao passo que se desenvolvia, Fortaleza também acirrava um processo de espacialização de desigualdades, sobretudo, pela presença dos conflitos sociais como forma de estruturação do espaço urbano (RIOS, 2014). A historiadora Kênia Rios cita manchete de um dos principais jornais de Fortaleza, O Povo, em 13 de abril de 1932: “Mais dois trens entulhados de famintos se dirigem a esta capital” (RIOS, 2014, p. 18). Os termos utilizados pelo jornal mostram como, de um lado, os retirantes eram tratados como “não-pessoas”, como espécie de “coisas”, “entulhando” o trem, e de outro eram percebidos como ameaças à urbe, tida como “civilizada”: a “capital”.

Durante esse período, pode-se descrever dois movimentos centrais articulados pela elite branca de Fortaleza. Um deles foi a criação dos Campos de Concentração²⁶ no interior com o objetivo de impedir a chegada dos retirantes à Capital. O segundo foi quando a elite usando de seu poder simbólico, político e econômico incentivou a construção de dois Campos de Concentração em bairros periféricos da Capital como medida para afastar os “flagelados” dos bairros residenciais das camadas de alta renda, bem como locais para o isolamento e controle da população pobre que devia ser mantida de qualquer maneira “distante dos olhos da elite local”. Como reconhece Linda Gondim (2007),

[...] é somente a partir de 1930 que tal processo começa a expressar um certo padrão de espacialização da desigualdade social. Formam-se aglomerações de moradias pobres “nas areias”, sobretudo na parte oeste, onde estava localizada a indústria e onde surgiria a favela do Pirambu. A leste, o bairro da Aldeota começa a ser delimitado mais nitidamente, passando a abrigar suntuosas moradias de uma burguesia emergente, integrada por recém-migrantes do interior (GONDIM, 2007, p. 108).

A incitação da “alta sociedade” branca fortalezense pelas terras urbanas do outro lado das margens do Riacho Pajeú (Aldeota), não foi apenas uma romântica “preferência” das elites em morar em “áreas mais aprazíveis”, como se costumou justificar essa “escolha”, mas como efeito do crescente processo de espacialização da segregação. Aspecto que se assemelha a forma de apropriação espacial de outras cidades brasileiras (DIÓGENES, 2005). O novo deslocamento das camadas de alta renda para a Aldeota marcava um maior distanciamento

²⁶ Nesse contexto, o termo “Campos de Concentração” significa local de isolamento social da pobreza que funcionava estrategicamente como lugar para “encurralar” as populações sertanejas retirantes da seca na Capital cearense (RIOS, 2014).

social entre as elites e as camadas populares. Com esse movimento, os brancos de classes abastadas vão em busca de “novos ares” na zona leste de Fortaleza, se concentrando principalmente na Aldeota.

Desde então, a Aldeota passou a ser vista com um *status* de excelente localização da cidade e como melhor opção de moradia. As primeiras construções residenciais do bairro do tipo “chalés”, chácaras e casas de veraneio, utilizadas não somente para passar férias, como para longos finais de semana, materializam as condições de privilégio das elites de Fortaleza, tendo como principal imagem as mansões de luxo em direção ao litoral leste da cidade. Como bem relata o antropólogo Paulo Linhares (2013) em uma “quente” narrativa antropológica, isto é, que instiga grandes significados, a modernidade levava literalmente Fortaleza para ver o mar. Entretanto, nessa época, as praias da capital ainda estavam longe de se configurarem como local de efervescente socialidade para as elites. Em uma letra de canção carnavalesca, o arquiteto e compositor cearense Fausto Nilo, reforça o desejo dessa representação de “quem é rico mora na praia”²⁷, fazendo alusão ao processo de ocupação e uso do solo pelas classes de alta renda que começavam a ir em busca dos ventos do litoral fortalezense. Reside aí um vestígio da relação que se tece gradualmente entre dunas, sol, praia e areia das cercanias da Aldeota que se fundem aos interesses de uma elite branca, movida sinuosamente pelas práticas de espoliação urbana.

Figura 22 - Arquitetura das residências da Aldeota nas décadas de 1940 e 1950.



Fonte: Blog Fortaleza Nobre (2010).

²⁷ Pedras que cantam (1991).

A partir dos anos 1940 as residências do bairro passam a expressar elementos arquitetônicos inspirados em uma linguagem moderna, na qual são utilizadas fachadas de platibanda com forte influência do estilo *art déco*. A ocupação residencial da Aldeota que se caracterizou pela construção de imóveis de alto padrão e luxo imita e incorpora em alguma medida as tendências da arquitetura europeia dos anos 1920, fazendo disso uma forma de diferenciação de classe e raça e legitimando uma espacialidade de sociabilidade dos brancos. Esse registro permite de modo histórico observar alguns traços que estiveram presente nesse desenvolvimento para zona leste, fazendo da Aldeota o “reduto da burguesia” (CARVALHO, 1963; JUCÁ, 2003; AZEVEDO, 2015), os autores utilizam esse termo ao se referir à Aldeota em uma dimensão de classe, buscando distinções nos modos de morar e habitar. Essa perspectiva, também aparece sendo reproduzida em uma literatura mais recente sobre o bairro (DIÓGENES, 2005; MENDES, 2008; CUNHA, 2015), na qual não identificam esse “reduto” como um “bairro de brancos”. Aqui surge também o papel da branquitude na valorização dos endereços da Aldeota como os “mais desejados” pelas novas camadas afluentes da cidade.

Figura 23 - Mansão na Avenida Santos Dumont na Aldeota de 1950.



Fonte: Blog Fortaleza Nobre (2010).

Figura 24 - Residência da Aldeota no início da década de 1950.



Fonte: Blog Fortaleza Nobre (2010).

A valorização da Aldeota que se expressou nos ricos palacetes e elegantes residências de famílias brancas esteve também relacionada com o uso de uma série de recursos públicos destinados a resolver os problemas da seca de 1932²⁸, mas foram desviados para o usufruto de setores da classe dominante, como o é o caso do setor imobiliário. Foi aí que essas elites construíram suas espaçosas mansões. Segundo críticos da sociedade cearense da época como escritor Jáder de Carvalho (1963), a elite aldeotense contando com seu poder local e prestígio se beneficiou do que ficou conhecido como “indústria da seca”.

O contrabando anula terrenos baldios e alarga para o Nascente o bairro aristocrático de Fortaleza. Já muda a geografia. Já mudam os horizontes. Aqui e ali, brota do chão aquilo que as estatísticas da fortuna privada jamais poderão explicar e justificar: os palácios, as moradias luxuosas, as vivendas nascidas à feição do clima, também brancas, lindas e criminosamente brancas. Numa topografia diferente, micro-geográfica, a Aldeota se personaliza, assume limites certos, cria a sua própria alma, amadurece enfim. O câmbio negro pneumáticos, o sub-faturamento da cera de carnaúba, o contrabando de peles silvestres, os incêndios propositais, lucrativos e sem mistério, transformam-se, pela varinha mágica da fraude, num dos bairros mais ricamente famosos de que há notícias em cidades do Brasil. É o bairro dos “terrenos de luxo”, segundo anúncios dos jornais (CARVALHO, 1963, p. 286).

Jáder de Carvalho em seu célebre romance-reportagem “Aldeota” retrata as controvérsias presentes no processo de consolidação da “área mais grã-fina da cidade”. De

²⁸ Segundo a Arquiteta Beatriz Diógenes na época esse esquema de corrupção ficou conhecido como “indústria da seca”.

acordo com o autor, o estilo de vida e a propriedade privada dessa elite que se instalou na Aldeota foi quase que completamente construída, patrocinada e sustentada por um conjunto de atividades e práticas comerciais ilícitas que garantiam vultoso lucro. Como o próprio autor narra, essa riqueza que brota repentinamente nas mansões dos “bacanas” no areal da Aldeota esteve intrinsecamente relacionada ao comércio ilegal, ações de contrabando, fraudes, sonegação de impostos, uso e desvio de recursos públicos e grilagem de terras. Embora intelectuais brancos um pouco mais críticos, como o jornalista Jáder de Carvalho e como o arquiteto Liberal de Castro tenham feito registros e relatos historiográficos dessa riqueza, os “novos-ricos” da Aldeota nunca se dispuseram a explicar a origem de suas fortunas. O que se sabe é que em muitos casos, o “nebuloso” enriquecimento estava relacionado diretamente aos ganhos obtidos pelas elites brancas em programas governamentais de obras públicas e de distribuição de gêneros alimentícios para vítimas da seca (GONDIM, 2007).

Com efeito, como bem relata o jornalista Xico Sá em coluna do jornal A Folha de São Paulo, o poder econômico do “novo-riquismo” nascente na Aldeota “sob a grife JK e colonistas sociais bajuladores que tomavam uísque contrabandeado nas torneiras douradas dos palacetes”, contribuiu para a crescente expansão do bairro durante a década de 1950. Agora a Aldeota vivia uma espécie de primeiro “boom imobiliário”, configurando-se definitivamente como bairro residencial e rico, onde podia-se encontrar no traçado ortogonal de suas ruas e avenidas, casas chiques de médio e grande porte edificadas em amplos terrenos e em proporções ainda horizontais.

Além desse aspecto, a Aldeota se tornou foco de muitas intervenções e planos urbanísticos como foi o caso do “Plano Saboya²⁹” em 1947. O plano previa diversas ações de remodelações urbanas como: um sistema de hierarquização das principais vias da cidade, chamados de “circuitos”, a preservação paisagística e a preocupação com a manutenção da ecologia de Fortaleza, na qual se destaca a preservação do leito do Riacho Pajeú e a construção de uma avenida-parque. Nesse mesmo plano ainda estavam previstas a criação de significativo número de praças e áreas verdes, das quais 20 seriam somente na Aldeota (DIÓGENES, 2005).

Durante os anos 1960, a expansão da cidade foi tardiamente em direção à praia com o começo da construção da avenida Beira-Mar em 1962 (LINHARES, 2013). Este fenômeno torna ainda mais atrativa a zona leste, sobretudo, para o setor imobiliário e turístico. A ocupação do solo de tipo residencial unifamiliar presente na Aldeota dessa época se detinha

²⁹ Engenheiro Saboya Ribeiro que elaborou um plano diretor para remodelação e extensão de Fortaleza.

ao perímetro da Avenida Santos Dumont, principal trajeto de expansão do bairro que passou gradativamente a ganhar mais capilaridade com o crescimento da população.

Vale destacar que do final da década de 1940 até 1970 foram elaborados diversos planos (tentativas) de operações urbanas de reestruturação da cidade que visavam desde ações de melhorias como arruamento, abertura de vias e pavimentação, mas também preocupados com organização das funções urbanas de uso do solo com propostas de zoneamento como foi o caso do já citado Plano Saboya Ribeiro (1947), do Plano Hélio Modesto em (1962), além desses, também é importante registrar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza (PLANDIRF) em 1971 (DIÓGENES, 2005). Uma passagem do romance *Aldeota* de Jáder simboliza esse momento “nestes últimos anos, prefeitos rasgaram ruas na direção do mar e do sertão. Aldeota cresceu em todos os sentidos, assinalada agora por bangalôs de alto custo, palacetes de linhas modernas e custosos palácios que, pela riqueza e luxo, até recordam as Mil e Uma Noites” (CARVALHO, 1963, p. 9).

Conforme retrata a crítica social de Jáder de Carvalho, a cidade passa viver um novo ciclo de transformações durante os anos 1950 e 1960. O desenvolvimento da Capital vai se deslocando para as bandas da zona leste, onde as ações e intervenções urbanas aumentam, fazendo com que a Aldeota crescesse para todos os lados.

3.2 Como a Aldeota se tornou lugar dos brancos?

O professor e poeta Sânzio de Azevedo (2015), explica que o vocábulo *aldeota*, de acordo com os dicionários, significa povoado ou aldeia, tendo ainda outras variações. Como ele mesmo lembra, “aldeola, povoado, arraial etc.”. O nome do bairro, tem, portanto, em sua etimologia uma axiomática referência a uma “povoação de índios” nas adjacências do Pajeú. Segundo alguns registros sobre a cidade pode-se dizer que antes do nascimento do terral “*aldeia Aldeota*”, existia nas imediações, o bairro do Outeiro (pequena elevação) que muitas vezes se confunde com os limites das raízes geográficas da própria Aldeota.

No entanto, entre os que narram o surgimento do bairro, sejam eles, historiadores, cronistas, jornalistas, arquitetos, geógrafos, praticamente poucos assinalam o Outeiro (também chamado de “Oiteiro”, por alguns) como se fosse o que *hoje* conhecemos como Aldeota. Apenas o cronista Milton Dias em *Cartas sem respostas*³⁰ se refere aos primórdios da Aldeota como se fosse o Outeiro. Apesar de não haver uma evidente distinção, o que se

³⁰ Ver em Sânzio de Azevedo (2015), *Aldeota*, Coleção Pajeú.

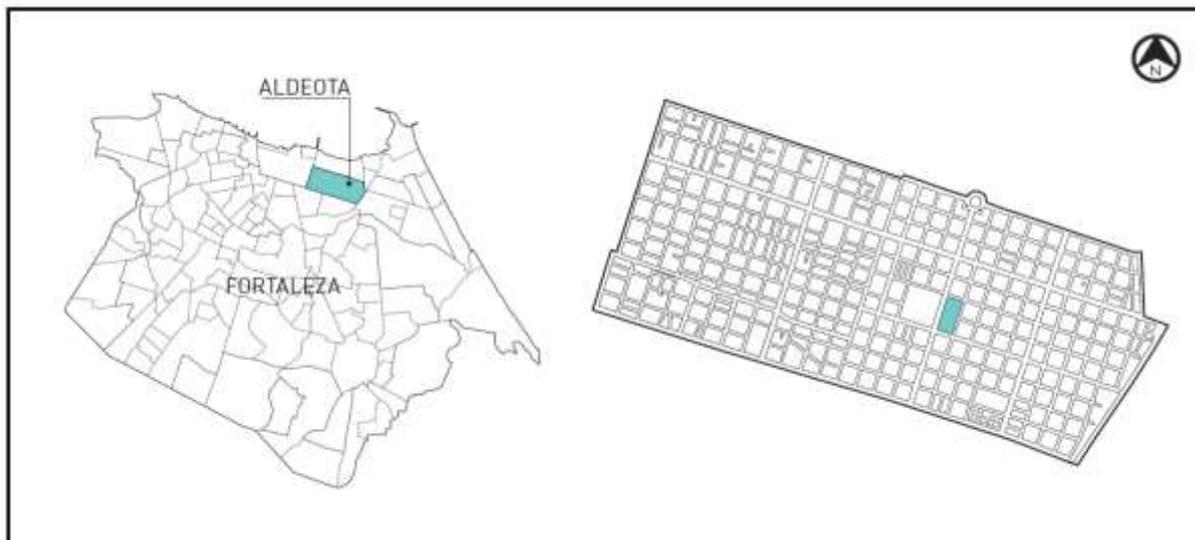
sabe é que os dois bairros coexistiram até as primeiras décadas do século passado na “geografia estética” de Fortaleza³¹.

O Outeiro seria antes uma espécie de cena primitiva da cidade de Fortaleza de meados do século XIX nos limites mais ocidentais da denominada área da “Adeiota”. Na verdade, esse Outeiro que alguns imaginam como os primórdios do bairro, era a extensão do Outeiro do Seminário da Prainha, região onde *hoje* é o início da Avenida Santos Dumont, ou seja, logo na saída do Centro, ali nas proximidades do Colégio Militar com Praça da Bandeira e Igreja Cristo Rei se estendendo até os terrenos onde era construído o Castelo do Plácido³², hoje Praça Luiza Távora. Portanto, não se tratava propriamente ainda dos limites atuais da Aldeota como os fortalezenses a conhecem hoje. Atualmente o bairro começa a oeste na Rua João Cordeiro, a leste ficam a Rua Frei Mansueto e Almirante Henrique Sabóia (Via Expressa) (nos limites com Cocó, Papicu e Varjota), a norte a Rua Pereira Filgueiras e Avenida Dom Luís (fazendo fronteira com o Bairro Meireles) e ao sul as ruas Beni de Carvalho e Padre Valdevino (limites com Joaquim Távora e Dionísio Torres).

³¹ Ver em Raimundo Girão, *Geografia Estética de Fortaleza* (1959).

³² Um rico comerciante cearense chamado Plácido de Carvalho construiu um castelo como uma exigência da sua amada italiana para se casar com ele e vir morar em Fortaleza. A torre do palácio tornou-se o símbolo principal de uma das mais famosas residências da Aldeota antiga, que inclusive, era a característica que lhe dava ares de castelo ao lar de Plácido e de sua esposa Pierina. Além desses elementos, o palacete contava com belas escadarias e uma mobília luxuosa. No entorno do palácio, havia inúmeros jardins de rosas, dalias e plantas regionais, além de duas fontes de água, que deixavam o lugar ainda mais encantador. A praça já não se configura mais como espaço de residência privada de uma família rica, mas ainda se reveste de certa “nobreza”, tanto por seus usos, quanto pelos apartamentos de alto padrão de classe média alta no seu entorno. Além dos órgãos do poder público, funciona hoje no local o Centro de Artesanato Cearense (CEART), um espaço amplo de visitação turística, com peças de artesãos de várias regiões do estado. O passeio por essa região da cidade, onde se localiza a tradicional Praça Luiza Távora é uma visita a uma região que renovou sua arquitetura no curso de sua própria temporalidade sem perder seus status de área “nobre”. Os seis bangalôs construídos no início do século XX são fragmentos da história do bairro que se misturam no meio de modernas e sofisticadas construções como rugosidades no espaço geográfico assumindo novos usos e significados públicos. Atualmente a praça Luiza Távora é um espaço público de circulação de pessoas, sendo bastante rotineiro se observar o uso público da praça por jovens de classe média na pista de skate, além de crianças e idosos que também a frequentam e praticam atividades físicas no local. Da praça Luiza Távora seguimos em direção à Praça das Flores.

Figura 25 - À esquerda, a localização do bairro da Aldeota em Fortaleza e, à direita, da Praça das Flores no bairro da Aldeota.



Fonte: Wirtzbiki (2015).

Como já observamos no tópico anterior, a formação e consolidação social do bairro esteve atrelado à “fuga” da população de mais alta renda para o leste. A partir de 1970 a Aldeota se torna um novo símbolo de centralidade na cidade, exercendo uma expressão significativa no desenvolvimento da economia urbana de Fortaleza. Mudanças paradigmáticas como a abertura de importantes avenidas, a construção de torres empresariais e *shoppings centers* refletem o modo como o bairro da Aldeota vai estabelecendo sua condição como nova “centralidade” histórica na vida da cidade. Lugar que mistura o moderno e contemporâneo e que se recria permanentemente em dinâmicas socioculturais locais e transnacionais, fazendo deste, um lugar que vai assumindo características de “centro” na medida que outros se tornam “periferia”.

Essa noção de “centro” cumpre um papel tanto integrador como simbólico. Essa centralidade, embora tenha uma forma de espacialidade não diz respeito a uma localização geográfica, mas uma capacidade agentiva de reunir atividades que ocupam funções de conexão e comunicação entre os elementos de uma estrutura urbana, assumindo também uma posição de poder como espaço de coordenação e tomada de decisões que têm uma repercussão estrutural no tecido urbano. Nesse sentido, a noção de “centro” utilizada pelo urbanista também pode ser vista como uma noção que apresenta compreensões sociológicas na medida que expressa mais um conteúdo social do que apenas uma forma (CASTELLS, 2014).

Com centro de poder econômico, político, administrativo, cultural e simbólico, a Aldeota passa a ocupar uma posição dominante na narrativa e imagem da cidade. Paulo Linhares (2013) conseguiu na obra “Cidade de Água e Sal”, captar com sensibilidade a dimensão dos efeitos produzidos pela expansão de Fortaleza. O autor destaca o contexto de mudanças da Aldeota e o significado que o bairro passa a representar sendo habitado pelas elites locais ostentando símbolos de *finesse* e *status* social na cidade não somente um conjunto de representações sobre formas de habitar, mas também edificando um novo espaço de distinção e inaugurando um modo de vida urbano nos quais os moradores identificam certo ar cosmopolita.

“Massacrando o coração dos mais nostálgicos, a pequena aldeia se transformou numa aldeota e criou uma outra cultura e novas formas de vida social. A *cosmopolis* traz com ela toda uma mitologia, signo evidente de um desenvolvimento cultural específico que se constitui” (LINHARES, 2013, p.106).

Nesse contexto, o processo de “Aldeotização” da cidade que ocorre a partir de 1970 quando o bairro, já considerado de fato “área nobre”, ostentando um grande prestígio social desencadeou também a formação de novos bairros na sua circunvizinhança (Dionísio Torres, Meireles, Papicu, Cocó) todos mantendo forte atração e relação com o novo “centro” da metrópole, a Aldeota. Esse processo ganhou mais densidade com o deslocamento, principalmente para a Aldeota, de grande parte do comércio e serviços localizados no antigo Centro de Fortaleza que por diversas condições de estrutura como ruas estreitas, precário sistema viário em xadrez, espaços insuficientes de para vaga de estacionamento e a ausência de transporte coletivo de qualidade são vistas como razões que contribuíram para “afugentar” o público de consumidores de maior poder aquisitivo (GONDIM, 2007). Na verdade, temos aqui mais um momento da construção socioespacial como um problema de raça e classe. Afinal de contas, esse descolamento que passou a formar uma nova centralidade (econômica e subjetiva) fundamenta-se na ideologia e comportamento de uma branquitude “não marcada” que busca nesse processo se inserir em um movimento de distinção social.

Como observou Irllys Barreira (2019), a frequência crescente do que passa a ser nomeado pelas elites como “misturas”³³ no antigo centro de Fortaleza tornou-se uma espécie de termômetro do nível de diferenciações em uma dimensão de classe, por meio do reconhecimento de práticas, de rituais de pertencimento e de formas de exclusão social. A presença de diferentes segmentos sociais convivendo mediante o consumo de mercadorias em

³³ De acordo com Irllys Barreira (2019), a noção de “misturas” aqui não trata apenas de complexo de atividades e funções, mas de como os cidadãos se apropriam dos espaços e instituem regras de evitação.

um mesmo lugar mobilizou o afastamento da classe média alta, sendo essa própria, referência de julgamento da “dignidade” dos ambientes passíveis de frequência. Com essa característica de “mistura” o centro é percebido pelas classes mais afluentes como lugar de “degradação” e muito “misturado”, ou seja,

Referir-se a um lugar “misturado” quer dizer que ele deve ser evitado, pois submete os presentes a uma situação de perda de identificação de códigos de conduta e reconhecimento: mal-estar e medo diante do supostamente inferior, também justificado no sentimento de insegurança. A retração das classes média e alta no centro de Fortaleza é também sintoma de um processo de evitação das “misturas” que se materializa no uso restrito de transportes coletivos por esses segmentos sociais (BARREIRA, 2019, p. 86).

A essa análise da dimensão de evitação das “misturas” também é possível não apenas acrescentar, mas considerar como estrutural a dimensão racial de discriminação e do estigma racial dos brancos de classe média alta em relação às populações negras que figuram nessa paisagem mediante sedimentação de um espaço racialmente segregado. Nosso argumento central nesta interpretação que fazemos da literatura sobre a Aldeota é de que a dimensão racial precisa ser enfatizada como parte do processo de segregação socioespacial na cidade. Com sua aspiração de ser “como na Europa”, a branquitude de Fortaleza se apropria de territórios indígenas, segrega e expulsa destes os sujeitos de pele escura, marcados pelo fenótipo da descendência africana e indígena. Estes só devem estar por perto para servir a elite, de algum modo. Com esta ênfase na dimensão racial, não marcada na literatura sobre a cidade, estamos querendo chamar a atenção para os modos pelos quais a elite local constrói a si mesma enquanto branquitude, sem se nomear desta forma, mas reafirmando sua “superioridade” não apenas em termos econômicos – de classe social – mas também como casta, portadora de direitos que nega aos sujeitos que ficam de fora de seu “pacto narcísico” (BENTO, 2002).

A noção de branquitude não é definida apenas pela cor da pele, mas por uma construção social que é fundamentalmente relacional e que requer no plano de sua apreensão uma economia de sinais muito mais ampla (PINHO, 2009). É por essa razão, que é tão necessário entender os contornos que moldam a experiência de incorporação da branquitude nos espaços. Um conjunto de outras características nas relações financeiras, no consumo de lugares, nos contornos de gênero e afiliação de classe são quase tão importantes quanto o tom da epiderme.

São essas características que sustentam e revelam indícios da construção da branquitude em Fortaleza que seguindo a narrativa nacional incorporou uma série de

paradoxos estruturados nos mitos da nossa mestiçagem. O mais significativo deles se apoia na representação ou muito mais no imaginário social da “extinção” dos índios e a “quase ausência” da população negra no Ceará³⁴ produzindo também uma “invisibilidade” racial (RATTS, 1998), que poderíamos entender como generalizada, sobretudo, na medida que esse imaginário também serviu como esquema retórico para não marcação da branquitude como posição de vantagens e legitimação de privilégios que estruturam um conjunto de práticas, geralmente não nomeadas (FRANKENBERG, 2004).

Diferente de outros países como os Estados Unidos, aqui a branquitude não foi explicitamente construída, mas tornou-se silenciosamente hegemônica mediante discursos e representações sociais de mestiçagem³⁵. Desse modo, o reconhecimento da branquitude no contexto brasileiro sofre imprecisões, tendo em vista, o papel desempenhado pelo mito da democracia racial que tornou ainda mais amorfo o conceito de branquitude. Nessa perspectiva, como uma força simbólica não marcada, a branquitude revela mais sentido, ou se torna muito mais interessante do ponto de vista analítico, quando analisada tanto em contextos regionais como em transnacionais, visto que estes contextos operam de modo simultâneo (PINHO, 2009).

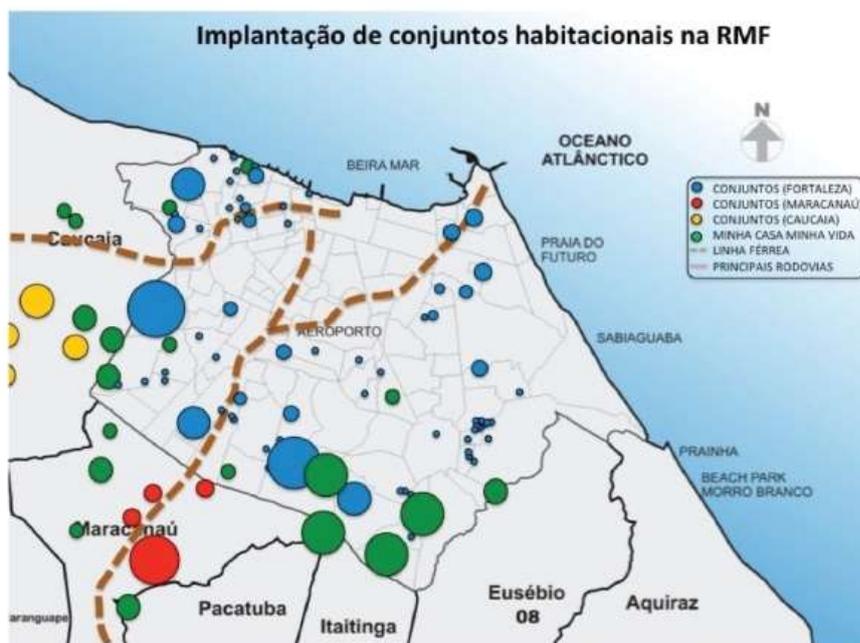
Conforme observou Danilo França (2020), a estratificação da sociedade brasileira em termos de classe e raça pode ser descrita como formada por classes médias e altas brancas e de classes baixas multirraciais. Ao analisar a segregação racial nas regiões metropolitanas, o pesquisador sugere a existência desse tipo de estrutura como padrão comum das cidades brasileiras. Assim, enquanto brancos de classes altas e médias estariam mais próximos fisicamente, negros (de diferentes classes) teriam maior semelhança social e física com os pobres. Nessa perspectiva, o autor introduz a tese de que a especificidade da conformação da segregação urbana no país, quando consideradas as distâncias residenciais seriam essas, definidas mediante a articulação entre raça e classe. O fato de que a maioria dos brancos e brancas viverem em localizações geográficas privilegiadas com o metro quadrado mais valorizado da cidade, com melhores condições urbanas e maior oferta de equipamentos públicos e privados são evidências que contrapõe a interpretação de que o processo de segregação seria estruturado apenas por uma dimensão de classe (FRANÇA, 2020).

³⁴ Alex Ratts (1998) apresenta estudos que enfocam a existência de negros e negras no Ceará.

³⁵ De modo paradoxal, a ideologia e política de mestiçagem no Brasil teve como um dos objetivos, através das misturas raciais, o clareamento da pele da população, tendo como referência a pele branca em detrimento às demais graduações de cor de pele (PINHO, 2009).

De acordo com Danilo França (2020), o padrão da segregação na capital cearense quando comparada as outras metrópoles brasileiras, apresenta-se como uma segregação racial “menos pronunciada”, reforçando a ideia de que em Fortaleza o que prevalece é uma distinção de classe. No entanto, algumas ressalvas precisam ser feitas, principalmente quando falamos do contexto urbano Fortaleza. A cidade tem o maior percentual de pessoas que se autodeclararam como brancas (36,25%) no Ceará, sendo negros (4,41%) segundo o último censo do IBGE em 2010. Existe nesse dado uma complexidade que a abordagem comparativa da segregação residencial realizada pelo pesquisador Danilo França (2020) não apreendeu. Essa complexidade diz respeito à particularidade referente a categoria de “pardos” no Ceará. Em Fortaleza (57,85%) da população se autodeclara de cor “parda”. No estado a população “parda” segundo pesquisa realizada pelo IPECE em 2019 engloba mais de (65,7%) da população, sendo brancos (28,8%) e negros de (5,3%). Os dados sobre renda do IBGE e do IPECE comprovam, como mostramos anteriormente, que a desigualdade de raça em Fortaleza está associada não apenas a localização residencial, mas principalmente à renda³⁶.

Figura 26 - Distribuição de conjuntos habitacionais de interesse social na RMF.

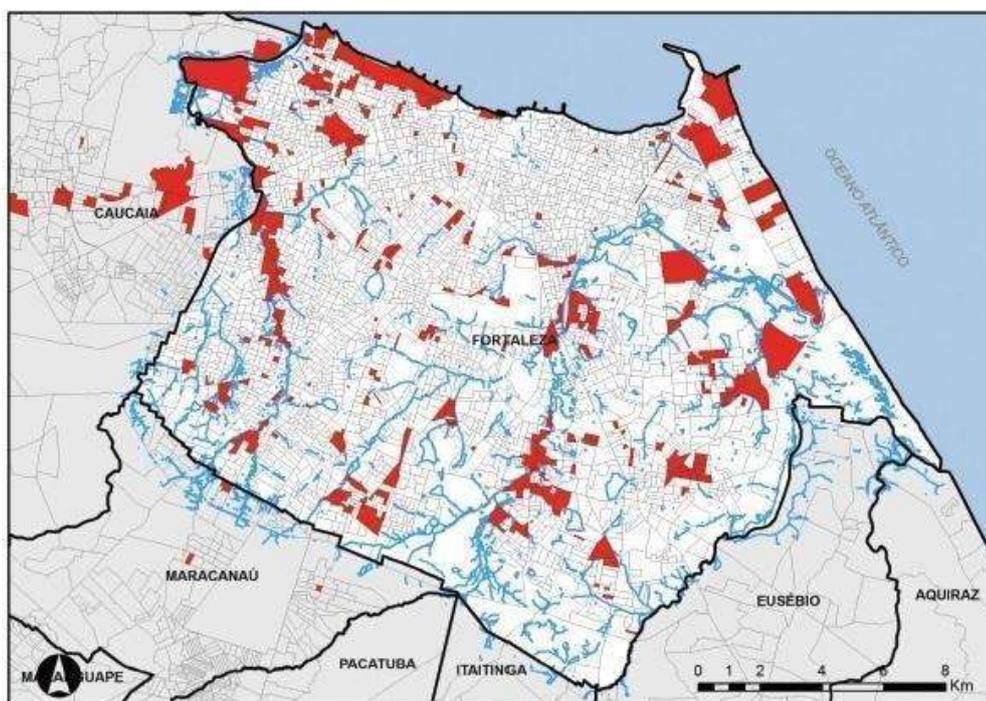


Fonte: Pequeno (2015).

³⁶ Sobre raça e renda, ver reportagem do Diário do Nordeste. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/rendimento-medio-negros-recebem-49-menos-do-que-os-brancos-em-fortaleza-diz-pesquisa-1.3002962>

Como mostra o mapa acima, elaborado pelo pesquisador Renato Pequeno (2015), enquanto uma grande parcela de classes pobres vivem nos conjuntos habitacionais populares que são distribuídos ao longo das regiões mais periféricas da cidade, incluindo os municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), as elites e a classe média alta habitam os bairros “pericentrais”, onde a paisagem concentra uma maior verticalização em regiões mais valorizados ao leste do Centro e à Beira-Mar evidenciando como a concentração de riqueza da população que moram nesses bairros, vincula-se diretamente com a especulação imobiliária e a estruturação da segregação residencial da cidade.

Figura 27 - Mapa que apresenta o processo de favelização de Fortaleza e Região Metropolitana.



Fonte: Pequeno (2015).

Como demonstra Pequeno (2015), durante os anos de 2000 a 2010 houve uma expansão desse processo de segregação urbana residencial na cidade. Como se pode observar no mapa, existe uma grande concentração de assentamentos precários em bairros de regiões que se localizam mais distantes dos bairros onde vivem as elites. De acordo com os dados produzidos pelo Plano Local de Habitação de Interesse Social e da Fundação de Habitação Popular de Fortaleza existem somente na Capital cearense 619 favelas onde vivem mais de 200 mil famílias. Esses dados, não deixam dúvidas sobre a existência de uma forte segregação residencial em Fortaleza.

Além disso, é fundamental como já indicamos, considerar o fenômeno da segregação em uma perspectiva bem mais dinâmica e não só simplesmente como uma diferença de localizações geográficas, mas como uma capacidade de deslocamento no que se refere o real acesso de lugares estratégicos na cidade (CASTELLS, 2014). Ocorre que em Fortaleza, as diferenças raciais produzem mais que a separação de locais de residência, elas produzem distâncias sociais, inviabilizando acessos e deslocamentos à medida que viabiliza formas maiores de dominação e discriminação. A segregação racial em Fortaleza se mostra muito mais complexa, sendo que se conforma a uma ordem de estratificação social que Manuel Castells (2014) chama de uma “subordinação total”, ou seja, uma cidade onde as formas de dominação de um grupo sobre outro é aceito em todos os níveis podendo, inclusive, existir diferentes misturas raciais residenciais, onde classes altas e classes baixas habitam o mesmo bairro, ainda que em múltiplas condições de desigualdade.

Além disso, em Fortaleza a maior parte da população de negros e de “pardos” foram se concentrando historicamente nas regiões mais pobres da cidade, formada por territórios marcados pela ausência de investimentos e que carecem de uma infraestrutura de serviços com qualidade. Para dar um exemplo sobre isso, até o começo da década de 1990 apenas 15,69% da população de Fortaleza tinha cobertura de serviços de saneamento básico (GONDIM, 2007). Embora esse percentual tenha aumentado nos últimos anos, 39% da população do município ainda não tem esgotamento sanitário nos domicílios, sendo os bairros da periferia os que apresentam os menores percentuais de rede de esgoto como Genibaú, Granja Portugal, Vila Pery, Parque São José, Mata Galinha, Curió e Pedras. Bairros como Dionísio Torres, Aldeota, Meireles e Cocó apresentam as maiores coberturas desses serviços (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2016).

Enquanto isso, a Aldeota que cresceu com os deslocamentos das elites brancas ultrapassa seus limites físicos e passa a exercer significativa influência na malha intra-urbana de Fortaleza, sendo sinônimo dos bairros adjacentes que também vão sendo apropriados em processos de especulação imobiliária em associação com os poderes Executivo, Judiciário e cartorário (MOREIRA, 2004), como é caso do Dionísio Torres e outros. Assim, a zona leste da cidade passa a ser conhecida de modo geral pela influência também simbólica em toda sua cosmologia, como a “grande Aldeota”. Como sintetiza Beatriz Diógenes (2005)

A década de 1980 marca a expansão da atividade terciária no bairro, quando começou então a prosperar nesta área um comércio de luxo e toda uma gama de serviços especializados destinados a atender às exigências de seus habitantes: joalheria, boutiques, *delicatessen*, antiquários, galerias de arte, lojas de decoração, restaurantes finos, etc (DIÓGENES, 2005, 74-75).

A Aldeota que se destina ao consumo específico da classe média alta concentrou esse grande potencial no setor de serviços e comércio, principalmente como lugar de consumo distinto com serviços e espaços destinados às elites. Reflexo disso é a infinidade de lojas de luxo, muitas delas com estabelecimentos presentes apenas na Aldeota. Essa privilegiada oferta de serviços especializados também se confirmou pelo interesse dos chamados “profissionais liberais” no bairro. Entre esses, os médicos foram os primeiros a instalar seus consultórios, laboratórios, clínicas e hospitais particulares, haja vista o bairro contar com uma clientela de média e alta renda. Movimento similar foi realizado pelos profissionais do campo jurídico, abrindo seus escritórios de advocacia para atender à clientela afluyente nos edifícios da Aldeota, sobretudo, depois da transferência do Fórum do Centro para a região sudeste da cidade. Do mesmo modo, o setor bancário encontrou “fecundas terras” no bairro, abrindo muitas agências bancárias, fato que contribuiu também para formação de um novo centro financeiro (DIÓGENES, 2005).

Essa característica é vista como marca da “vocação” do bairro como nova centralidade. No entanto, essa disposição para “vocação”, é muito mais racializada, sendo os brancos aqueles que vivem “perto de tudo”, sendo este “tudo” os melhores equipamentos e serviç os da cidade. “Tudo” o que a elite quer e precisa est a   sua volta, como equipamentos urbanos e serviç os b asicos e essenciais compostos por bancos, hospitais, faculdades, *shoppings*, lojas, restaurantes entre uma grande infinidade de serviç os especializados e personalizados, nos quais nos deparamos com a reprodução ideológica e material de uma ideia de “beneficios exclusivos”.

A ideia de “exclusividade” aparece muito bem delineada na propaganda de grandes bancos privados brasileiros, como o Itaú, com o programa “Ita  Personalit ”, pelo qual se divulga que somente “clientes especiais” t em acesso a benefícios e agências exclusivamente destinadas a eles. Em Fortaleza, a agência Personalit  do Itaú encontra-se, não por acaso, localizada na Avenida Santos Dumont, no centro financeiro da cidade, na Aldeota. A “experiência personalit ”, não   apenas ilustrativa da branquitude de Fortaleza, assim como de outras metrópoles, mas de fato exemplifica a ideia do sistema de benefícios exclusivos que são quem   “cliente” pode usufruir.

Esta tendência remonta ao processo de urbanização da cidade, criando “territórios exclusivos” j a a partir dos anos de 1960, quando o Plano Diretor, elaborado pelo arquiteto Hélio Costa, coaduna os interesses dominantes de consolidação da Aldeota em uma posição de núcleo de poder e como uma “centralidade” na cidade. O Estado participa ativamente deste

processo, dando início a um período de intensa aplicação de intervenções públicas e privadas que trouxeram incentivos e investimentos para o setor da construção civil, impulsionando a verticalização da região até a década de 1990, com melhorias socioespaciais destinadas à população de alto poder aquisitivo (PALMEIRA et al, 2020). Nesse sentido, a “zona urbanizada” e centro comercial da Aldeota figura nessas proporções superando em quase todos os seus sentidos o antigo centro de Fortaleza, redefinindo novas fronteiras e fluxos globais de serviços, tecnologias, consumo e enfatizando o bairro com o polo comercial, gastronômico e do grande capital imobiliário e financeiro da cidade.

Mais do que a criação de uma nova centralidade, ou mesmo como sugerem as análises feitas pelos urbanistas e geógrafos (DIÓGENES, 2005; DA SILVA, 2006; DA SILVA e GONÇALVES, 2012; DE OLIVEIRA MATTOS, 2013) que apontam uma “descentralização do núcleo urbano de Fortaleza” sem atentar para processos de segregação que são também raciais na cidade, todas as metamorfoses da Aldeota produzem, na verdade, um novo espaço de mercado nas configurações de um capitalismo contemporâneo direcionado à classe média alta branca.

A cena aldeotense engendra uma vida social no contexto do capitalismo global. Essa por sua vez, tem constantemente reconfigurado diversas dinâmicas de produção do espaço urbano. Não é de hoje que as grandes cidades representam lugares que concentram expressivas formas de atividades econômicas e políticas. Saskia Sassen (1998), em profundo diálogo com a sociologia urbana, afirma que a partir da década de 1980, com a intensificação dos processos de globalização e aumento da complexidade nas formas de organização da economia global, foi se estabelecendo uma nova e densa cultura urbana. Essa reestruturação paradigmática pela qual passou as cidades contemporâneas, radicalizou um tipo de fenômeno urbano que pode ser conceituado como “cidades globais”. Essa perspectiva, embora seja macrossociológica, sugere que a ampliação de fluxos e redes globais de metrópoles se caracteriza principalmente pelo “aumento dos serviços financeiros e dos serviços especializados, a integração aos mercados mundiais, a especulação imobiliária e a gentrificação comercial e residencial de alta renda” (SASSEN, 1998. p. 2).

Em Fortaleza, a espacialização desses processos ocorreu, como já vimos, de modo mais emblemático na Aldeota e posteriormente no Meireles, o bairro atualmente com a maior renda *per capita* da cidade (R\$ 3.659,54) Sob uma espécie de ritmo contínuo de aperfeiçoamento da infraestrutura urbana da região, principalmente, como veremos mais adiante, mediante a preferência de alocação de recursos e investimentos públicos realizados pela prefeitura na região, vai sendo reforçado o caráter *perene* da valorização urbana,

econômica, social e simbólica de um bairro planejado para o consumo de modo geral, mas um consumo com distinções raciais e com filiações de classe.

3.3 Clivagens da segregação racial na Aldeota

Nesse contexto, práticas da valorização do espaço urbano por meio da especulação imobiliária e pelos investimentos econômicos não produziram um padrão de segregação racial totalmente bairrista, fixada na compreensão das distâncias físicas, mas uma estratificação social nas estruturas de relações de poder de raça e classe. Com efeito, os expressivos investimentos no bairro traduzem a permanente criação da cidade segregada em espaços de bens, equipamentos e serviços que formam novas paisagens urbanas. Seja em passeios a pé, de ônibus ou de carro (sendo esse último o padrão geral de deslocamento da branquitude em Fortaleza), a Aldeota nos põe em contato com uma paisagem formada por *shoppings*, torres empresariais, escritórios corporativos e financeiros, bancos que se cruzam com quarteirões comerciais, lojas, cafés, bares e restaurantes. As transformações, misturando funções e criando espaços “liminares pós-modernos” passaram a atuar na mediação “entre uso público e valor privado, mercado global e lugar específico” (ZUKIN, 2000, p. 82).

Um interessante exemplo desse entrecruzamento na Aldeota, são os chamados “equipamentos multiuso”, como é o caso do Pátio Dom Luís (inaugurado em 2010), com um modelo de arquitetura de funções mistas reunindo em um só empreendimento, atividades de comércio, serviços e residência multifamiliar, sendo composto em seu conjunto por um *shopping*, duas torres residenciais e mais duas torres empresariais. Inspirado no *fashion mall*, ele foi exclusivamente construído para grupos de elite e classe média alta, imitando a experiência de empreendimentos de bairros como o de Copacabana no Rio de Janeiro, bem como de outros locais no mundo. Essa liminaridade (ZUKIN, 2000), ganha o significado cultural de “espaço transicional” funde lugares não lucrativos com lugares lucrativos, como, por exemplo, um bairro (residencial) com centro financeiro, comercial e vice-versa.

As ações e intervenções urbanas privilegiaram esses espaços urbanos articulando neles forças econômicas (de mercado) com formas sociais que também são espaciais, ou seja, o espaço liminar também situa “mudanças gerais em nossa experiência de vida, modelando a expressividade das rotinas diárias e estendendo os limites de nossa perspectiva” (ZUKIN, 2000, p. 82-83). Nesse sentido, a paisagem figura como um conceito-chave. Ela é uma ordem material e simbólica imposta socialmente nos ambientes, sendo uma construção social que se

edifica em meio a uma rede de instituições dominantes que atuam mapeando estruturas de relações de poder econômicas e culturais tanto na topografia natural como no terreno social. Assim, os milhões de investimentos em espaços urbanos de bairros “nobres”, como a Aldeota, passam a estruturar complexos modos de apropriação econômica e cultural que resultam em rearranjos espaciais que legitimam a hierarquização social dos lugares.

Nesse sentido, seguindo as pistas teóricas de Zukin, esse modelo representa as próprias “forças de mercado” na produção e reprodução do espaço urbano. Essas forças quase sempre expressam em um perfil de arquitetura assimétrica perpassada por ostensivas práticas de segregação que reforçam formas de diferenciação social nas relações, atividades e grupos. Mais do que um tipo de “enobrecimento” essa arquitetura materializa paisagens simbólicas de poder, como descreve Zukin, viabiliza uma cultura de mercado que simboliza o capitalismo ou ao passo que é o próprio “capital do simbolismo”. Nessas condições, essas paisagens urbanas de poder discriminam consumos e operam elitizando os espaços urbanos no sentido de ir restringindo as possibilidades de acessos, sendo pensadas para habitação de uma pequena parcela dita cada vez mais “diferenciada” da população. Como identificou Rogério Proença Leite (2007), os mecanismos de “enobrecimento” que agem por meio da apropriação cultural nos espaços investem na singularidade e diferenciação dos atos de consumo.

Observa-se, portanto, que as estratégias de intervenção materializadas em forma de “melhoramento urbano”, executadas através de investimentos públicos e privados em bairros formados em grande maioria pela população de alta renda, são recursos que reforçam um maior “fluxos de capitais” em determinados espaços da cidade, esses são não apenas “espaços privilegiados”, mas são espaços de relações de poder que legitimam um sistema de privilégios na cidade. Não se trata de um processo que promove apenas o chamado “enobrecimento” dos lugares, mas uma estrutura que determina os espaços que vão receber as melhores infraestruturas que produzem uma desigualdade das condições de vida e existência na cidade. Esses investimentos vão reforçando barreiras materiais e simbólicas que passam a operar sob a lógica de um racismo estrutural que qualificou historicamente com melhores estruturas os espaços e bairros de brancos na cidade, como a Aldeota.

No entanto, apesar de todas as caracterizações que consolidam a imagem da Aldeota como bairro de brancos de classe média e alta, somos cientes que por trás dos grandes prédios e avenidas bem asfaltadas do comércio rico da Aldeota também existem comunidades onde vivem populações multirraciais, em grande maioria negros e “pardos”, em condições socioeconômicas muito limitadas e precárias. Embora o isolamento das diferenças raciais na cidade seja apenas parcialmente geográfica e territorial, isso não significa que a segregação de

raça e classe não exista. Pelo contrário, onde menos se deixa ver, é onde mais opera como poder simbólico (BOURDIEU, 1989). O que existe em Fortaleza de maneira geral e é muito emblemático, mais ainda no caso da Aldeota, são as formas de segregação racial que assumem diferentes clivagens sociais de diferenciação e estratificação social dos grupos, não sendo uma segregação apenas pela exclusão e distância geográfica, mas pelas condições de acessos muitos mais hierarquizados, nos quais existem margens de abertura para o cumprimento de determinados papéis sociais.

Por exemplo, a supervalorização do bairro por meio dos investimentos de enobrecimento são questões que quase sempre estão relacionadas com o padrão de alto custo de vida e moradia de uma localização, tendo como referência o preço elevado dos aluguéis, das taxas de condomínios e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) que figuram como custos que não fazem parte do “enobrecimento”, mas que estão vinculados às suas consequências reais em um contexto de generalizada especulação imobiliária. O preço médio do metro quadrado (m²) à venda na Aldeota é um dos mais caros da Capital cearense, sendo de R\$ 6.727,00 (JORNAL DO COMÉRCIO DO CEARÁ, 2019). Um apartamento padrão na Aldeota com acima de 100 m² e com duas vagas de garagem varia em média na cifra de 500 mil reais, sendo que as taxas de condomínio variam na faixa de preços de 800,00 a 1.500,00 reais. Além dos apartamentos de alto padrão que ultrapassam essas médias de preço, tornando muito mais acentuada as formas de estratificação residencial.

Um exemplo dessa moradia de alto padrão pode ser observada nos anúncios publicitários do prédio que começou a ser construído em 2020 na rua Paula Ney no entorno da Praça das Flores. No local foi montado um estande de vendas com a divulgação do empreendimento e com maquete com ficha técnica e vídeos com imagens renderizadas (3D) do projeto arquitetônico e paisagístico, apresentando como inaugural em Fortaleza o conceito de “moradia múltiplas metragens alto padrão” formado por um *mix* e plantas que variam entre 65,65 m² a 126,92 m² com até três suítes e uma cozinha *gourmet* integrada à varanda e 2 a 3 vagas de garagem. O lançamento da BSPAR com unidades a partir de R\$ 991.123,54 (valor à vista) já é construído estratificando aqueles que podem e os que não podem morar, mas também o próprio perfil de moradores que já é estratificado pela tipologia das planas que vai sendo determinada também pelo poder aquisitivo dos futuros residentes. Volto a discutir os significados de raça e classe vinculados a esse empreendimento na sessão seguinte, onde analiso detalhadamente os novos investimentos no entorno da Praça das Flores.

O pesquisador Eduardo Machado (2017), ao discutir sobre a segregação socioespacial na cidade de Fortaleza, verificou um dado interessante, no qual o percentual de apartamentos

entre os domicílios particulares permanentes na cidade são maiores nos bairros da Regional II, como o Meireles e a Aldeota, evidenciando que a verticalização e a vida nos apartamentos, sobretudo, nas coberturas³⁷, configuram-se em Fortaleza como forma de moradia das elites e classes médias altas, não sendo comum os conjuntos habitacionais populares no formato de apartamentos. A construção de modelos de apartamentos de alto padrão, como o descrevemos anteriormente, serve como referência dos tipos de moradia onde vivem os segmentos mais abastados de Fortaleza.

Figura 28 - Bairros que concentram a verticalização em Fortaleza.

Bairro	%	Regional
Meireles	87,37	II
Coco	87,34	II
Aldeota	80,25	II
Estância (Dionísio Torres)	76,84	II
Guararapes	75,74	II
Varjota	71,92	II
Fátima	66,18	IV
Mucuripe	60,74	II
Praia de Iracema	56,47	II
Alagadiço	51,13	VI
Parque Iracema	50,24	VI

Fonte: IBGE, 2015. Elaboração: autor.

Fonte: Machado (2017).

³⁷ O documentário “Um lugar ao Sol” (2009) de Gabriel Mascaro, que trata do privilégio dos moradores ricos que vivem em coberturas de luxo em importantes metrópoles brasileiras, ilustra de modo emblemático a apropriação social do espaço nas capitais. Todos os entrevistados que narram o significado de viver em uma cobertura são homens e mulheres de pele branca. O diretor do filme, de forma criativa, acessa essas pessoas por meio de um livro que cataloga a elite e os nomes de pessoas mais influentes no Brasil. As coberturas de luxo são os elementos dominando quando se pensa a própria lógica de habitar das elites, e que de acordo com a fala dos entrevistados do filme de Mascaro, viver em uma cobertura é um privilégio que também pode ser definido como o lugar onde se estar “por cima”. Essa posição assimétrica como forma de viver, é naturalmente esboçada quando uma das entrevistadas afirma: “eu sempre morei olhando por cima”, “Um pouco mais alto”. Ademais, esses breves enunciados aludem à materialização de um objeto de poder. As valorizadas coberturas que simbolizam o mais alto padrão de vida de uma elite expressam de modo inconsciente ou consciente a possibilidade de poucos de “morar muito bem”, em um “espaço maior de conforto” em “condomínio bem reservado”, com apartamentos “com segurança própria”. É uma retórica que se respalda em uma concepção de “segurança e comodidade”, revelada por esses sujeitos como uma busca pela vista que alcança uma “cena viva de cinema”.

Relacionados com esses modos de habitar a Aldeota estão também os custos de manutenção da vida material. Também os preços das mercadorias de todas as variedades, das prateleiras dos grandes supermercados ao vestuário e eletrodomésticos, assim como, de alimentação a produtos de limpeza são mais caros na Aldeota e adjacências do que em bairros da zona oeste, considerados periféricos. Ao frequentar uma rede de supermercados mais elitizada na Aldeota, como o Pão de Açúcar, pode-se observar como os brancos de classe média, não por coincidência sempre estão em figurações de consumo como clientes enquanto negros e “pardos” estão desempenhando funções de subordinação, servindo aos brancos de classes médias e alta como operadores de caixa, auxiliar de serviços gerais, seguranças, encarregado e auxiliar de estoque, auxiliar de almoxarifado, empacotador, vendedor, gerente de vendas, balconista e “*personal shoppe*”, que são conhecidos também como os compradores pessoais do aplicativo da *Rappi* que ficam à disposição nos supermercados “preferidos” para fazer as compras, escolher e organizar os produtos dos clientes por meio de uma comunicação completamente feita pela tela de um *smartphone*.

Assim como identificar as assimetrias dos papéis desempenhados por brancos, negros e “pardos” na Aldeota, também é fundamental observar para onde essas pessoas retornam no final do expediente de trabalho. Como verificou Mariana Mendes (2008), o bairro da Aldeota a partir de 1970 passou a ser um grande “canteiro de obras” da construção civil, em razão do crescente processo de verticalização ter passado a ser atrativo para uma grande massa de trabalhadores residentes em outros bairros da “periferia” compondo os empregos formais, ou seja, aqueles com carteira assinada, essa classe de trabalhadores constituída por pedreiros, pedreiros por edificações, pintor de obras, operador de martetele, servente de obras, que se deslocam diariamente à Aldeota regressando a cada final de dia de trabalho para os mais variados bairros da periferia de Fortaleza, onde estão localizados suas residências. O grande deslocamento de operários (da periferia ao centro e do centro à periferia), como verificou a autora, expõe como Fortaleza naquele momento histórico em vertiginoso crescimento da construção civil, mediada pelo capital imobiliário, também se caracterizou por relações produtivas de segregação socioespacial.

Embora esteja ausente na análise de Mendes (op. cit.) a dimensão racial presente nesses fluxos de trabalhadores vindos em grande maioria das diferentes periferias da região metropolitana de Fortaleza, para erguer na Aldeota os enclaves onde hoje vivem, trabalham, casam, estudam, comem os brancos de classe média alta, a pesquisadora consegue apontar elementos que servem de indício para mapear esse fenômeno em uma dimensão também de classe, uma vez que seus locais de residência são bairros pobres onde esses trabalhadores

habitam em precárias condições de moradia e existência. Além das questões de moradia, esses trabalhadores ganham baixos salários, percorrem longas distâncias (entre o local de moradia e canteiro de obras) de transporte coletivo, tem uma alimentação de má qualidade, carecendo também de melhores condições de trabalho na medida, enquanto suas ocupações exigem grande esforço físico, além da construção civil se configurar como ambiente de trabalho com elevada exposição a riscos e acidentes (MENDES, 2008).

Embora não faça e não traga na lista de referências a discussão pioneira de uma importante antropóloga brasileira, o estudo sobre a mobilidade dos trabalhadores da construção civil no processo de verticalização da Aldeota enfoca basicamente o padrão de segregação que Teresa Caldeira (2011) classificou como “centro-periferia” que indica um padrão de urbanização onde as classes sociais vivem distantes, onde brancos de classe média e alta residem legalmente em bairros de regiões privilegiadas e bem-equipadas, enquanto os pobres habitam as periferias em condições de vida precária e quase sempre ilegal. Como afirma Teresa Caldeira (2011), as regras que organizam o espaço urbano das grandes metrópoles são fundamentalmente duas: padrões de diferenciação e de separação social. Essas regras assumem características particulares conforme o contexto histórico e cultural de inter-relações entre os diferentes grupos sociais na cidade.

Ao estudar os padrões de segregação urbana em São Paulo, Caldeira (op. cit.) identificou na história da cidade três tipos de segregação socioespacial. A primeira seria por distinção de tipos de moradia, a segunda pelas distâncias entre centro-periferia e a terceira pela construção dos “enclaves fortificados”. O principal símbolo da consolidação desse tipo de segregação “centro-periferia” não é como se pensa simplesmente a oposição entre um centro e uma periferia, mas são as formas de deslocamentos, ou seja, é uma segregação que se sustenta no sistema de transporte, no qual o uso de ônibus foi é destinado às classes trabalhadoras e os automóveis para as classes média e alta (CALDEIRA, 2011).

Hoje é interessante entender que esses diferentes tipos de segregação não são modelos rígidos, embora, determinados contextos históricos de urbanização revelam a força das regras presentes em um padrão, mais do que de outros. Em nossa paisagem urbana contemporânea, esses padrões de segregação se misturam, criando cada vez mais clivagens onde os marcadores de raça e classe ganham novos contornos e operam de modo mais explícito ou mesmo mais dissimulado, estruturando relações raciais de poder na sociedade de classes.

3.4 Raça e capital simbólico coletivo nos investimentos da Praça das Flores

Na tentativa de compreender os investimentos feitos nos espaços urbanos e como estes historicamente privilegiam determinados bairros das metrópoles, diversos estudiosos se dedicaram a investigar os significados produzidos por diferentes ações e interesses. Nesse sentido, nos debruçamos na reflexão sobre as formas e usos feitos de investimentos públicos e privados nos espaços urbanos, e como estes são indicadores de outros modos de produção, transmissão, reprodução e manutenção do capital simbólico, social e econômico das elites. Como diria Harvey Molotch (1976) uma cidade sempre é concebida como expressão territorial dos interesses de uma elite fundiária. Nessa perspectiva, os grupos dominantes disputam recursos que impulsionam o crescimento de sua própria localidade. O poder público local fornece as condições legais por meio das quais essa elite urbana obtém seus lucros à custa de diferentes tipos de uso do solo. A cidade passa a desempenhar a função de uma espécie de “máquina de crescimento” em benefício das elites, na qual as condições de existência da vida humana dos que são excluídos configuram-se como uma consequência das forças sociais, econômicas e políticas incorporadas.

Situada dentro de um centro comercial e financeiro a Praça das Flores está localizada, em uma das regiões mais valorizadas da geografia urbana e econômica de Fortaleza. O entorno da praça reforça as características de um espaço de centralidade. Caminhando pelas ruas e avenidas que fazem parte desse entorno nota-se uma renovação dos espaços com a construção e abertura de novos empreendimentos confirmando que não apenas a praça, mas seu entorno tem sido objeto de uma série de investimentos. Em Fortaleza o bairro da Aldeota de modo geral aglutina o maior número de investimentos públicos e privados da cidade. Segundo os dados do “Painel de Negócios” da Prefeitura de Fortaleza, a Aldeota aparece como o bairro com o maior volume de atividades econômicas prospectadas, além de liderar o número de consultas de adequabilidade deferidas, isto é, de empreendimentos que foram projetados e se mostraram como propostas exequíveis.

Nos arredores da Praça das Flores, defronte com a esquina da Av. Desembargador Moreira, avista-se o edifício “*BS Design Corporate Towers*”. No formato que mais lembra a imagem de duas velas de jangada, o prédio é primeiro empreendimento comercial do Nordeste que traz em sua arquitetura o “conceito norte-americano A”³⁸, concedido a imóveis que atendem a uma série de requisitos nas áreas de engenharia, tecnologia, segurança e

³⁸ Segundo matéria publicada pelo Jornal O Povo no dia 27/03/2019.

sustentabilidade. Descendo na Rua Eduardo Garcia ao lado da Torre Sul do exuberante *BS Design* também se conhece o luxuoso *Mall* que fica nesse empreendimento. Próximo aos seus espelhos d'água e frondosas palmeiras uma brisa ameniza a sensação térmica que se sente em dias de calor na cidade. Apesar da formação de ilhas de calor, a mudança da sensação térmica faz se sentir como reflexo de uma abundante arborização que é presente em diferentes espaços do bairro.

Figura 29 - Prédio BS Design na Avenida Desembargador Moreira.



Fonte: Revista Qual Imóvel (2019).

Figura 30 - Vista das Torres do BS Design, no primeiro plano Hospital do Exército (à esquerda) e Praça das Flores (à esquerda).



Fonte: BS Design.

Inaugurado em 2019, o prédio “futurístico” que custou 500 milhões de reais, figura com o que Zukin (2000) chama de “paisagem de poder”, simbolizando a própria arquitetura social de relações assimétricas que se apresentam de modo mais nítido em bairros como a Aldeota, região onde o empreendimento foi construído. As edificações do BS *Design*, retificaram a Aldeota como principal polo comercial, empresarial e financeiro da cidade, em uma zona urbana de Fortaleza quase que totalmente verticalizada. A verticalidade que alteia a vida na Aldeota expressa uma ordem socioespacial simbólica de formação de paisagens urbanas de poder que articula um visual urbanístico e arquitetônico a valores de embelezamento e segurança de lugares apropriados pelas elites locais. O monumental BS *Design* com sua arquitetura sofisticada e inovadora³⁹, tem atraído investidores externos principalmente de São Paulo e dos Estados Unidos. Segundo as palavras do empresário Beto Studart:

“O BS Design é um equipamento ousado, único, realmente especial, que veio para marcar a história da cidade. É um ambiente de luxo, no sentido de que oferece conforto, beleza, modernidade e funcionalidade. Um espaço agradável iluminado sob todos os aspectos”⁴⁰.

As categorias utilizadas nesta descrição do empreendimento – ousadia, luxo, beleza, modernidade – são muito significativas em termos da construção social dos mecanismos de diferenciação das elites na cidade. Luxo, beleza e modernidade estão associados a um equipamento “especial”, “único”, para ser usufruído somente por poucos, e seu valor parece residir para aqueles que usufruem exatamente dos benefícios da exclusão da maioria da população da cidade – “os outros”. Na narrativa trazida por este jornal empresarial, as elites locais se conectam com as elites nacionais e internacionais formando uma espécie de “elite global”, que embora se diferencie internamente em suas especificidades, dependendo do lugar que ocupam na hierarquia do capitalismo mundial, parecem falar a mesma linguagem quando se trata da defesa de processos de enobrecimento nas grandes cidades do mundo, fortalecendo formas de exclusão que também são globais em suas consequências.

Impera nessa paisagem uma estética de segurança, na qual “a construção de símbolos de *status* é um processo que elabora distâncias sociais e cria meios para afirmação de

³⁹ Em sua estrutura o prédio conta com uma área total de 10 mil m², 21 pavimentos, 26 elevadores, 1.527 vagas de estacionamento entre carros e motos, 4.200 m² de área bruta locável (ABL), 18 lajes corporativas e dois hubs aéreo.

⁴⁰ Fala publicada no Jornal O povo dia 27/03/2019.

diferenças e desigualdades sociais” (CALDEIRA, 1995. p. 159). Em outras palavras, a criação desses sofisticados recursos e sistemas de tecnologia e vigilância presentes em empreendimentos como o BS *Design*⁴¹, revela-se como produção de verdadeiros enclaves fortificados. Todo esse universo do luxo reunido nas estruturas desse empreendimento empresarial endossa a construção de uma imagem da cidade como ambiente de negócios e como atratividade à realização de transações com esferas da economia global, atendendo com o seu alto conceito de arquitetura e tecnologia as exigências locacionais de um espaço transnacional (SASSEN, 1998).

Além disso, outros empreendimentos como o BS *Flower* estão sendo construídos nesse entorno da Praça das Flores, região que representa o “coração” do setor financeiro e imobiliário da Aldeota. O novo empreendimento da BSPAR apresenta uma linguagem de “inovação”, “tecnologia” e “segurança”, integrando a isso uma série de elementos que a configuram na publicidade do mercado imobiliário como marca de “alto padrão de qualidade”. O projeto foi elaborado por “arquitetos renomados” de Fortaleza e São Paulo, como Daniel Arruda, Marcus Novais e Beth Miyazaki, os mesmos que desenvolveram o projeto BS *Design*. O novo empreendimento que reúne uma “estética moderna”, para utilizar um jargão dos arquitetos, tem como principal destaque os jardins suspensos que reproduzem uma imagem de continuidade com a Praça das Flores.

Esse aspecto é muito interessante porque permite analisarmos como o espaço da praça, após a reforma e manutenção pela BSPAR, ganha um uso estratégico nesse contexto, agregando valor material e simbólico ao mais novo empreendimento residencial da própria empresa que atua com grandes construtoras e incorporações financeiras. As publicidades atestam o uso da praça como símbolo de distinção. Afinal, quem não gostaria de morar em frente a uma das maiores áreas verdes de uma cidade? E com uma paisagem de “encher os olhos”? Prometendo para os futuros moradores, uma experiência de morar “em contato com a beleza da natureza” e com o que esta tem de mais delicado e valorizado, o colorido das flores?

Paradoxalmente, no processo de reforma e adoção do espaço pela BSPAR Incorporações muitos floristas permissionários e alguns ambientalistas ficaram temerosos em relação às possíveis mudanças que poderiam ocorrer na praça. Nesse conflito, os floristas tiveram receio de perder os quiosques onde trabalham nas bordas da praça. Já os ambientalistas, ficaram preocupados em relação à preservação da arborização urbana da praça. Na época, tanto a prefeitura como o arquiteto paisagista que assinou o projeto de

⁴¹ O BS Design pertence a BSPAR Incorporações, mesmo grupo empresarial que adotou a Praça das Flores.

reforma da praça, Benedito Abbud, afirmaram que a intenção do adotante da praça era fazer melhorias na organização do espaço. As mudanças seriam para melhorar a caminhabilidade e facilitar o acesso dos *habitués* fazendo um trabalho delicado sem mexer em nenhuma árvore.

Segundo representantes do poder público, tanto prefeitura como o adotante da praça tinham como proposta uma maior organização dos espaços, principalmente um ordenamento dos boxes de vendas de flores. Em nota à BSPAR Incorporações afirmava que “a intenção com a reforma da praça era “[...] contribuir com as melhorias urbanas, ambientais e paisagísticas da área, mantendo a dinâmica existente e contemplando o comércio e a atual utilização pública do espaço”, destacando que por essas razões a BSPAR havia contratado “o maior paisagista do país para o projeto”. Em contraposição, ambientalistas defendiam que a praça como área verde deveria continuar com suas funções públicas e ser mantida pelo poder público, tendo em vista os casos de desvio de finalidade na adoção de espaços públicos (O ESTADO, 2015).

Para entendermos esta disputa em torno entre ambientalistas e empresários em torno da praça, é preciso lembrar que a terra urbana, o material basilar do lugar, se constitui na produção de um espaço urbano como uma mercadoria que fornece riqueza e poder e por essa razão há grandes interesses envolvidos nessa apropriação por parte das elites locais (MOLOTCH, 1976). Além disso, a produção do espaço precisa ser entendida como algo menos estático e mais dinâmico, não como produto, coisa ou objeto, mas como um conjunto de relações. Nessa perspectiva, o espaço deve ser compreendido como um conceito que se estrutura em uma permanente dialética entre produto e produtor, sendo também estrutura de relações sociais e econômicas (LEFEBVRE, 2006).

É nessa base estruturada por relações materiais e simbólicas que os agenciamentos de empresas do capital imobiliário renovam os ares da cidade. Ao ser reformada e “adotada” em uma parceria público-privada em 2016 a Praça das Flores passa a integrar uma nova cena daquilo que poderíamos chamar como uma versão “localizacional da renda monopolista”, primeiro é importante frisar que a renda monopolista surge quando os atores sociais geram um crescimento do fluxo de renda (HARVEY, 2005). No caso da Praça das Flores estamos falando mais especificamente da renda localizacional que se caracteriza pela:

[...] centralidade (para o capital comercial) em relação, por exemplo, à rede de transportes e comunicação, ou a proximidade (para a cadeia hoteleira) de alguma atividade muito concentrada (como um centro financeiro). O capitalismo comercial e

hoteleiro se dispõe a pagar um ágio pelo terreno, por causa de sua acessibilidade. [...] Não se comercializa a terra, o recurso natural ou o local de qualidade singular, mas a mercadoria ou serviço produzido por meio do seu uso (HARVEY, 2005, p. 222).

Figura 31- Foto publicitária do BS Flower anunciando a Praça das Flores como um parque recreativo a céu aberto.



Fonte: Instagram BS Flower (2020).

A região da Praça das Flores combina diferentes tipos de renda monopolista (financeira, comercial, turística, residencial). A reforma da praça pelos incorporadores da BSPAR, e logo em seguida a construção e anúncio de novos empreendimentos (comerciais, negócios e imobiliários) expressam estratégias para extrair renda, reforçando relações de poder e controle mais exclusivo de uma região onde os mercados competitivos de negócios imobiliários seriam dominados. Como explica David Harvey (2005), para se materializar, a renda monopolista precisa identificar algum modo de conservar como únicos e particulares as mercadorias e os lugares, prática que permite manter vantagens monopolistas em uma economia neoliberal muito mais competitiva. Foi justamente esse processo que a BSPAR realizou quando “adotou”, “requalificou” a Praça das Flores. Ao realizar investimentos de renovação e conservação das estruturas da Praça das Flores, ficando responsável pela manutenção do espaço durante dez anos, a BSPAR plantou e cultivou seu poder monopolista sobre o espaço. A empresa não ignorou o contexto espacial como vantagem concentrando maciço capital nesta região.

Com a renovação da região das Flores na Aldeota, esse processo é também potencializado principalmente quando os investimentos se configuram como do tipo especulativo. Nesse processo, existe, como verifica Harvey (2005), um elemento de causa circular e cumulativa que põe em funcionamento uma dinâmica que estimula tanto investimentos públicos como privados. No contexto da Aldeota, a Praça das Flores e seu entorno figuram como máquina simbólica desse crescimento urbano, localizando-se no eixo de orquestração da dinâmica do processo de investimentos privados que se servem das melhorias promovidas pelos recursos públicos, como é o caso da super revitalização simultânea da Avenida Desembargador Moreira e Avenida Santos Dumont, criando padrões locais de investimentos. Nessa perspectiva, a finalidade é produzir uma sinergia suficiente para ser possível criar e obter rendas monopolistas.

Desse modo, os incorporadores imobiliários passaram a se apropriar não apenas da estrutura física da praça, mas também da paisagem verde e de sua representação de natureza em um centro urbano fazendo alegações de singularidade, particularidade e autenticidade do espaço a partir de suas características ambientais. Essas alegações passam a afirmar construções discursivas ressaltando os significados de “possuir” espaços verdes integrados a locais de moradia de alto padrão. Essas alegações operam como forte elemento social e discursivo que na medida que são desenvolvidas e servem de fundamento para extração das rendas monopolistas.

A requalificação da praça serviu de estímulo para que a região acumulasse um capital de distinção. A natureza presente na praça foi tomada como marco de distinção da Aldeota. A praça torna-se um capital simbólico coletivo e entra como elaboração de novos marcos de distinção como o BS Flower. Adotar e reformar a praça fez aumentar os marcos de distinção. Segundo David Harvey, “o que está em jogo é o poder do capital simbólico coletivo, isto é, o poder dos marcos especiais de distinção vinculados a algum lugar, dotado de um poder de atração importante em relação aos fluxos de capital de modo geral” (HARVEY, 2005, p. 233) e pela reprodução do que de modo semelhante como a venda do espaço como símbolo de distinção (MARICATO, 2013). São inúmeras as distinções apresentadas no local. No caso do BS Flower a ideia dos espaços de lazer “para todas as idades e públicos” é supervalorizada nas apresentações para os futuros moradores que terão,

[...] sauna e hidromassagem, piscina adulto aquecida com raia de 25m, piscina infantil aquecida, praça privativa, pet place com equipamentos de agility, delivery room, pub gourmet com lounge externo, quadra recreativa, brinquedoteca, playground, baby play, pistinha kids, salão de festas, academia e bicicletário com oficina (para bike comum e elétrica). Outros pontos em destaque são a exclusividade

em cada diferencial, tais como a fachada ecológica e o reuso de água dos condicionadores de ar e da chuva nas áreas comuns (BSPAR, 2020).

Figura 32 - Foto publicitária principal do BS Flower reificando o espaço como lugar residencial de famílias brancas de classe alta. Notar a jovialidade do casal loiro, com filha igualmente loira, escolhidos para representar este modelo de “família ideal”, vestida de modo despojado, como convém ao “novo conceito de moradia” para as elites, associado ao espaço verde da praça que sugere “vida natural e feliz”.



Fonte: Instagram BS Flower (2020).

Os “diferenciais” e a “exclusividade” do projeto permitem observar como raça e classe são constitutivas das representações e práticas que expressam a experiência desse “universo do luxo”. Examinando a imagem a seguir podemos observar os significados racializados, ou seja, ligados a determinados estereótipos raciais específicos. Embora a branquitude seja mais que apenas a cor da pele, como já formulou Patricia Pinho (2009), sua análise não pode desconsiderar os significados da cor e do fenótipo em uma determinada sociedade. Não é coincidência que uma em cidade como Fortaleza que, segundo o IBGE tem 65% de sua população autodeclarada negra (considerando a soma de pardos e pretos), seja representada na imagem de um empreendimento imobiliário vendido como “novo conceito de moradia” na Aldeota, por uma família de pele branca e traços europeus “finos”, que representa justamente a minoria de 25% de brancos na cidade, e, entre estes, os 10% mais ricos que, com renda média mensal de 4,8 mil reais, poderiam pagar por um apartamento neste edifício que à vista

custa quase um milhão de reais (R\$ 991.123,54). Os negros, na Região Metropolitana de Fortaleza, possuem renda média 49% menor do que a dos brancos⁴².

Essa imagem de uma estética excludente reforça o “privilégio branco”, revela a construção social da branquitude como não apenas um padrão neutro, mas como algo que se sobressai como símbolo de poder e *status* em Fortaleza, assim como em outras cidades brasileiras (PINHO, 2009). Espaços semifortificados possuem uma estética e marcam distinções de forma nos modos de ser mundo. Essa distinção está inscrita no espaço através de uma identidade racial branca construída como posição de classe e que se constitui no que a antropóloga Suzana Maia (2019) chama de “espaços de branquitude”.

⁴² Dados da pesquisa "Desigualdade nas Metrôpoles", um estudo realizado por pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), do Observatório das Metrôpoles e do Observatório da Dívida Social na América Latina (RedODSAL). Fonte: Diário do Nordeste <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/grande-fortaleza-e-a-5-do-pais-de-maior-desigualdade-de-renda-1.3003175>. Acesso em 6 de abril de 2021.

4 DIFERENTES FORMAS DE INCORPORAR A BRANQUITUDE NA PRAÇA

Em Fortaleza há uma expressão popular utilizada pelos cearenses que se chama “leruaite”. Segundo relatos locais, a expressão teria origem na junção de dois termos (lero e white) muito comum em razão da influência de soldados americanos que vieram à Fortaleza durante a Segunda Guerra Mundial. Com o tempo o termo passou a significar um “lero de branco”, sinônimo de uma “lero-lero” ou uma “conversa mole”, “conversa de branco”. Faço aqui uso metafórico do leruaite para o trabalho que realizei colhendo material de pesquisa nas entrevistas e nas interações sociais estabelecidas pela observação participante. Mais do que apenas apresentar que conversei e entrevistei pessoas racialmente brancas pretendo analisar o conteúdo social dessas conversas a partir de entrevistas gravadas e convivências em ambientes que foram registrados no diário de campo.

A partir da incursão por essa cosmologia histórica que nos fornece conhecimentos sobre o modo como as elites brancas foram produzindo e formando suas paisagens de poder na cidade, apresentamos neste capítulo nossas descrições e análises dos rituais de interação e comportamentos públicos da classe média na Praça das Flores, bem como os significados atribuídos ao lugar pelos frequentadores. Descrevemos como indivíduos de classe média branca utilizam e se apropriam do espaço da praça buscando identificar padrões sociais de consumo do lugar, bem como estilos e perfis de consumidores, fundamentais para uma análise das práticas e dos praticantes em suas performances de classe e raça.

A estética social e concepção das feiras que são frequentadas pela branquitude na Praça das Flores são tomadas como situações e imagens emblemáticas para pensar os significados materiais e simbólicos de uma elite parcialmente “não marcada” como branca em Fortaleza. Além disso, refletimos sobre o estilo de vida dessa classe média e de suas práticas de consumo dos espaços públicos e privados no bairro da Aldeota. Para tanto, analisamos as falas de 12 interlocutores, por meio de entrevistas e conversas obtidas através da observação participante, pela qual fomos “seguindo as redes”. Além disso, nos dedicamos a pensar como se conectam ou não diferentes formas de incorporar a branquitude construindo tipos ideais (WEBER, 1997) de usuários e de práticas, no contexto da Praça das Flores.

4.1 “Gênero e raça ditam o acesso à cidade de todas as maneiras”

Para analisar as performances da branquitude neste contexto tomamos por base a sociologia bourdieusiana com seus conceitos de *habitus*, campo e capital (BOURDIEU,

2008), assim também inspirados na utilização que Hugo Ceron-Anaya (2015) faz do aparato teórico de Bourdieu em sua análise das elites praticantes de golfe no México. Tomando o *habitus* como “disposição incorporada”, podemos pensar, seguindo Ceron-Anaya (2015: 2) que o “privilégio e a falta dele são incorporados fisicamente”, ou, dito de outro modo, que “estruturas sociais são internalizadas”. “confiança corporal é um privilégio dos privilegiados”, escreve Ceron-Anaya (2015: 4), parafraseando DeLuca (2013).

Este tipo de performance é um “know-without-knowing” (WACQUANT, 2006), um tipo de “saber-fazer” que se incorpora e que parece tão mais “natural” quanto mais familiarizado um indivíduo está com um conjunto de práticas hegemônicas. Portanto, ao tomarmos como baliza para nossa análise as disposições corporais dos usuários no espaço – em outras palavras, o modo como performam classe e raça, principalmente, mas também gênero e sexualidade – estamos atentos para identificar tipos de indivíduos que se veem e são vistos como “naturalmente” pertencendo ao espaço, e outros que são tidos como potencialmente “ameaçadores”, podendo ser alvo de discriminação e violência racista por parte dos grupos dominantes.

Ao estarmos atentos às performances corporais no espaço, queremos também analisar quais os tipos de capital simbólico e cultural dos indivíduos que os permitem se sentir “confortáveis” ou “bem-vindos” na praça e no bairro Aldeota. Entendemos também que diferentes tipos de performances podem coexistir, sinalizando a existência de um *campo* em que algumas diferenças entre tipos de branquitude são toleradas, assim como este campo delimita e continuamente cria os limites para as performances que não se adéquam.

Como afirma Setha Low (2013), um espaço público oferece um meio empírico para pensar sobre a diversidade na criação de uma cidade mais democrática. São nos espaços públicos onde se disputam distinções de classe, raça, relações de poder, desigualdades de gênero e comportamentos geracionais. Nessa perspectiva, os espaços públicos também oferecem aos pesquisadores e pesquisadoras sempre novas possibilidades de construir análises significativas ao entrar em contato com aqueles atores sociais que praticam esses espaços por meio de diferentes modos de apropriação, seja ela material ou simbólica.

Na Praça das Flores na Aldeota fomos identificando ao longo dos meses de pesquisa as formas de incorporação de determinados *habitus* de classe nos comportamentos dos frequentadores e como essa dimensão da apropriação do espaço vincula-se a uma construção social racializada da praça. Desse modo, sendo lido como branco e dotado de certos capitais simbólicos e culturais – vestindo-me e usando o corpo para me exercitar de modo considerado adequado, sendo estudante de Mestrado na mais prestigiada Universidade Pública da capital,

não enfrentei dificuldades para ser visto como uma presença “natural” ali. No início quando comecei a interagir com pessoas na praça os contatos não eram muitos, mas gradualmente fui conseguindo me inserir em um dos grupos que treinam no espaço com *personal trainer*. Desse modo, minha inserção nessa nova rede de relações a partir do esporte foi propiciada com minha performance e posicionalidade como branco que facilitou o fato de ser visto como “um deles”.

Apesar de frequentada por diferentes públicos, o espaço é constituído por práticas de distinção de classe e raça. Nela os brancos estão praticando atividades de lazer com suas famílias enquanto negros e “pardos” figuram na maioria das vezes em atividades laborais, sendo típica a cena de famílias brancas passeando com as crianças acompanhadas de babás negras pela praça. Geralmente encontram-se nos finais de tarde com seus filhos no *playground* na região mais central da praça. Como os usos são diversos, também utilizam a praça para realizar atividades físicas. A caminhada, e *cooper*, os treinos funcionais, assim como a calistenia⁴³ e jogos de petanca⁴⁴ estão entre os usos corporais do espaço pela branquitude durante a semana e aos finais de semana.

Ao entardecer uma massa de trabalhadores atravessa a praça em direção às paradas de ônibus. Diferente dos brancos de classe média que estão na praça se exercitando e usando o espaço como ambiente de lazer e prática de atividades físicas ao ar livre, os trabalhadores utilizam a praça como lugar de conexão entre a casa e o trabalho (pela manhã) e do trabalho para casa (à noite, no final do expediente na Aldeota). Esses passam carregando suas bolsas e mochilas onde guardam as fardas do trabalho e os pertences pessoais. Às vezes sentam passageiramente em algum banco da praça, acendem um cigarro, fumam, mas sempre em uma região mais isolada onde a classe média branca costuma não frequentar. A população negra e

⁴³ Calistenia é uma modalidade esportiva onde se usa apenas o peso corporal nos treinos. A prática permite que a pessoa se exercite “ao ar livre, em praças, parques, na quadra do prédio, no quintal de casa e até mesmo dentro de um quarto, o método vem conquistando cada vez mais adeptos e este ano apareceu na quinta posição das tendências fitness levantadas pelo ACSM (Colégio Americano de Medicina do Esporte)”. Ver mais em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2019/09/18/calistenia-defina-os-musculos-com-exercicios-feitos-so-com-o-peso-do-corpo.htm?cmpid=copiaecola>

⁴⁴ A petanca é um jogo “boules”, muito comum em países como a França. Jogada de “ ‘Pés juntos’ (“pieds tanqués”) num círculo desenhado no chão, balanço do corpo acoplado ao jeito de pegar a bola, com a mão em formato curvo, ou de “meia lua”, voltada para o corpo. O lançamento de uma lustrosa bola oca metálica que adquire ares de movimentos mágicos. O objetivo é colocar tal bola mais próximo possível de uma outra, de madeira e de menor dimensão (“le petit” ou “le cochonnet”), localizada em algum lugar do terreno e pode ser jogada em uma superfície plana de areia, grama ou chão batido.” (CAMARGO, 2019). Disponível: <https://www.ludopedio.com.br/arquibancada/petanca-voce-ja-ouviu-falar/>. Ver mais em: LA PETANQUE : SON HISTOIRE; SES BIENFAITS (2012). Disponível em: https://www.blogpetanque.com/eabp97420/LA-PETANQUE-SON-HISTOIRE-SES-BIENFAITS_a35.html#:~:text=P%C3%A9tanque%3A%20sport%20de%20boules%20d,La%20Ciotat%20pr%C3%A8s%20de%20Marseille.&text=C'est%20C3%A0%20la%20fin,grande%20histoire%20des%20boules%20commence.

“parda” em idade adulta quando não fazem do local um ponto de passagem, estão na praça ocupando funções de vendedor de picolé, vendedor de lanches, jardineiro, florista, auxiliar da limpeza da praça e babás passeando com os filhos da classe média alta.

À medida que vamos observando no espaço essa dinâmica de figurações que estruturam os modos de praticar os espaços da praça, vamos mapeando os diferentes tipos de incorporação da branquitude. No entanto, o espaço da praça como espaço de práticas de aquisição de certos capitais de saúde e bem-estar, mesmo sendo marcado pela performance de brancos da classe média alta, também é frequentada por pessoas de classes baixas, que circulam e usam o espaço em determinados horários, quase que respeitando uma ordem simbólica imposta de turnos e horários, nos quais indivíduos de determinada classe e raça podem aparecer na praça. Apesar de não ser uma divisão rígida, o exemplo mais emblemático dessa situação onde as pessoas de diferentes origens sociais e raciais passam a frequentar a praça em horários diferentes são as partidas de futebol que ocorrem na quadra da praça.

Os jogadores que se apropriam apenas desse espaço, chegam na praça depois do horário das 20h para “o racha”. Usam fardas de times de associações desportivas formadas em comunidades locais em que vivem. O uso do uniforme do time serve como uma segurança de identificação para a maioria dos jovens negros e “pardos” que se deslocam de comunidades pobres da Aldeota e da periferia de Fortaleza. Apesar disso, seus comportamentos e expressões os colocam fora das performatividades da classe média branca que caminha e circula na praça fazendo *cooper*. É evidente que não existe uma divisão mecânica desses horários de uso da praça. Entendemos que a classe média como “grupo” majoritário na maior parte do tempo também faz usos da praça em horários diferentes ao longo da semana, apesar de se verificar uma maior regularidade desse público no horário das 15h às 20h, sobretudo, quando se trata de passeios com os filhos, práticas de exercício físicos, funcionais e aeróbicos, revezando na preferência dos horários para realizar essas atividades certas formas de evitação, especialmente durante a pandemia de Covid-19, quando estava em campo realizando a pesquisa.

Independente da situação de pandemia, o microcosmo da praça parece ser sustentado tanto por relações raciais de subordinação como por esquemas de evitação e afastamento que são definidos por dispositivos morais de uma “gramática da desconfiança” (TOLONE, 2018). Esses dispositivos morais não são totalmente visíveis, somente são apreendidos nas instâncias de interação durante mais tempo. Como pude verificar participando de treinos em grupos de classe média na praça, há tanto atitudes de indiferença (comportamento blasé) como reações negativas em relação a alguns tipos de comportamento na praça. Aparecem na praça camadas

de moralidade que moldam tanto reações de indiferença como manifestações de incômodo. Não sendo necessariamente um jogo de oposições, ambas caminham juntas na praça e são postas em evidência por meio de “piadas internas”, olhares e risadas que passam como “despretensiosas” e em comentários no tom de brincadeira que são enunciados como não ofensivos, ditos como para “levar na esportiva”.

Para dar um exemplo, ouvir inúmeras vezes em conversas com brancos, frases como “nossa se continuar assim, daqui a pouco vou ficar lombrado”. A situação desse comentário feito por um dos meus interlocutores fazia menção a um casal de jovens que estavam a cerca de 200 metros de distância de nós. O casal estava sentado na região da praça mais sombreada pela copa de árvores, enquanto conversavam, fumavam um cigarro e quando o vento soprava o cheiro da esparsa fumaça vinha em nossa direção. Em seguida outro interlocutor também aproveitando o momento de comentários no treino diz: “A praça já está ficando cheia de maconheiros, viados, sapatão e eleitores do Guilherme Boulos” (referência ao então candidato a Prefeito de São Paulo pelo Partido Socialismo e Liberdade, PSOL nas eleições municipais de 2020).

Além de expor um universo simbólico de preconceitos contra figuras públicas de esquerda, encontrava associações a um conservadorismo moral que tem marcado boa parte dos que elegeram o Presidente Jair Bolsonaro em 2018. Fui notando como esses interlocutores se sentiam à vontade para expressar entre eles, durante as interações na praça discursos de ódio e discriminação, indicando uma liberdade de ação na medida que se sentiam confortáveis de reproduzir esses enunciados. Tão importante como considerar o contexto desses enunciados é analisar o conteúdo social presente nesses incômodos. No caso desse exemplo, os comentários de preconceito, declarados de maneira aberta e sem constrangimentos, aludem a uma dimensão mais ampla de um comportamento social conservador que, no campo da política, se materializa como uma direita bolsonarista, que se enquadra no aspecto visto pela antropóloga Rosana Pinheiro-Machado (2020) como ascensão da subjetividade conservadora no Brasil. Essas questões políticas e ideológicas são reproduzidas de modo mais explícito por esse grupo da branquitude que acompanhei nos treinos na praça. Em situações cotidianas essa branquitude se sente muito confortável em comportamentos de discriminação, preconceito e intolerância.

Encontramos um certo contraste do ponto de vista ideológico entre dois tipos de branquitude na Praça das Flores. A primeira é uma “branquitude acrílica”, tipo descrito por Cardoso (2010) que diz respeito a uma branquitude que tanto pode ser individual como coletiva que apesar de não sustentarem totalmente o argumento da superioridade racial

branca, expressa a discriminação racial de modo mais explícito. Por outro lado, encontramos também o tipo que Cardoso (op. cit.) descreve como “branquitude crítica” que se refere ao indivíduo ou grupo de brancos que desaprovam publicamente o racismo. Há entre os estudos sobre branquitude no Brasil uma espécie de consenso no entendimento de que a identidade racial branca é uma construção de expressões diversas (CARDOSO, 2010).

De acordo com Lourenço Cardoso (2010) a construção racial da branquitude pode então ser entendida como algo que, além de receber influências de contextos locais e globais, também situa-se em uma dinâmica histórica de construção e reconstrução. Não sendo uma identidade homogênea e nem mesmo estática, devido à sua capacidade de se modificar temporalmente. Desse modo, podemos pensar a branquitude como heterogênea e passível de variação segundo um contexto histórico. Assim, ciente da complexidade da questão, optamos por considerar como procedimentos metodológicos e analíticos a perspectiva interseccional (CRENSHAW, 1989), que considera também performances de classe, gênero e sexualidade. Deste modo, distinguimos não apenas a “branquitude crítica” da “branquitude acrítica”, como sinaliza Cardoso (2010), mas também os diferentes modos de incorporar a branquitude na praça, considerando diferentes performances, e como estas se referem a diferentes tipos de branquitudes que aparecem no contexto de espaço público da Praça das Flores.

Quando abordei em uma entrevista uma interlocutora de classe média alta que se reconhece como branca, como ela percebia os acessos de diferentes públicos na Praça das Flores e se ela identificava o ambiente da praça como aberto e inclusivo para diferentes “grupos”, ela afirmou:

“Eu acho que as pessoas não deixam de frequentar esses espaços, como é que eu vou colocar, porque assim, tem a questão da sexualidade, a questão racial e a questão de gênero né, são três pontos diferentes que podem se interrelacionar. Na minha visão, assim, olhando como observadora/não estudei sobre, eu acho que as questões de sexualidade são um pouco mais ok hoje em dia, não completamente, porque enfim, convivemos com essa situação, inclusive, eu também convivo esporadicamente com essa situação pela minha sexualidade e daí eu acho que a questão por exemplo, de gênero a não binariedade, um travesti, eu acho que ele ainda não seria tão aceito na Praça das Flores, acho que já é um passo além, que eu não consigo ver, um espaço convidativo, não é meu espaço, é meu lugar de observadora que é convidada a esse espaço né. Daí a questão das pessoas pretas não sei se seria tão convidativo, porque eu fico pensando, por exemplo, eu não sei, eu não vi a Praça das Flores à noite, não é um ambiente que eu frequento do fim da tarde pra noite, mas existem rodas de rap lá? Por exemplo, as pessoas se juntam pra fazer passinho, por exemplo, é uma cultura preta e periférica em Fortaleza, isso ocorre na Praça das Flores, será que as pessoas se sentem convidadas a isso? Não sei porque já não é meu lugar de fala né. Será que tá rolando o rolezinho lá e daí tipo, talvez, o casal lésbico ou casal gay consiga frequentar lá, mas o quão normativos eles são? Não sei. Eu teria também que observar mais a dentro. Eu acho que tem uma maior ... é convidativo, mas só até um certo ponto, é aquele “alternativo gourmet” né, que é o que tá rodeando... Eu não sei se uma amiga minha Drag ia poder andar tranquilamente pela Praça das Flores,

por exemplo, entende? Não sei se ia ser um ambiente muito tranquilo, e eu não digo tipo nem agressão física, mas as olhadas elas também são agressivas [...]"

Mesmo considerando as questões de “sexualidade” como as que seriam mais “bem aceitas” no espaço da praça, a interlocutora vai desmanchando essa percepção ao longo de sua fala. Reconhece, se colocando sempre como “observadora”, que questões identitárias de gênero e não binariedade e travestilidade já não seriam totalmente “aceitas” pelo público de classe média branca que frequenta a praça. Na sua visão a praça é um espaço normativo, aqueles que o frequentam partem do pressuposto que precisam seguir determinadas regras de comportamento social mais padrão e que incorporar essa normatividade seria meio pelo qual, por exemplo, casais lésbicos e gays poderiam frequentar a praça. Aqui a normatividade representada pela família de classe média branca é enunciada como referência e parâmetro de julgamentos e avaliações dos sujeitos que seriam “aceitos” ou não, assim como das performatividades que teriam mais chances de passabilidade naquele ambiente ou não. Ou seja, existem aquelas que ao incorporar determinados comportamentos não teriam problemas em frequentar a praça, mas teria aqueles sujeitos que já seriam “um passo além”, como o caso de uma Travesti ou uma *Drag* que já não poderia andar pela praça tranquilamente. Ao se referir às pessoas negras, a interlocutora afirma não saber bem, diz não frequentar o ambiente da praça à noite, associando possivelmente esse horário à frequência de negros e periféricos. Apesar de supor que o lugar não seria convidativo para pessoas “pretas”, a interlocutora assume no tom de uma dúvida “especulativa” que não consegue observar na Praça das Flores movimentos e práticas de uma “cultura preta e periférica em Fortaleza”, deixando transparecer que não tem dúvida em relação ao espaço ser um lugar frequentado mais por pessoas brancas, inclusive, considerando que outros estereótipos raciais frequentam a praça desde que não reproduzam determinados comportamentos da periferia como rodas de *rap* e “rolezinhos”. Quando a questioneei sobre as diferenças que ela enxergava nas ausências e presenças de frequentadores, sobretudo pela lógica de exclusões ou inclusões raciais nos espaços da Aldeota e na Praça das Flores a interlocutora foi enfática quando:

“[...] *eu acho que é um lugar muito de branco* né, eu acho que eu consigo ver muito claro isso, e como eu falei da outra vez, é, apesar de eu ter essa cor parda e eu adorar, é, tenho muito orgulho, eu sei que a forma que eu me visto frequentando lá, eu sou uma mulher branca rica frequentando lá, então assim, eu não tenho nenhuma limitação, não observo nenhuma limitação do mesmo gênero pra outras mulheres como eu, assim sem entrar na questão de gênero, entre mulher e homem, *eu tou falando mais da questão da classe da mulher e da cor da mulher né. Eu, na minha posição social, eu acho que a Aldeota está de portas abertas pra mim, ela me convida muito, ela me quer frequentando lá, ela me quer consumindo lá, mas eu não acho que é uma realidade pra todos.* Eu não observo que isso seja um ambiente pra

todos né? Eu acho que só a gente observar o tanto de gente que já foi morta, por exemplo, na Loja Americanas da vida, uma inclusive, ocorreu na Dom Luís, eu não esqueço disso, faz uns anos, e foi muito forte né? *Era um homem preto, se eu não me engano, seria bom conferir a notícia do jornal, mas acredito eu que ele tinha ido trocar um presente pro filho, alguma coisa assim, e aí ele foi confundindo e ocorreu a tragédia e era um homem preto na Aldeota, Dom Luís. Então, eu acho que fica bem claro quem é convidado e quem não é convidado a frequentar a área, eu gosto muito da Praça das Flores como eu disse, sou muito grata, acho muito necessária, mas eu também tenho consciência que ali não é um convite pra todos e isso é preocupante né?”.*

Poderíamos classificar essa interlocutora como sendo parte do tipo de “branquitude crítica” (CARDOSO, 2010) ou “branquitude consciente”. Ela reconhece que sua performance de classe – “o jeito como me visto frequentando lá, sou uma mulher rica frequentando lá” - a permite ser vista como branca, mesmo se autotransformando como parda. A cor de pele “parda” é uma espécie de “carta coringa” que, por um lado traz a conexão com certa origem negra “da qual sente orgulho”, mas que também a permite transitar para o “mundo dos brancos” quando somada ao domínio das performances de “mulher rica”. Ela mostra consciência de como a filiação de classe a permite viver dentro de uma gama de privilégios também raciais incorporados pela branquitude. Como uma mulher rica, sua posição social a confere uma condição de frequentar qualquer espaço bem localizado na Aldeota. Mais do que isso, ela se sente convidada a estar e consumir os espaços de um bairro que a recebe “de braços abertos” sem correr o risco de ser confundida como foi o caso do homem negro que havia ido trocar um presente e foi assassinado dentro de uma loja de departamento na Aldeota.

A partir dessa interlocutora, fui então em busca de entender como pessoas da classe média alta branca com um envolvimento maior nas tensões e performatividade das vivências de gênero e raça se autopercebiam circulando e frequentando a Praça das Flores, assim como em outros espaços do bairro. Ao entrevistar uma pessoa branca não binária de classe média alta nascida e criada na Aldeota, filho/a de médicos, vários tensionamentos tanto, de classe, raça e gênero vieram a tona:

“[...] todo espaço cisonormativo, que seja prevalecido, né, e que seja privilegiado pelo capitalismo é um espaço racista, um espaço cisterrorista, homofóbico, cissexista, extremamente binário e eu acho, inclusive, eu acho que a binariedade é o que rege todas as divisões e as fronteiras, ainda que sejam fronteiras muitas vezes não ditas, dentro da cidade. Eu penso a não binariedade, inclusive, para além da identidade de gênero, eu penso não binariedade enquanto fazer de mundo, né, fazer de existência no mundo. Então, tipo, pensar não binariedade é também pensar em divisões raciais, é pensar nas divisões sociais, na maneira como o capitalismo estrutura as divisões muito rígidas entre pobres e ricos, entre pessoas que podem ter acesso e pessoas que não podem ter acesso e que, interseccionalmente, com o gênero e com raça, ditam o acesso à cidade de todas as maneiras, né, então, por exemplo, eu sempre fui uma pessoa que me senti muito confortável antes da minha vivência enquanto pessoa não binária, antes de eu começar a instigar e tensionar os comportamentos de gênero na

minha vida. Então me senti sempre muito confortável de habitar os espaços, porque fui uma pessoa que foi educada, ao longo da minha vida, para estar nesses espaços. A minha mãe é médica, ela sempre me levou para esses espaços e são espaços onde eu não sinto fricções. Quando eu comecei a tensionar o gênero, fazendo Drag, colocando a Drag muito fazendo parte da minha própria vida, não sei se tu viu meu Insta, talvez sim. A Drag começou a fazer parte da minha vida, a Drag para mim ela não é um espaço de apresentação artística, ela é a minha vivência de gênero, eu comecei a perceber a diferença do tratamento da cidade comigo, né? A cidade passa a tratar aquela corpa de maneira diferente, seja por ser uma corpa que vai ser lida enquanto exótica, indesejada, extremamente indesejada, mas sempre assediada, então eu comecei a sentir os espaços de assédio de que a cidade repercutia sobre mim e isso também mexeu muito na minha relação familiar, porque começou a entrar muito na esfera do medo, da minha ocupação na cidade, né? Tipo, a minha mãe começou a ter muito medo de eu sair na cidade, porque eu só andava de vestido, porque eu só andava maquiada e tal, ela ficava “ai por favor, não vai, não sei o que, e eu sempre fui uma pessoa que gostei muito de sair pela cidade, não só na Aldeota, como em todos os cantos.”

O enunciado dessa interlocutora traz à discussão diferentes categorias. Ela mobiliza, mediante seu repertório de conhecimento, um complexo campo de léxicos elaborados por diversas teorias socioculturais que se vinculam a uma existência simbólica, mas também corporificada no mundo. Sendo assim, a Aldeota como espaço que prevalece como “cisnormativo” dentro de uma estrutura capitalista se configura antes de tudo, como um espaço racista. Reconhece que antes de tensionar as questões de gênero em seu ambiente social “natural”, sempre se sentiu muito confortável em frequentar os espaços, sobretudo, pela condição social de classe e pelo capital cultural que adquiriu ao longo de sua formação que também sempre esteve orientada para habitar esses espaços. Ao performar a binariedade na cidade, a interlocutora sente a diferença nas formas de tratamento da “cidade da branquitude” - termo que utilizamos aqui para nomear o “território dos brancos”, onde estes se sentem confortáveis especialmente quando performam normas hegemônicas de classe e de gênero. No depoimento desta interlocutora, citado a seguir, ela diz que a violência sofrida pelas pessoas não binárias como ela é “um extermínio racista e também feminicista”. Sobretudo em razão da “corpa”, termo que utiliza para se referir ao corpo não binário que transita pelas ruas e praças da cidade, ela se sente olhada com estranhamento como algo que é “exótico”, “indesejado”, mas que apesar disso, também é “assediada”. Como ela afirma:

“[...] eu sinto como as roupas que eu me utilizo, especialmente na minha vivência enquanto ser humano, elas mediam com as violências que eu sofrerei, inclusive, é uma coisa que eu sempre penso assim, eu vejo meu guarda-roupa, aí eu vejo assim, estou disposta a usar o quê hoje? Qual é a minha disposição, estou disposta a passar de violência? Se eu estiver disposta eu vou poder usar um cropped, eu vou poder me maquiar, eu vou poder fazer o que eu quiser. Se eu não estiver disposta, eu não vou sair assim. E a minha vivência de gênero ainda é uma vivência interessante porque eu me sinto bem utilizando qualquer tipo de roupa, é... menos gola-polo (risos) brincadeira, eu uso qualquer tipo de roupa. É muito sobre disposição, sobre você

entender o que é que no seu corpo é alvo de violência e de você tal hora brincar com isso, a minha vivência me possibilita isso, o que eu acho que é diferente por exemplo de uma vivência racial, né, de pessoas pretas, de pessoas indígenas, porque não existe uma possibilidade de você anular a violência que você sofrerá, você sempre sofrerá as violências naqueles espaços. O que eu não acho, por exemplo, que eu consiga anular também as violências, porque o fato de eu não poder me vestir ou me portar da maneira como eu sou, já por si só é uma violência, isso é uma violência muito grande. Isso é uma violência, inclusive, é uma violência que mata também, né? Porque senão a gente não entenderia o tanto de assassinato de pessoas trans. É, também pensando que o *número de extermínio de pessoas trans é um extermínio racista e um extermínio feminicida, né, se a gente for ver o índice de morte de pessoas trans, uma grande parte, uma gigantesca parte de mulheres e de mulheres pretas, ou de travestis pretas.*”

É interessante observar como as condições de frequentar determinados espaços também são mediadas pelas roupas e formas que nos vestimos. O que a fala da interlocutora evidencia é que na dimensão performativa de gênero a preocupação em relação ao risco de sofrer uma violência na rua enquanto pensa ou escolhe qual roupa vestir não se constituiem como tipo de preocupação de pessoas binárias e cisnormativas (héteros ou gays). Ao mesmo tempo, apesar de ser uma pessoa não binária, quando se refere a questão como sendo uma “disposição”, revela sem enunciar diretamente como sua identidade racial branca a permite transitar tensionando ou não a binaridade de gênero. O fato de se sentir bem vestindo qualquer tipo de roupa evidencia uma posição social de conforto que a possibilita usar variados tipos de indumentárias, sendo isso, um privilégio pela branquitude. Será que no caso de pessoas não binárias de classes sociais pobres, trans e travestis negras, moradoras da periferia, teriam essa mesma margem de autonomia e escolha de evitar ou não as violências? Outro aspecto importante de ser analisado é como a branquitude, mesmo a anti-racista, continua compreendendo a vivência de negros e negras como uma “vivência racial”, mas não compreendendo sua própria vivência como racializada. A interlocutora fundamenta seu relato sobre sua experiência nos espaços da cidade fazendo menção a uma parte significativa de exemplos vividos em seus relacionamentos e parcerias inter-raciais e com pessoas não binárias de classe sociais baixas.

“[...] eu namorei duas pessoas não binárias. Uma era preta, e a outra tem uma vivência racial onde ela não consegue se identificar plenamente porque em certos espaços ela lida como branco e em certos espaços como preto, mas é uma pessoa que veio de periferia e que a vivência de gênero dela, eu acho que a vivência de gênero também está muito interligada a espaços de território, a vivência que se chama de vetim, né. E eu tenho plena consciência, por exemplo, que em relação a essas duas pessoas, de socialização, eu sofria, tipo, o casal sofria, era muito mais visado com o menino que não consegue se identificar, especialmente, porque o menino que era preto, era uma pessoa que tinha uma vivência de gênero bem

conforme, né, bem “de boinha”⁴⁵, apesar de ser uma pessoa não binária, era uma pessoa que se veste bem “de boinha”, e a pessoa que era de periferia, não branca, não preta, que não consegue se identificar, é uma pessoa que tenciona muito gênero. Conheci usando cropped, maquiagem para tudo que é canto, e blá, blá, blá, e é uma pessoa onde eu pude habitar a cidade muito mais, porque o outro namoro começou muito próximo à pandemia e o outro desde 2016. Eu sinto que a primeira coisa que se tem envolvida dentro disso é que um casal de bichas em qualquer canto sempre vai estar muito fodido, assim, inclusive, dentro da periferia também. Existem espaços de passabilidade, de violência dentro da periferia, mas um casal de bicha dentro da periferia também é muito grave. Porque não é só a bicha, é a bicha sendo amada. Então, uma bicha que é amada, ela tá fodida na cidade porque a bicha não pode ser amada, de maneira alguma, eu acho que, tipo, quando o monstro, quando a monstra ela se permite ser amada, ela se torna um alvo de ódio muito grande e é uma coisa que eu sempre falava, a gente sofria muita violência na rua, assim, muita violência, e ele sempre foi uma pessoa mais estressada. Eu fui uma pessoa que eu me blindei muito, assim, se eu estou andando contigo na rua, eu só consigo ver você, eu só consigo ver o Fábio. Não consigo olhar mais para nenhum outro canto, não me interessa olhar para mais nenhum outro canto porque eu sei que de algum canto vão tá olhando para a gente e vão tá violentando a gente, querendo infligir violência, então, eu não permito que essas pessoas inflijam violência sobre mim. Me tornei muito blindado em relação a isso, eu acho que a vivência Drag me ajudou demais, por que assim, a Drag, ela encanta o espaço. Se tem uma Drag no meio de uma praça, todos os olhos vão para essa Drag, todos. E eu acho que a partir disso, eu me blindei muito das violências circundantes, assim, eu só percebo, só me permito perceber quando é uma coisa muito escancarada e aí eu também não me indisponho ao enfrentamento eu vou e converso quando eu posso, porque muitas vezes você não pode, você tem que simplesmente sair.”

Nesse momento a interlocutora, tenta apontar diferenças raciais em diferentes regiões da cidade, primeiro atribuindo a esse lugar racializado aos outros e não a si mesma, uma “vivência racial”, seria uma questão própria dos parceiros com quem namorou e não sua. Essa percepção demonstra como para pessoas brancas torna-se mais difícil de nomear sua própria branquitude, até mesmo aquelas que tensionam questões de gênero, como é o caso de alguém não-binário. Nesse caso, a classificação da “vivência racial” dos namorados e não sua, é um fato que nos permite concordar com as reflexões de Frankenberg (2002) que sinalizam a branquitude como uma dimensão estrutural que autoriza pessoas brancas a se ver em outros termos como, por exemplo, gênero ou classe, em vez de em termos especificamente raciais.

A interlocutora, ao comparar sua experiência de socialidade em espaços da cidade com duas pessoas não binárias – onde uma é reconhecida e se autoreconhece como negra e a outra que transita nas expressões raciais nos espaços de forma indefinida –, revela também que a questão da discriminação racial e do racismo torna-se mais preponderante quando operam conjuntamente com estruturas de poder como as construções de cisnormatividade do gênero que passam a ser critérios de aceitação ou não dos sujeitos nos lugares. Quando fala das violências sofridas lembra que tanto na Aldeota como em um bairro da “periferia” elas

⁴⁵ O termo “de boinha” é uma expressão que se refere ao estado de bem estar do indivíduo de uma maneira diminutiva, enfatizando uma forma carinhosa.

estão presentes ao se referir a uma dimensão do gênero, afirmando que enquanto o parceiro costumava reagir a essas violências através de comportamentos mais “estressados”, ela sempre se blindou muito das “violências circundantes”. Nota-se que o sentimento de capacidade de se “blindar” e de se resguardar de possíveis situações de violência na rua indica uma performance de vantagem racial que privilegia pessoas de pele clara.

4.2 Branquitude e o consumo em festivais de alta gastronomia

A Praça das Flores é um símbolo de espaço público que foi construído e pensado para o consumo de uma classe média alta branca na cidade ou, como diria uma de minhas interlocutoras “a Praça das Flores é um local da elite *gourmet*”. Essa dimensão é evidenciada de forma pública não apenas pelos investimentos feitos no local, mas também pelas próprias práticas e eventos sociais realizados na praça, após a mesma ter sido “adotada” e “requalificada”. Os eventos que passaram a ocorrer na praça, como feiras e festivais destinados a atender formas de consumo cultural, reforçando os significados do lugar como palco de uma sociabilidade de lazer de brancos de classe média alta.

O ano de inauguração da Praça das Flores foi marcado pela segunda edição de um dos importantes festivais de gastronomia do Brasil, o “Festival Fartura”. A primeira edição do evento em 2015 havia acontecido no *Shopping Iguatemi*, uma das regiões “nobres” da cidade. Em 2016 após ter sido sediado em importantes cidades e capitais, como Belém, Brasília, São Paulo, Tiradentes, Belo Horizonte e Porto Alegre, o maior festival de alta gastronomia do Brasil chega à região Nordeste, na cidade de Fortaleza. Como projeto organizado pela “Plataforma Fartura – comidas do Brasil” o festival reúne os mais importantes e renomados *chefs* de cozinha e produtores de alimentos envolvidos com a experiência e práticas sofisticadas do universo gastronômico, dirigidas especialmente a um público que pode arcar com padrões elevados de consumo de uma culinária coberta de conceitos.

Para a realização do festival, a Praça das Flores foi equipada com uma infraestrutura de estandes, mesas, cadeiras e espaços adequados para aulas de gastronomia, preparação de receitas e pratos, um ambiente para venda de produtos e outro para degustação. Além disso, na programação do festival, houve *shows* musicais e diversas apresentações artísticas ao longo dos dois dias. A organização da festa foi responsabilidade do Projeto “Fartura Gastronomia” e do Sistema Jangadeiro com a parceria da plataforma Pitada e a *Sucré Patisserie*⁴⁶. O evento,

⁴⁶ Ver em: <https://faturabrasil.com.br/gastronomia-do-brasil/o-festival/>

na prática, simboliza uma forma de apropriação privada do espaço público da Aldeota pelas elites.

Embora realizado em um espaço urbano público, o acesso à segunda edição do evento em 2016 na Praça das Flores aconteceu a “portas fechadas” e a população somente teve acesso mediante a compra de ingressos pela *internet* e que se esgotaram em poucas horas após o início das vendas. O festival ocorreu no espaço da praça onde foram instalados os principais equipamentos de lazer e esporte, sendo toda essa área cercada por tapumes. A entrada de acesso ao evento contava também com um grupo de segurança e vigilância privada. O caráter privado dessa edição do festival de alta gastronomia na praça causou nas pessoas e grupos que foram ao local e não conseguiram entrar no festival um sentimento de indignação.

Esse sentimento foi expresso no canal de YouTube chamado “Direitos Urbanos” que fizeram um vídeo denúncia intitulado “Praça das Flores Privatizada”. O grupo de ativismo urbano formado por jovens militantes de movimentos e partidos políticos de esquerda, em sua maioria também universitários de uma classe média “branca, mas não totalmente branca”, por serem vistos mais como “pardos” no contexto das expressões raciais e de classe na Aldeota, assumem a figura de contestação do evento expondo a situação como “privatização”, “camarotização” e “gentrificação” da praça que só podia ser acessada por meio do pagamento, criticando que as condições de uso público da praça também foram restringidas com a justificativa de controle de pessoas. Essa situação é emblemática para pensar como toda ideia de “fartura” em Fortaleza é para poucos.

Figura 33 - A classe média e branca confortavelmente ocupando cadeiras ou brincando com as crianças na praça durante o Festival.



Fonte: Festival Fartura Fortaleza (2019).

Essa edição do evento foi exclusivamente frequentada por pessoas da classe média alta da cidade. Em sua maioria de pessoas brancas e residentes nos bairros “nobres” da capital. No local essas pessoas, suas famílias e amigos podiam degustar refinados pratos da culinária nacional e internacional, bem como experimentar, por exemplo, diferentes tipos de cervejas “premium”. A variedade e sofisticação dos pratos e das bebidas especiais em exposição na cena do evento figuram como símbolos de distinção, “bom gosto” e diferenciação social. Como formas de consumo bastante apreciadas e valorizadas pela classe média. Como discute Bourdieu (2007) o gosto funciona como marcador de distinção de classe.

Figura 34 - Apresentação sofisticada de pratos do festival.



Fonte: Festival Fartura Fortaleza (2019).

Após as polêmicas sobre a privatização da praça que também ganhou repercussão nas redes sociais, como foi o caso do grupo “Direitos Urbanos” com denúncia postada no YouTube, a terceira (em 2017) e quarta (em 2018) edições do festival foram realizadas no Iate Clube de Fortaleza. Esse Clube das elites fica localizado na orla da cidade. A estrutura do Clube fundado em 1954 é formada por restaurante, salão de festas e jogos, contando com instalações para embarcações e áreas ao ar livre. Espaço privado também destinado ao consumo e lazer das elites foi durante dois anos o palco do “Festival Fartura Fortaleza”, preservando assim, seu *status* de evento exclusivo para uma elite. Essa mudança nas localidades ajuda a rastrear a interconexão entre os espaços de branquitude em Fortaleza, ou seja, eles não existem isoladamente, mas compõem circuitos de redes “invisíveis”.

Em 2019 a quinta edição do Festival volta a ser realizada na Praça das Flores, seguindo a mesma estrutura a praça é novamente cercada por tapumes e fechada. Segundo o registro de um dos participantes, o evento é frequentado por uma “*high society*”. O preço pago pelos “pratos especiais” preparados em poucas quantidades e vendidos no festival eram caros. Nas suas palavras o evento “não é pra qualquer um”. Quando toquei no assunto do evento ser algo exclusivo para uma classe média alta, ele afirmou “realmente não teria condições de ser um evento aberto para todos, se fosse, ali poderia ter um arrastão”. Nesse aspecto, ele justifica a privatização do espaço durante o festival com o sentimento de insegurança sentida pela classe média na Aldeota. Recordei do movimento “Fortaleza Apavorada” em meados de 2013, que também expressava uma narrativa de insegurança e medo das elites residentes nos bairros enobrecidos da cidade.

Figura 35 - Vista panorâmica da Praça das Flores no anúncio do Festival Fartura Fortaleza.



Fonte: Festival Fartura Fortaleza (2019).

Essas situações emblemáticas são significativas e ilustram do ponto de vista sociológico como os comportamentos e formas de consumo das elites apresentam modelos de rituais de interação que parcialmente segregam os espaços públicos da cidade. Eventos sociais como Festival Fartura enquadram a Praça das Flores em uma ordem privada e racializada. Em ocasiões de interação como essa, visualiza-se de forma acentuada a frequência de padrões de comportamento. Estes são constituídos por códigos sociais que orientam as maneiras de agir

das pessoas quando estas entram na presença imediata de outras, sobretudo, em lugares públicos, como é o caso específico da praça.

4.3 Feiras de plantas e alimentos orgânicos: mapeando *habitus* não racializados

“Também sou vegetariana e desde de que começaram as feirinhas orgânicas fiquei frequentando também, gosto muito de lá. Iniciei o hábito, assim, depois que eu comecei a ir mais sozinha comprar as plantas, porque antes eu ia com minha avó, com minha mãe. Comecei a comprar só e a criar o hábito de fazer piquenique, mas ocorre - ocorria, antes da pandemia - de eu ir motivar minhas primas, de levar sobrinha, todo mundo junto, criar esse hábito na nova geração, digamos assim, e acabava se tornando um local de muito afeto. Pra mim, a Praça das Flores é um respiro na cidade e é um respiro assim muito grande porque, como urbanista, eu almejo que quanto mais espaços livres em Fortaleza melhor, e pra mim é muito especial saber que a Praça das Flores existe, eu sinto como privilégio de verdade, fico muito feliz.”

Dou início a essa sessão com esse trecho de uma entrevista que realizei com uma jovem mulher branca e de classe média alta que mora no bairro de Lourdes, em uma das circunvizinhanças mais nobres da Aldeota. A interlocutora fala que durante toda sua infância e adolescência foi frequentando a Aldeota em razão de ter sempre estudado em colégios de elite localizados no bairro. De acordo com ela, suas primeiras vivências andando a pé foram pelo bairro, sendo lá onde ocorreram seus primeiros contatos com a rua, estabelecendo relações afetivas pelo fato de ter estudado tantos anos no mesmo ambiente. Ela se associa a um movimento de consumo da praça por meio das feiras de plantas e alimentos orgânicos. Sua experiência evidencia os efeitos da sua socialização familiar que permitiu-lhe criar laços e hábitos, como é o caso de comprar plantas dos feirantes na Praça das Flores, expressando a representação da praça como “lugar de respiro na cidade”, afirmando que ter uma praça e área verde como uma opção de passeio na Aldeota “é um privilégio”.

Assim como essa interlocutora, outros frequentadores da praça também compartilham dessas representações sobre espaço associando à sua paisagem a uma ideia de “patrimônio natural”, sobretudo, em razão da feira de plantas que começou no local na década de 1980, quando o espaço ganhou o nome de Bosque Eudoro Correia. De acordo com uma das mais antigas vendedoras de plantas da praça, a feira começou com alguns vendedores e com a família de Eudoro Correia que tinham negócios de jardinagem e paisagismo na cidade, e vendiam plantas e flores na Praça Portugal. Esses vendedores foram remanejados para o “bosque” como uma proposta da prefeitura, principalmente por ser um espaço maior.

A grande variedade de plantas comercializadas no local vem tanto de produções da região do Ceará, como de estados da região do Sul do Brasil. Na praça as plantas e flores são comercializadas como “commodities”, e os floristas além de trabalharem como vendedores no espaço da praça também passam a trabalhar como jardineiros em ambientes privados e na manutenção de jardins de residências de elites e de classe média alta, oferecendo serviços de decoração com plantas e jardinagem. Na praça, se pode comprar plantas externas e internas, vasos, jarros, rosas, cactos e mudas para as varandas dos apartamentos de luxo ou de classe média nas imediações.

O hábito de cultivar plantas, embora tradicional para as famílias de origem rural ou mesmo para tipos urbanos de gerações mais antigas, ao ser adotado por jovens brancas de elite, como a interlocutora vegana que citamos no início deste capítulo, vai ganhar novos significados como parte do estilo de vida de uma branquitude “despojada”. A prática é associada, como vimos em publicações de jovens senhoras brancas no *Instagram*, à “simplicidade” da “vida natural”. Tais práticas e significados atuam de modo semelhante ao que Ana Ramos-Zayas (2020) encontrou em sua etnografia com famílias brancas em Ipanema (RJ) e El Condado (Porto Rico), que se descrevem como “personas sencillas” (pessoas simples). Deste modo, aparece o que Ramos-Zayas (op. cit.) denomina de “interiority currency” (moeda da interioridade), pela qual a “branquitude despojada” adota como padrões de distinção social, em termos de classe e raça, associações com ideais de “simplicidade” e “natureza”. Estas ideias vão ser materializadas enquanto mercadorias, como as flores na praça e as postagens de mulheres brancas no *Instagram*, e assim passa a constituir parte do *marketing* da branquitude.

Figura 36 - Uma cena típico-ideal entre clientes visitando um dos quiosques de flores da praça. É nesses lugares onde eles, assim como os próprios floristas que os atendem afirmam momentos de “trocas”. Não apenas em termos mercadológicos, mas também simbólicas. Ouvi de vários floristas na praça que haviam criado sentimentos de amizade com seus clientes. Falas como “eles vêm, compram, conversam, pedem conselhos... o cliente é o ar que eu respiro. Não só por questões econômicas, mas também espirituais”.



Fonte: Plataforma Somos Vós (2016).

Comprar flores e plantas configura-se como símbolo e gesto “admirável” e cada espécie com seus significados remetem a características especiais da identidade estética e subjetiva de seus consumidores. Nesse sentido, cultivar um “belo jardim” significa para essas pessoas cultivar uma personalidade individual, uma interioridade, construindo em seus ambientes residenciais estilos estéticos mais naturais a partir do conhecimento e dos significados atribuídos às plantas. Desse modo, o hábito de cultivar um “belo jardim” traz consigo a representação de uma pessoa que ali, “repousa seu afeto, consciência e atenção.” (SOMOS VÓS, 2016). Mais uma vez, minha primeira interlocutora reforçou que começou a criar esse hábito com familiares, segundo ela:

“[...] as minhas duas avós sempre gostaram muito de plantas, eram orquidófilas, meu pai é orquidófilo também, [...] e a minha avó sempre teve o hábito de comprar plantas exatamente naquele boxe que eu até postei sobre, o boxe da Vania, que é aquela coisa de geração pra geração que é sempre gostoso de se ter e que a gente tá perdendo né? A Vania vendia pra minha avó, vendia pra minha mãe, quando descobriu que eu era neta da minha avó ficou muito feliz, me tratou com mais carinho, disse que eu era parecida com minha avó, era muito gostoso ouvir essas coisas. Daí a gente vai criando laços para além de “estou indo só comprar plantas”.

Estou indo trocar com pessoas e foi uma coisa que sempre gostei na Praça das Flores. Tenho o hábito de ir até sozinha, andar por todos os boxes, olhar as plantas, trocar uma conversa com os vendedores, porque são amantes do que eles estão vendendo né? É muito legal ter essa troca, eu acho que é muito difícil hoje em dia, a gente morando em prédio e na correria, ter esse local, de termos um assunto em comum e termos interesse comum, e vamos só trocar por trocar [...]”.

O hábito do cultivo de plantas aparece como uma tradição de sua socialização familiar por meio da qual a interlocutora cultiva hoje, não apenas mudas de plantas, mas formas de reconhecimento e afeto por meio das “trocas” com os floristas que trabalham na praça. Esse caso, ilustra as disposições incorporadas por meio de *habitus* de classe, mediante uma apropriação “afetiva” das plantas e da reprodução de relações de classe e raça entre as pessoas que compram e as pessoas que vendem. Em outras palavras, entre brancos de classe média alta figurando como consumidores “orquidófilos” e os feirantes, em sua maioria negros e “pardos” de classes sociais pobres. Como sinalizou um outro interlocutor branco de classe média alta:

“[...] as pessoas que vendem, lá na Praça das Flores vêm de diferentes espaços da cidade, muito variadas, e as pessoas que compram estão mais redomadas ali em uma área e aí eu tenho ido muito lá na praça das flores nos últimos tempos para saber de plantas [...]. Sobre os compradores, existe uma redoma aí que é tanto socioeconômica, como espacial e eu, pelo menos, não sinto que as pessoas que vão à praça necessariamente têm uma vivência mais ligada à natureza, ecológica e tal. Eu acho que muitas pessoas que compram lá, compram as plantas decorativamente.”

A fala desse outro interlocutor contrapõe parcialmente a primeira percepção de uso das plantas pelo público que as consome exclusivamente na Praça das Flores. Esse tipo de performance não perde sua eficácia simbólica e afetiva de um prática apropriada dentro de discursividades de classe que incorporam essa relação como forma de distinção, sobretudo, porque não são todos aqueles que “realmente tem uma vivência mais pautada com a natureza”. A compra de plantas neste contexto independe da conexão “real” com a terra ou com o gosto pelos cuidados com o cultivo. Ela é uma disposição incorporada, a ser exibida nas redes sociais, como parte dos cuidados com sua “interioridade” e com a aparência que a casa tem. Alguns compradores vão acompanhados de profissionais, *designers* de interiores e paisagistas. A dimensão distintiva no consumo das plantas aparece nas preferências expressas

por algumas e nas rejeições de outras. Aparece o desejo pelas flores e plantas mais sofisticadas, raras e belas, face àquelas rejeitadas por serem de gosto popular ou bregas:

“[...] tipo, sexta feira eu fui lá, comprar terra e substrato, e aí teve uma menina que ficou conversando muito comigo sobre samambaias, começou a falar comigo sobre pteridófitas, aí eu falei: detesto pteridófitas, sai de cima de mim, não quero! Não quero pteridófitas e a menina ficou insistindo para eu comprar uma samambaia e eu não gosto de samambaia, eu acho feia, eu acho brega. Porque eu realmente acho feia e brega e acho que deixa a casa seca”.

Esse trecho revela como há, no próprio consumo de plantas na feira de flores da praça, distinções estéticas ao consumir determinadas espécies de plantas. Como diria Bourdieu (2007) a questão do gosto é uma construção social de classe que faz, por exemplo, que o indivíduo considere aquele tipo espécie de planta como “feia” ou “brega”, ou como a não mais adequada para ser cultivada em apartamento, pois deixaria o ambiente da casa “seco”. O que descobri, depois, quando fui pesquisar junto aos floricultores, é que fato é que a samambaia é uma das plantas ornamentais tradicionalmente utilizadas em casas populares.

Um interessante estudo sobre o cultivo de plantas em quintais urbanos verificou a existência de distinções quando considerado a comparação desses, em quintais de diferentes classes sociais. Segundo Angeoletto et al. (2017), nos jardins dos ricos e da classe média alta, há uma maior diversidade de plantas, sendo consequentemente espaços com maior quantidade de vegetação quando comparado às classes baixas. Além disso, o estudo verificou haver entre pobres uma predominância do cultivo de espécies de plantas utilitárias (verduras, frutíferas e medicinais), enquanto os ricos se caracterizam pela tendência do cultivo de plantas ornamentais. Tal desigualdade também é explicada tanto pelo estilo de vida, assim como pela posse de recursos materiais, econômicos e técnicos. Na Praça das Flores, essa realidade também marca uma diferenciação de classe e raça em relação às possibilidades de consumo. Quando realizei as entrevistas, mesmo via *online*, ambos os interlocutores fizeram questão de me mostrar por vídeo seus abundantes cultivos de plantas em amplas áreas de seus apartamentos como uma espécie de “ecologia de prestígio” na abundância de plantas ornamentais (ANGEOLETTO et al, 2017).

Como mostrou recente estudo monográfico de Laymara Xavier Sampaio (2019), a relação da distribuição e arborização de praças na cidade de Fortaleza é determinada por um critério racial. Como verificou a pesquisadora, bairros com perfis raciais brancos onde existe elevados índices de desenvolvimento humano e renda média mais altas, existe uma maior

extensão de espaços de praças e uma maior cobertura de áreas verdes, revelando a existência de uma distribuição desigual de praças e largos nos bairros de Fortaleza, sobretudo, quando os bairros onde se concentram baixos índices de desenvolvimento e rendimento socioeconômicos, sofrem também com a ausência de espaços de praças e áreas verdes.

No ano de 1973 o cantor cearense Ednardo eternizava na letra da música “Terral” os encantos da paisagem fortalezense, indo muito além das dunas brancas, e da Praia do Futuro do farol velho e do novo como “Os olhos do mar”. O alquimista musical se retrata nos versos da canção como integrante de uma cena cultural da cidade. O artista, ao utilizar a metáfora “[...] Eu sou a nata do lixo, eu sou do luxo da aldeia [...]”, se auto-identifica como pertencente a uma classe média com traços e fisionomias circunscritas nos enclaves aldeotenses. Hoje as elites e classe média de Fortaleza assumiram novas roupagens quando se trata dos “luxos da aldeia”. Essas formas simbólicas e materiais circulam de modo emblemático nas formas de consumo na Praça das Flores e em outros lugares enobrecidos da cidade.

A Praça se torna, nessa perspectiva, um ambiente público de encontros sociais, nos quais ocorrem contatos face a face. Nessas condições, seus praticantes estão preservando suas fachadas em um universo social, no qual a maioria dos atos são expressos segundo códigos rituais (GOFFMAN, 2011). Essa ordem ritualística das interações que ocorre na praça ganha uma ocasião social emblemática também em uma feira de produtos orgânicos que é realizada nesse espaço público. A “Feira Caroá” é uma feira agroecológica organizada pela cooperativa da agricultura familiar. A feira assume o rótulo publicitário de “sustentável” e é realizada sempre aos sábados pela manhã na Praça das Flores.

Figura 37 - Foto da Feira Caroá na Praça das Flores.



Fonte: Instagram (2019).

Carregando suas *ecobags*, guardanapos de pano, seus canudos de inox, seus *coller* para armazenar *hambúrgueres* e seus copos, chegam os primeiros interessados em consumir uma série de itens orgânicos vendidos na Feira Caroá, como frutas, legumes e hortaliças frescas. Além dos chamados alimentos saudáveis, como pães artesanais e veganos, *cappuccino*, granolas, doces, geleias, pastas e molhos, bolos funcionais, dindin *gourmet*, chás, sucos, bebidas fermentadas naturalmente, cosméticos místicos e naturais, e de higiene pessoal, terapêuticos e medicinais, pedras naturais e cristais.

Figura 38 - Os legumes e alimentos orgânicos da feira.



Fonte: Instagram (2019).

De modo geral, os frequentadores da praça nos dias da feira são moradores da Aldeota, adeptos a “um estilo de vida mais alternativo” e orgânico. É importante notar que estilo de consumo, que se auto-nomeia alternativo ao capitalismo industrial que fabrica produtos para a massa, acaba por se tornar mais um mecanismo de diferenciação de classe e raça, uma vez que entre estes produtos de alto custo – os orgânicos, por exemplo – só podem ser consumidos pela elite branca de classe média alta.

Com os feirantes, esses consumidores fazem do momento da feira um espaço ritual de sociabilidade racializada e elitizada, direcionada para aqueles que podem pagar. Esta minoria de consumidores, pela via do “consumo alternativo”, no espaço privilegiado da feira na Praça das Flores, praticam ali rituais que os diferenciam socialmente do consumo industrial de

massa, este voltado aos pobres, moradores da periferia e negros. É para esta branquitude que o espaço público-privado da feira na Praça das Flores é organizado, com a exposição dos produtos alimentícios, de higiene, bem como com a “degustação” de alimentos. Podemos analisar que estes constituem alguns mecanismos de distinção social (BOURDIEU, 2007) simbolicamente associados à modernidade neoliberal urbana, pressupondo formas de exclusão dos sujeitos que “não podem pagar” para usufruir.

Figura 39 - Feira Caroá acontecendo aos sábados.



Fonte: Instagram (2019).

Com efeito, essas situações demonstram parcialmente a hierarquização dos usos praticados pela branquitude em um espaço urbano. A feira Caroá na Praça das Flores na Aldeota é uma experiência elaborada para o público que cultiva a “moeda da interioridade” (RAMOS-ZAYAS, 2020), trazendo um conjunto de vivências gastronômicas, de consumo de bens, alimentos e de modos interação social que fazem referência aos ideais de “vida simples e natural” da “branquitude despojada” com seus cachorros e crianças, usando sandálias e portando sorrisos e peles bronzeadas. Desse modo, como escreve Bonnett (2002), tanto quanto a racialização, o urbanismo pode ser visto como forma de fixar e naturalizar valores, de tal modo que no senso comum não se questiona que a quase maioria dos que ali usufruem do espaço são pessoas brancas, e nem mesmo se questionam sobre a privatização material, simbólica e excludente da praça, bem como de quem fica de fora desse “estilo de vida moderno”.

Figura 40 - Cliente da feira acompanhada de seu “pet”, e exibindo a placa que associa liberdade aos alimentos orgânicos.



Fonte: Instagram (2019).

4.4 Famílias brancas e afetos racializados na praça

Figura 41 - Cena típico-ideal de uso da praça pelas famílias brancas de classe média usufruindo do playground “em clima de segurança”.



Fonte: Plataforma Somos Vós (2016).

Em diferentes horários a Praça das Flores têm frequentadores que utilizam o espaço para um passeio, uma caminhada ou mesmo para algumas famílias como momento “diferenciado” para brincar com os filhos. Para famílias de classe média alta que vivem em apartamentos a praça é utilizada também como espaço recreativo para crianças que na rotina diária mantém pouco contato com a rua e espaços ao ar livre como a praça. Nessa cena, é comum observar babás acompanhando os passeios dos filhos de classe média pela praça. A maioria delas são mulheres negras vindas de classes sociais baixas que vivem na casa dessas famílias em trabalho de cuidado em tempo integral das crianças brancas e ricas.

As crianças brancas sempre passeiam pela praça na companhia dos pais e de suas babás em fins de tarde de “muitas brincadeiras” e apreciados como “momentos de pura diversão”. Os pais dizem que suas crianças passam o dia em casa e que adoram sair para “brincar na pracinha”. Na praça, essas crianças têm a oportunidade de interagir com outras, “estando em contato com a natureza”, esses pais afirmam que “é de pequeno que ensinamos o cuidado e respeito com os animais”, mostrando aos filhos a situação de gatos abandonados na praça. Também buscam ensinar aos filhos que “a felicidade está nas coisas simples...” o valor de vivenciar “um pouco de *slow life!*” proporcionada pelo espaço da praça.

A praça torna-se cenário de um conjunto de práticas para essas crianças como passeio de bicicleta que os pais relatam que “hoje em dia eles próprios já pedem para colocar o capacete e andar de bike”, afirmando que “mesmo na primeira infância, se realizada de forma lúdica, a atividade física já tem muito a ensinar aos pequenos e contribuir para o seu desenvolvimento neuropsicomotor”, diz um pai, médico psiquiatra, que tem o hábito de fazer passeios de bicicleta com seus dois filhos gêmeos na Praça das Flores. Entre outras coisas, esse pai reconhece nesses hábitos uma série de benefícios desse tipo de atividade para a saúde física e mental de seus filhos.

Em “*Parenting Empires: class, whiteness and the moral economy of privilege in the Latin America*”, Ana Ramos-Zayas (2020), analisando elites brancas liberais em Ipanema e El Condado, chamou de “impérios parentais” uma forma de sociabilidade estruturada por meio de um conjunto de práticas pelas quais a branquitude define linhas de relações raciais e de classe, organizadas e justificadas em termos de “cuidados com as crianças”. Nestas práticas, são trabalhadas disposições de sensibilidade, de interioridade e de afinidade com determinados ambientes, ao mesmo tempo, em que se cria uma economia moral para justificar a segregação espacial na cidade. Ao produzir formas de personalidade baseadas em uma estética da afetividade e da moralidade, como verificou a autora, essas práticas de “parentalidade soberana” estabelecem conexões entre a vida familiar, doméstica e tendências

culturais, cívicas e espaciais que reforçam formas de supremacia branca (RAMOS-ZAYAS, 2019; 2020).

Como pude observar na Aldeota as famílias brancas de classe média alta também encenam na praça aspirações e comportamentos alinhados à elementos constitutivos de uma “parentalidade soberana”. A vigilância dos pais sobre as crianças acompanhadas pelas babás certificam imagens de um cuidado redobrado sobre os filhos e de uma condição de superproteção. A Praça das Flores transforma-se como uma redoma, um ambiente público ostensivamente policiado por agentes da segurança pública transformando-se em um ambiente de tranquilidade que permite um passeio ao ar livre e um contato com a natureza desde que as crianças estejam bem acompanhados pelos pais e pelas suas babás particulares durante horários pré-definidos para atividades de lazer.

A figura da babá negra passando com uma criança branca no carrinho de bebê na praça é praticamente uma cena típica das Flores. Depois da brincadeira as crianças são convidadas pelos pais para sentar e comer pipoca ou tomar sorvete. Na praça, essas famílias também se encontram com outras famílias que do mesmo modo cultivam nos filhos a valorização de socialização em espaços verdes com crianças também de identidade racial branca. Além de afirmar, referindo a alegria do filho no parquinho que “poucas coisas são mais terapêuticas que brincar ao ar livre” na praça. Como mostrei por meio de trechos e falas há também no contexto da Praça das Flores na Aldeota um engajamento de parentalidade muito forte quando a questão é o monitoramento da educação dos filhos.

Figura 42 - Uso dos espaços da praça pelas crianças. Do lado ensolarado uma menina é conduzida pelo pai ao brincar de patins (direita), no lado ensombrado a imagem de dois meninos com cor de pele mais escura usando chinelos e “roupas que combinam” que no contexto socioeconômico de Fortaleza são associados aos modos de se vestir de classes populares, o fato de aparecerem sozinhos, mesmo que tomando sorvete, revela como no ambiente da praça existem “parentalidades soberanas” que marcam diferenças de cuidado racializado e de gênero.



Fonte: Plataforma Somos Vós (2016).

Para dar um outro exemplo significativo de como essa dimensão centrada no desenvolvimento da criança a partir dos “impérios parentais” aparece nessas famílias que frequentam a praça, são os eventos de projetos como “Escolas de Negócios” que promovem aulas de desenvolvimento de “habilidades” desde a infância, onde as crianças aprendem a “fazer negócios, gerir pessoas, empreender, inovar, trabalhar em equipe, se comunicar bem, gerir bem o dinheiro”. A narrativa mais ampla desses programas educativos particulares fazem a defesa junto aos pais que “ajudar uma criança a ter uma atitude empreendedora fortalece a sua autonomia, a sua criatividade e a sua esperança em transformar sua ideia em realidade. Este é um dos caminhos para criarmos crianças mais seguras e preparadas para governar o mundo de amanhã”. Nesses cursos, as crianças realizam “atividade de autoconhecimento, criatividade, educação financeira, tecnologia e robótica”.

Os pais veem por meio dessas atividades e ações que os filhos participam na praça estímulos essenciais para “preparar a geração do futuro”. Essas situações dão expressões reais

do cotidiano, onde os pais de classe média alta branca exercitam o cultivo de práticas parentais baseadas na construção de laços afetivos a partir de determinados ambientes, coisas e atividades. Um aspecto que pode se observar, nesse contexto, foi o significativo número de postagens no *instagram* que associam à imagem do ambiente da praça como espaço de visita que é “repleto de famílias”, quase sempre enfatizando as qualidades do espaço que além de estar localizado no “coração da Aldeota”, também é uma praça muito “arborizada” com parque para crianças, além da quadra, academia e aluguel de bicicleta para adultos e crianças em uma estação da Unimed, sendo a praça “um lugar bem gostoso para as crianças brincarem e para atividades ao ar livre”. Desse modo, classe média alta, família e raça figuram como domínios do desenvolvimento do *self* que operam juntos na construção da personalidade. Nesse contexto, fazem isso mediante a não marcação racial de seus privilégios, mobilizando práticas e discursos de uma estética de crescimento e desenvolvimento de uma individualidade produzindo uma branquitude desprendida de estigma social (RAMOS-ZAYAS, 2019; 2020).

A dimensão da racialização do espaço da praça também é verificada durante as edições da Feira Auê. A concepção da feira Auê é fundamentalmente construída na ideia de comercializar produtos sustentáveis, ecológicos e artesanais e é organizada em edições ao longo do ano. As edições da feira acontecem em meses de datas comemorativas como Pré-Carnaval e no Natal. Por exemplo, no mês de dezembro de 2018 aconteceu na Praça das Flores duas edições da “Auê Feira Criativa”, tendo ocorrido nos dois finais de semana 08 e 09/12 - 15 e 16/12. Na época natalina a feira é divulgada como “Natal da Auê”. Nessas edições a feira reuniu mais de 100 marcas e expositores na Praça das Flores na Aldeota. O universo de cultura material da feira criativa contempla uma diversidade de tipos de consumos e produtos como nos segmentos de moda, gastronomia, cosméticos, acessórios, decoração, papelaria, artesanato.

Ao analisar as legendas e fotos do Auê feira no *Instagram*, verificamos que as categorias de “afeto”, “troca” e “conversa” são mobilizadas dentro de um universo de exposição de objetos e coisas materiais da feira. Essas categorias discursivas e corporificadas aparecem como produtos quase que comercializados com os consumos materiais dos objetos. Eles fazem alusão a um tipo de relação com a noção de “ser humano sensível” (SOUZA, 2018) que parece ter encontrado lugar privilegiado nas disposições emocionais, psicológicas e intersubjetivas em frações da classe média branca. Nesse contexto, a feira na Aldeota se apresenta como lugar social de uma modernidade branca intrinsecamente relacionada com

uma ética da autenticidade e dos afetos incorporados pelos frequentadores por meio de uma série de consumos de uma “economia criativa” reafirmando estéticas e distinções.

A organização da feira surgiu da parceria de trabalho de três empreendedores locais. Na página da Auê no *Instagram* os produtores do evento/feira são apresentados como três “amigos” que “acreditam no poder da economia criativa”. Nesse universo de uma “economia criativa”, seus interesses individuais são articulados na criação de um conceito “especial” e “sofisticado” de feira ao ar livre na praça. Seus engajamentos, envolvimento no projeto e na realização da feira Auê na Praça das Flores, também são destacados. Suas participações se associam assim a uma narrativa de “classe criativa” evidenciando mudanças nos padrões socioculturais e nas formas de “apresentação do Eu” na vida pública das cidades contemporâneas. Como me contou uma das organizadoras:

[...] eu pesquisei muito tendências, obviamente trazendo para nossa realidade, tendências na Escandinávia, que eu olho muito para eles como uma democracia, não queria usar essa palavra evoluída, mas uma democracia muito conversada e decidida, pensando na sobrevivência do pequeno produtor, pensando em comprar local, então, eu sempre gostei de olhar para isso, em soma à isso, tinha minha experiência com feira “massa”, tinha a experiência do Pedro, que é o meu sócio, com o “Babado Coletivo”, tinha a experiência da Fernanda, que era a minha outra sócia, com algumas iniciativas de eventos na rua, que também juntava pessoas, porque ela tinha uma produtora na época que se chamava “Catu” e a gente começou a entender que a gente podia trabalhar esse conceito porque, a maioria dos expositores eram pequenas empresas, empresas de uma pessoa só, negócios maternos, empreendedores negros, empreendedores que tinham mudado de carreira recentemente, produtos que eles mesmos produziam, então, o que caracteriza a economia criativa é o foco em quem produz e o que produz, diferente do que é fabril, o que é seriado, o que é igual, então a gente queria, a gente nunca conseguiu, isso aí eu assumo, eu nunca consegui que fosse uma feira 100% de economia criativa, mas o core da feira, o grosso da feira era essa economia criativa. Sempre que chegava para a gente nas inscrições uma mãe, ou um produto que ajudava o planeta, ou alguém que era cearense. Tinha alguns requisitos que a gente olhava para esses requisitos e pensava, bom, onde é que eu estou fazendo esse dinheiro da população da Aldeota circular, com quem que eu estou concorrendo? É com o Del Paseo, Riomar, Iguatemi, sei lá, o shopping... acho que só isso, acho que mais isso. Então as pessoas deixavam de fazer esse dinheiro circular nesses grandes players para deixar o dinheiro circular, quase como um ato político, nesses pequenos empreendedores.”

O conceito desse estilo de feira na praça é representado nas fotos como momento de “felicidade”, “bem-estar”, onde a praça além de seu “lindo verde”, ganha um colorido especial, sendo vista como uma verdadeira paleta de cores sensíveis. Essa estética e conceito de feira tornam-se atrativos para uma classe média alta que incorpora o estilo e gosto dos luxos dessa “aldeia global”. Como diria Jessé Souza (2018), a classe média alta branca, às vezes mais “liberal”, se associa a consumos “alternativos” que se vinculam em dimensões mais amplas a agendas políticas de “sustentabilidade”. Na Praça das Flores essa perspectiva

de pensamento e comportamento aparecem presentes nas relações de consumo de produtos comercializados na Feira Auê para um público de classe média alta branca fielmente adeptos às práticas de consumo e lazer quase como uma “classe média de Oslo”.

Nas próximas duas figuras as legendas das cenas da feira na praça fazem constante alusão a essas representações. Na primeira foto a feira é descrita como colorida. Um símbolo de coração posto na legenda enfatiza a cena como “uma energia que só a Auê tem”. No entanto, o foco da fotografia não é a feira, mas famílias brancas e de classe média, bem vestidas, sentadas em toalhas com estampas floridas no verde gramado da praça. Por sua vez, os efeitos produzidos pela linguagem visual das roupas, assim como a fisionomia e o semblante alegre da criança branca em primeiro plano na cena de composição super-expõe realces de uma economia de sinais que acabam passando despercebidas no rápido olhar, e são os que fazem de fato ser atribuída uma “energia positiva” na captura de um momento de interação. Essa economia de sinais como bem lembra Patricia Pinho (2009), encontra-se presente em características corporais como os “traços” do rosto, a textura do cabelo e associados também a cor da pele definindo consciente ou inconscientemente quais os fenótipos “fotografáveis” e quais seriam os mais preferidos para serem vistos e representados nas redes sociais digitais como sinônimo de “alegria”, “beleza” e “energia” na praça.

Figura 43 - Foto das sociabilidades praticadas pela classe média na Feira Auê.



Fonte: Instagram (2019).

Figura 44 - Foto de mais um momento “colorido, bonito e feliz” durante a Feira Auê.



Fonte: Instagram (2019).

As edições da feira Auê ocorrem seguindo um calendário de meses e datas comemorativas como é o caso de fevereiro (Pré-carnaval) e dezembro (Natal), quase sempre em dias de final de semana (sábado e domingo). A feira também já teve algumas edições que aconteceram nos meses de junho (período de férias), setembro e novembro. Durante essas edições a praça ganha uma dinâmica diferenciada, inclusive, recebendo grande público que participa desse fluxo “comprando, vendendo, comendo, relaxando, proseando, namorando, dançando”. Nesses termos a classe média como público da feira agrega com suas formas de consumo e diversão como é “tão bom viver na praça!”.

Figura 45 - Mãe e seu filho “curtindo mais um momento de lazer” na Praça durante a Feira Auê.



Fonte: Instagram (2019).

Figura 46 - Feira Auê Praça das Flores.



Fonte: Instagram (2018).

A imagem da Feira como “espaço de muitas trocas e afetos” são enunciados que arregimentaram uma narrativa da Praça das Flores como espaço inclusivo e que acolhe as diferenças sociais, quando, na verdade, a feira na praça é pensada e produzida para um perfil de público de classe média alta com relativo capital econômico e cultural. Como temos observado, essa diferenciação por meio do consumo dos “pequenos luxos”, também simboliza uma forma de poder praticada a partir de uma dimensão de classe social e raça. A feira começa a propor uma ideia de ocupação do espaço público “a partir dos afetos” para estimular um tipo de “construção afetiva dos seus frequentadores com a cidade e com o espaço da praça”. Quando perguntei à organizadora como ela percebia a recepção dos frequentadores em relação a essa linguagem de concepção da feira e como tinha se estabelecido essa relação mais afetiva entre o ambiente da praça, a ideia da feira e as afeições entre clientes e os expositores. Ela respondeu o seguinte:

“Assim, os ricos também amam, né, então a gente ativou neles essa ideia de estou num lugar, isso lembra minha mãe, isso lembra quando eu andava na Praça Portugal, quando eu era pequeno, isso lembra os passeios de mão dada com meu pai, enfim, então teve isso. Sem esquecer que o maior exemplo de ocupação do centro da cidade se dava de maneira extremamente segregada fisicamente no passeio público onde as elites tinham certo lugar e quanto mais pobre você era mais separado você ficava [...]. Então, minha ideia também era quebrar esses muros, era trazer pessoas de mais longe, era trazer expositores de mais longe, era fazer com que as pessoas se olhassem. O carro é prático, ele é maravilhoso, mas ele impede a gente de ver o outro, né? A gente só vê o outro pelo vidro. Depois acho que da década de 80, 90 pra cá a gente passou a andar no ar condicionado do carro, só pra ficar fechado, então você vê o flanelinha pelo vidro, você ver uma pessoa pedindo esmola pelo vidro, você ver todo mundo pelo vidro. Então, estar solto na cidade, o que para eles podia ser um perigo, vira um prazer. Quando eu olhava as publicações que as pessoas me

marcavam na Auê, na época que estava tendo feira grande, eram pessoas extremamente surpreendidas, deitada no espaço piquenique e fazendo vídeos nos stories, olha aqui que lindo, eu nunca pensei que eu fosse estar aqui sentada numa praça na Aldeota, então acho que você mexe, mexe com os afetos, mexe com a memória, mexe com a ideia de criar um senso comunitário, um senso cidadão, claro que isso não acontece com todos [...]”.

A interlocutora acredita que o movimento da feira Auê reativou lembranças e memórias de práticas afetivas da ocupação do bairro pelas tradicionais famílias brancas de classe média alta. As interações e momentos da feira Auê passam a mobilizam os significados de memórias e vivências dos frequentadores, quando criança passeavam com seus pais em espaços ícones do bairro como a Praça Portugal, que, aliás, foi durante a 1970 e 1980 um dos locais de passeio e sociabilidade de famílias de classe média alta⁴⁷. Para justificar a positividade que a feira tem desempenhado sendo realizada na Aldeota a interlocutora faz menção a um exemplo histórico de segregação socioespacial da cidade⁴⁸, que antes era uma segregação física materializada no espaço público do Centro, hoje na Aldeota essa segregação seria simbólica. A feira na Praça das Flores, como acredita a interlocutora, conseguiu derrubar muros simbólicos de distâncias sociais, já que o importante é que “os ricos também amam”. A experiência da feira na praça onde expositores vindos da periferia e brancos de classe média alta da Aldeota se reúnem em um encontro de afetos racializados, mostra como a branquitude tem buscado ocultar seus privilégios de classe e raça atribuem significados afetivos às suas práticas de consumo sob os rótulos de consumo “criativo”, “alternativo”, “sustentável”, onde continuam reafirmando mediante esse estilo de consumo formas de distinções.

Como desenvolvem Ulla D. Berg e Ana Ramos-Zayas (2015), o conceito de “afeto racializado” é uma importante lente analítica de como racialização e afeto estão necessariamente interrelacionados e se constituem mutuamente. A feira funciona como encontros de “afetos racializados”, que tem um efeito empoderador para os sujeitos de identidade racial branca e de classe média alta. A produção desses encontros com “o outro”, com o diferente, ampliam o significado da “economia criativa” para uma “economia dos afetos”, ou como diria Bourdieu, uma economia das trocas simbólicas. As disposições afetivas passam a ressignificar os entendimentos das formas racializadas de poder e subordinação. Quando fala no assunto da apropriação do espaço da praça pelos “aldeotinos”, a interlocutora

⁴⁷ Sobre a sociabilidade da Praça Portugal ver: Tiago Araújo Cunha (2016) “Em pleno coração da Aldeota”: usos e conflitos em torno da Praça Portugal.

⁴⁸ Sobre os usos do Passeio Público ver: Francisco Williams Ribeiro Lopes (2013). A “Requalificação” do Patrimônio: intervenções, estratégias e práticas na Praça dos Mártires (Passeio Público).

registra os efeitos da feira na percepção dos frequentadores em ver a praça como uma extensão de seu prédio, do seu carro, passando a desenvolver um olhar para as pessoas de diferentes contextos, ressaltando que existe nesses, tanto aspectos positivos na mudança do comportamento da classe média alta, mas com ressalvas, visto que também ocorrem situações de como o negro é tratado em um espaço de brancos:

“[...] o “aldeotino” é muito isolado, ele passa da Pontes Vieira e se perde, então, ver pessoas de outro bairro, de classes diferentes, de possibilidades diferentes, vendendo tecidos diferentes, cosméticos diferentes, pessoas de background diferentes, de cores diferente, né, foi muito bom. E também tinha um lado ruim né, teve um caso de preconceito na feira que uma expositora negra, eu não sei nem se vale a pena tocar nisso porque eu acho que ela pode falar por ela mesma, mas ela sofreu um ato de violência racial. A mulher começou a experimentar um vestido que ela fazia, que ela vendia e a mulher disse “vamos embora, fulana, que a mucama não quer atender a gente não”, porque ela estava ocupada. Essas mulheres eram brancas aldeotinas, então foi horrível, a gente teve que se pronunciar, se você olhar nosso arquivo no Instagram tem uma postagem escrita “Auê é antirracista”, ela não quis se expor, mas eu pedi para ela para colocar o que aconteceu, então eu coloquei que uma pessoa sofreu ato de violência racial, que, enfim, tinha a ver com a cor, que foi um.... enfim, foi horrível, foi a pior coisa que eu já passei. E isso aconteceu, podia ter sido em outro bairro, estou sendo injusta com a Aldeota, talvez, podia ter sido em outro bairro, mas me surpreende ter sido na Aldeota? Não. Entendeu? É como eu digo né, eu fico dizendo isso, não digo para todo mundo, estou dizendo para você, mas assim, você nasce, você tem um carrinho para dentro de casa, um carrinho para fora de casa, seu quarto está reformado, você tem uma babá, uma folguista, estuda no Christus, faz balé na Vera Passos, Faz inglês no Ibeu⁴⁹... Tá tudo posto, e o que está posto é estratificado socialmente e o que está posto coloca você num patamar bem aqui como se você fosse um príncipe, e o pai ainda diz “você é a coisa mais importante da mamãe, você é a coisa mais importante do mundo”, aí o menino crescer um imbecil, é que nem eu digo, a chance desse menino dar errado é muito grande, porque tem tudo nas mãos. Então, quando eu digo dar errado não digo não ganhar dinheiro, é o pior dar errado que tem que é o dar errado mentalmente. É o pensamento crítico, não tem pensamento crítico, não tem diferença posta para ele, né, o que faz com o que a gente se debata e tire nossas conclusões são os antagonismos, né, as diferenças, as dicotomias, enfim.... E eu acho que foi um pouco isso, sabe. Veio uma mulher negra, totalmente dona de si, dona de um atelier que vendia tecidos africanos fazendo vestidos e tal e elas não se sentiram tratadas como princesas o suficiente e enlouqueceram, então, isso daí me fez pensar muito, na época, eu fiquei bem doente, foi horrível [...].”

A interlocutora a partir do comportamento público de racismo praticados por mulheres brancas “aldeotinas”, além de posicionar a organização da feira como sendo antirracista, ao relembrar a situação, transparece um certo desconforto classificando como um aspecto negativo ocorrido durante a feira. Enquanto toca nessa questão, a interlocutora reforça críticas mencionando características típico-ideais de moradores de classe média alta do bairro da Aldeota. Fazendo, como que parece, uma distinção entre os modos de socialização familiar de

⁴⁹ Essas são escolas frequentadas pelos filhos da elite de Fortaleza.

sujeitos oriundos de contextos de privilégios raciais que produzem consequências negativas no nível da personalidade individual, em contraponto, implicitamente a interlocutora se autoassociando a uma “branquitude crítica” e antirracista.

Essa situação também escancara como racismo e branquitude não são categorias abstratas que flutuam no ar, mas que estão incorporadas e reificadas nos comportamentos da vida diária, inclusive, não causando surpresa quando ocorrem em um espaço que naturalizou historicamente os privilégios dos brancos e brancas, como na Aldeota. Ao tratar a expositora, uma mulher negra, de “mucama”, as frequentadoras da feira manifestam publicamente traços da violência racializada de gênero praticada por mulheres brancas contra mulheres negras. A utilização do termo “mucama” associa a figura da expositora a uma escrava negra que como descreveu em muitos detalhes Gilberto Freyre, em *Casa-Grande e Senzala* (2003), era aquela que vivia mais próxima dos senhores brancos, fazia os serviços domésticos da casa-grande e acompanhava suas sinhás em passeios.

De acordo com a organizadora, o hábito de experimentar uma sociabilidade “diferente” e totalmente despojada ao livre, respirando “ar puro”, mesmo em um espaço público enobrecido como a Aldeota, não fazia parte de um comportamento da elite de Fortaleza. No entanto, como revelou a interlocutora, uma série de atrativos introduzidos por essas feiras na praça, assim como os investimentos privados e públicos, foram importantes para que esses segmentos passassem a fazer a leitura dessas experiências de consumo em espaços públicos como um consumo cultural “interessante” de se realizar, sendo um “programa bacana” para as famílias, sobretudo, por se assemelhar as performances de consumo de elites que incorporam capitais culturais em estilos de vida e comportamentos mais “despojados”, como na cidade de São Paulo e Rio de Janeiro e até mesmo de países escandinavos, como indicou a entrevistada.

Nas feiras da Auê a praça recebia uma estimativa de duas mil e oitocentas pessoas (frequentadores e consumidores), em 14 horas de feira. Segundo a organizadora, era um consumidor que de fato “gastava” e quando via “um vestido bom de R\$ 100,00 comprava logo três, porque achava mais barato, comparado ao valor de apenas um vestido de que comprava no *shopping* de R\$ 390,00”. Os depoimentos de expositores da feira também confirmam: “eu gosto do consumidor da Auê, porque ele não pergunta quanto é as coisas”. E como reconhece a organizadora da feira não se trata de “um consumidor da Auê”, mas um consumidor da Aldeota, ou seja, são consumidores que não estão preocupados exclusivamente com o valor de troca das mercadorias dos feirantes, mas com a qualidade, com o conceito de economia criativa, com a história por trás da fabricação artesanal dessas mercadorias,

existindo também uma relação de compra e venda baseada nos conhecimentos e saberes de como aquele produto foi feito e se são “ecologicamente corretos”, vendidos como mercadorias que geram menores impactos ao meio ambiente em relação a produtos similares. Sendo o consumo de produtos fabricados de forma “sustentável” tanto parte da narrativa de *marketing* dos expositores da feira, como incorporado como distinção pelos clientes de classe média alta.

Tendo em vista, a alta rentabilidade do negócio da feira de “economia criativa”, essas famílias de “consumidores da Aldeota” sempre são recebidos com muitas “regalias” na praça, como diz a organizadora, para garantir o momento de diversão em um espaço público enobrecido da cidade ela sempre contrata:

“Segurança, espaço piquenique, o melhor palhaço que eu podia contratar que era pichula que era um palhaço que vem do teatro, os melhores... Uma banda de forró que é lá da Serrinha que eu amo, que é incrível, que é só um triângulo, uma zabumba e uma sanfona, trios de música instrumental, DJ’s que eu acho que são importantes para a música brasileira, que toca música brasileira, uma série de músicas cearenses, então eu acho que eles de fato chegavam lá e pensavam assim, isso aqui é um passeio diferente, vou comer uma comida legal, escutar uma música legal, me sentir segura, estar ao ar livre, ocupar minha cidade, comprar coisas legais e sair cheia de sacolas e gastar um terço do que eu gastaria no *shopping* e tem todo mês e todo mês eu venho, entendeu?”

Essas famílias e casais podem também usar toalhas e almofadas “sempre limpas” espalhadas pelo gramado da praça nos dias da feira. O casal na próxima imagem encontra-se justamente fazendo uso dessas toalhas e almofadas durante uma das edições da feira Auê. Deitados eles utilizam o smartphone juntos. Para completar a ideia promovida nessa cena, a legenda da foto divulgada pelo perfil da feira convida o público de classe média para levarem ao evento seus próprios acessórios de piquenique, trazendo uma mensagem de consciência sustentável e ecológica que se preocupa com a produção de lixo e com a redução do uso de materiais descartáveis.

Figura 47 - casal deitado na Praça durante o final da tarde na Feira.



Fonte: Instagram (2019).

Definindo a “nova burguesia” que assume atitudes de “vanguarda” em meados dos anos 1970 na França, Bourdieu (2008) nota que esta define-se pela transformação do estilo de vida que implica em novas maneiras de impor a dominação, que se caracteriza pela “descontração” nas maneiras de usar o corpo e de falar. Percebemos um paralelo desta nova burguesia descrita por Bourdieu com a classe média alternativa que frequenta as feiras ecológicas na Praça das Flores, pois embora estas se caracterizam “pela distensão na tensão” e por adotar diferentes perspectivas éticas e visões de mundo com relação à burguesia tradicional, continua exercendo ali uma dominação de território baseada nas distinções de classe e raça. São quase todos brancos e com alto poder aquisitivo os que continuam dominando o território da praça, ainda que adotando um estilo “alternativo” ou de “vanguarda”. O que aconteceria se as pessoas de pele escura, vindas das áreas favelizadas da cidade, resolvessem se utilizar das belas almofadas coloridas e outros equipamentos “limpos”, ali disponíveis?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como diria Michel Serres (2015), sempre partimos numerosos rumo a um único objetivo. Uso essa ideia para fazer uma alusão também ao processo de pesquisa e como esse de um único propósito vai ganhando uma capilaridade de conhecimento maior. No entanto, é tempo de começar a delinear conclusões que fundamentam os desfechos da experiência de pesquisa. Faço isso, não em razão do imperativo “é preciso parar!”, mas motivado pelas novas possibilidades de continuar estudando outros desdobramentos do tema.

A primeira questão que eu gostaria de pontuar nessa conclusão, é como foi desafiador pesquisar a experiência da branquitude em relação às apropriações materiais e simbólicas de espaços públicos na Aldeota na cidade de Fortaleza. Precisei primeiro, fundamentar por meio de leituras teóricas a compreensão que não estava somente estudando “um tema” sobre os espaços da cidade, mas sim, desenvolvendo uma abordagem racializada de um tradicional espaço público que, em determinado contexto, é frequentado por indivíduos de famílias brancas e de classe média alta.

Fui construindo esse percurso de pesquisa, na medida em que passei a considerar como dado significativo as desigualdades de investimentos públicos e privados em equipamentos de espaços urbanos de bairros vistos como “nobres” considerando os recursos aplicados nos mesmos tipos de espaços, mas quando localizados em bairros na periferia. Verificar e refletir sobre a concentração desses recursos em espaços públicos de bairros ricos, como a Aldeota, nos permitiu formular o entendimento de que os usos feitos de investimentos públicos e privados nos espaços urbanos, também são indicadores de outros modos de reprodução do capital simbólico, social e econômico das classes dominantes e que se traduzem na manutenção de sistemas de privilégios de elites brancas a partir de uma lógica de desigualdade nas metrópoles.

No contexto de Fortaleza, sublinho que as transformações ocorridas em específico na Aldeota fornecem importantes pistas para repensar não apenas a produção do espaço urbano de Fortaleza em uma dimensão funcional da cidade, mas permite, ao conhecer mudanças históricas, visualizar estruturas de poder e formas de uso e apropriação racializada dos espaços urbanos pela branquitude. Com efeito, a Aldeota nos parece ser um dos fios condutores históricos para uma compreensão mais ampla do que significa na cidade de Fortaleza possuir privilégios raciais, a partir dos quais são construídos ambientes e espaços de branquitude, sendo o bairro um exemplo significativo para pensar as desigualdades sociais e raciais na geografia subjetiva e objetiva (digamos, econômica) da cidade.

Nessa perspectiva, a Praça das Flores e sua cosmologia foram tomadas como rico território de pesquisa e ponto referencial da realização do trabalho de campo. Um espaço formado por paisagens de poder e apropriado por elites do capital financeiro e imobiliário que, por meio dos investimentos na praça e no seu entorno, atuam reforçando suas relações de poder, de reconhecimento e de distinções de classe e raça. Na dinâmica de investimentos a praça passa agregar significados às representações de valorização residenciais e de lazer do bairro, sendo usada como um tipo de capital simbólico coletivo marcando singularidades que são estratégicas para criar a autenticidade necessária que produz a arte da renda monopolista.

Nesse contexto, me tornei um frequentador da praça ao incorporar determinadas práticas do espaço, a partir das quais fui estabelecendo contatos, tecendo relações, trocas e convivendo e estudando com a classe média branca dentro e fora do ambiente da praça. Desse modo, me concentrei na análise dos significados simbólicos associados às suas formas de sociabilidade na praça, sobretudo, após a mesma desde 2016, ter se tornado objeto de investimentos privados da BSPAR Incorporações. As relações que fiz no campo presencial foram complementadas nos percursos *online*, nos quais identifiquei que a Praça das Flores também é apropriada como um cenário fotográfico da classe média nas mídias sociais digitais, como o *Instagram*. Tanto o *online* como *offline* foram considerados metodologicamente como contextos significativos de interações e observações circunstanciadas com interlocutores de pesquisa, servindo também como um meio de interconhecimento na praça e sobre a praça.

Foi mediante a experiência desses interlocutores, que pude observar como as representações sobre a praça caracterizam o lugar como palco de figurações estruturadas por um conjunto de práticas associadas a *habitus* de classe que ressignificam e dão novas roupagens a uma estrutura de relações e de hierarquias raciais, que, por sua vez, mascaram e invisibilizam formas de privilégio racial nas apropriações dos espaços da cidade. Vale ressaltar, que entendemos raça como processo, não como uma coisa. Assim, concordo com a perspectiva de Patrícia Pinho (2009) de que a branquitude deve ser estudada de modo relacional considerando, principalmente, as especificidades de cada contexto. Somente dessa maneira se torna possível pesquisar a branquitude. Apesar dos esforços teóricos e analíticos, nomear a branquitude no Brasil, ainda consiste em uma tarefa difícil. Em Fortaleza, reconhecer a identidade racial branca é ainda muito mais complexo, quando não suscita estranheza e dúvida, causa muitos incômodos e sentimentos de desconforto.

Lembro que uma vez, quando conversava sobre minha pesquisa com uma pessoa do meu círculo familiar e falei de modo muito breve sem uma preparação especial que estava estudando “a classe média branca da Aldeota”, fui indagado se realmente eu precisava dizer

que a classe média da Aldeota era branca. A dúvida sugerida pela pergunta soou quase como me alertando que o ato de nomear a classe média da Aldeota de branca fosse algo ofensivo. Isso se repetiu várias vezes ao longo desses dois anos de pesquisa, em várias outras conversas e situações. Trago apenas esse exemplo, para ilustrar como os brancos têm ocupado historicamente o lugar de sujeitos e não de objetos de um olhar racial, sendo natural que esses tenham racializado os “outros” ao seu redor.

Nesse processo, a abordagem inspiradora dos estudos de Ana Ramos-Zayas (2020), nos auxiliou a entender a questão racial como sistemática e também afetiva. Desse modo, compreendemos que todo lugar tem pelo menos uma ou mais versões da branquitude. Nessa perspectiva, observamos que a branquitude encontra-se arraigada a contextos e circunstâncias. Assim, é fundamental explicitar que nossas análises não buscaram revelar a dimensão racial, como sendo uma questão que diz respeito, em específico, àqueles indivíduos da Praça das Flores na Aldeota, mas como situações e comportamentos praticados em um “lugar comum” como uma praça “público-privada”, podem ser tomadas como exemplos empíricos da vida cotidiana que aludem também a uma dimensão estrutural do racismo.

Desse modo, ao adotar e propor uma abordagem racializada do espaço em um bairro de classe média alta, não celebro e muito menos condeno as performances raciais das elites, mas procuro entender a partir delas como determinados indivíduos fazem usufruto de vantagens incorporadas pelos privilegiados locais em uma dimensão das performances raciais articuladas a uma estrutura urbana perpassada por desigualdades. Essa relação constitui a chave analítica para compreender a construção de privilégios de raça e classe. Nesse sentido, minha pesquisa se configura como um trabalho de colaboração, uma conversa entre muitas pessoas sobre os privilégios raciais de brancos e brancas, no contexto de Fortaleza, na Aldeota. Identifiquei na praça três tipos de performance de incorporação da branquitude. A primeira delas, é a que performa no consumo da feira de plantas, flores, produtos de paisagismo e nas feiras de alimentos orgânicos, associada a uma ideia de estilo de “vida saudável”, “simples” e “natural”. Esses frequentadores têm um perfil mais “alternativo” de uma classe média alta que performa como um tipo de “branquitude consciente” e que vem de diferentes bairros “nobres”. Que poderia ser classificado como mais “intelectualizado”, embora todos os perfis de branquitude na praça apresentem um nível semelhante de posse de capital cultural.

O segundo tipo de branquitude se apresenta nas práticas de atividade física corporal realizadas em grupos que treinam na praça com um ou mais *personal trainer*. Essa branquitude se caracteriza pela performance de disposições corporais, ou seja, no

desenvolvimento de técnicas do corpo e na aquisição de capitais de saúde físicos. Verifiquei que essa branquitude faz parte do universo simbólico político mais conservador da praça. Diferente do grupo anterior, essa branquitude é tipicamente formada por indivíduos que residem na Aldeota e que pertencem à classe média alta do bairro.

A terceira performance de branquitude que identifiquei na praça se constitui pela apropriação do espaço mediante as formas vistas como “consumos culturais” em dois momentos específicos, o primeiro no festival de alta gastronomia e segundo nas edições da feira de “economia criativa” que performa despojadamente em redes de relações de afetos racializados no “coração da Aldeota”. Apesar das diferentes formas de incorporar a branquitude na praça, esses estilos e performances são reveladoras de estéticas, etiquetas e modos de ser e de se comportar no mundo que têm em comum a incorporação e usufruto de uma qualidade de vida e de um repertório de conteúdos sociais inscritos de maneira privilegiada no espaço da Praça das Flores na Aldeota.

É importante dizer que em Fortaleza essa branquitude não se configura totalmente como um grupo homogêneo, sendo a estrutura de classe certamente um dispositivo que opera uma função importante na “entrada” de alguém em espaços de circuitos de performances do “privilegio branco”. Em Fortaleza a branquitude deve ser lida como uma categoria heterogênea e que emerge quase sempre intencionalmente à superfície das peles com tonalidades mais claras, onde, inclusive, pessoas que se consideram como “pardos” por uma posição de classe também incorporam diferentes performances de branquitude. É justamente por isso que mesmo sendo “pardos”, quando são moradores de bairros de classe média alta passam a compartilhar os benefícios de uma identidade racial comum, com os brancos.

Concluo que em Fortaleza os indivíduos de identidade racial branca no contexto de apropriações materiais e simbólicas de espaços públicos da cidade, quando não escancaram visões e violências racistas, dissimulam o racismo em performances recreativas através de piadas, disciplinas corporais, comportamentos de indiferença e evitação, distinções de gosto, assim como mediante o uso de disposições afetivas, em uma lógica de autopromoção “consciente” de suas relações, onde o afeto racializado encobre formas de racismo e subordinação racial que estruturam nesses espaços relações de poder e desigualdade, mesmo quando assumem uma fachada social mais “inclusiva”, “alternativa”, “crítica” e “despojada” reelaborando e ressignificando a partir de seus “novos estilos” de sociabilidade urbana, performances raciais entre brancos de classe média alta residentes de bairros de elite e negros de classe populares vindos da periferia.

REFERÊNCIAS

A FESTA das flores: praça é entregue revitalizada por parceria público-privada. **Somos Vós**, Fortaleza. 16 maio 2016. Disponível em: <http://www.somosvos.com.br/a-festa-das-flores-praca-e-entregue-revitalizada-por-parceria-publico-privada/>. Acesso em: 15 jan. 2019.

ADOÇÃO de espaços públicos revitaliza áreas de Fortaleza: ação renova cenários e dá novos ares a cotidianos de Fortaleza. **Jornal da Construção**, [Fortaleza], n. 3, 2016. Disponível em: <https://sindusconce.com.br/wp-content/uploads/2017/09/ed-24.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

ALVES, Ana Rita. (Pré) textos e contextos: media periferia e racialização. **Revista de Ciências Sociais Universidade de Coimbra**, Coimbra, n. 44, p. 91-107, 2016.

ANGEOLETTO, FABIO et al. The grass is always greener on the other side of the fence: the flora in urban backyards of different social classes. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 1-20, 2017.

ANPOCS. **Portal das Ciências Sociais Brasileiras**. São Paulo: ANPOCS, 2020. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers>. Acesso em: 10 maio 2020.

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2013.

AUÊ FEIRA CRIATIVA. **Comércio local**. Fortaleza, 25 ago. 2019. Instagram: @auefeira. Disponível em: <https://www.instagram.com/auefeira/?hl=pt>. Acesso em: 5 jun. 2020.

AZEVEDO, Sânzio de. **Aldeota**. Fortaleza: Coleção Pajeú Secultfor, 2015.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Esse objeto movimentos urbanos: novas e velhas querelas. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza v. 20/21, n. 1/2, p. 61-72, 1989/1990.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Léxicos urbanos e arenas públicas: observando tempos e espaços no Centro de Fortaleza. **Tempo Social**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 71-90, 2019.

BARREIRA, Irllys; MATTOS A. LIMA, Geísa. “Subversões do olhar: evidências temporais de uma microssociologia dos espaços urbanos”. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 16, n. 69, p. 529-544, set./dez. 2013.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. O raciocínio etnográfico. *In*: PAUGAM, Serge (org.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 185-201.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo**: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERG, Ulla D. *et al.* Racializing affect: A theoretical proposition. **Current Anthropology**, Chicago, v. 56, n. 5, p. 654-677, 2015.

BEZERRA, Leila Maria Passos de Souza. **Pobreza e lugar (es) nas margens urbanas**: Lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

BONNETT, Alastair. “The Metropolis and White Modernity”. **Ethnicities**, London, v. 2, n. 3, p. 349-366, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica do julgamento social. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Tradução de Maria Ferreira; revisão da tradução, Odaci de Coradini. Petrópolis: Vozes, 2011.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **O ofício do sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Vozes, 2004.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CALDEIRA, Júnia Marques. **A praça brasileira**: trajetória de espaço urbano origem e modernidade. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 47, p. 155-76, 1997.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34: Edusp, 2011.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Chicago, v. 8, n. 1, 2010.

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo**: um estudo sobre a branquitude no Brasil. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2014.

CARVALHO, Jader. **Aldeota**. São Paulo: Exposição do livro, 1963.

CERON-ANAYA, Hugo. **Privilege at play**: class, race, gender, and golf in Mexico. Oxford: University Press, 2019.

CERON-ANAYA, Hugo. Not everybody is a golfer: Bourdieu and affluent bodies in Mexico. **Journal of Contemporary Ethnography**, Little Rock, v. 46, n. 3, p. 285-309, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF: v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COROSSACZ, Valeria Ribeiro. Relatos de Branquitude entre um grupo de homens brancos do Rio de Janeiro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n.105, p. 43-64, 2014.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex**: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics [1989]. Routledge, 2018. Disponível em: <https://philpapers.org/archive/CREDTI.pdf?ncid=txtlnkusaolp00000603>. Acesso em: 8 nov. 2020.

CUNHA, Tiago Araújo. **“Em pleno coração da Aldeota”**: usos e conflitos em torno da Praça Portugal. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. A dinâmica do espaço intra-urbano de fortaleza e a formação de “novas centralidades”. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 11., 2005, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: ANPUR, 2004. p. 2-19.

DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. **O Bairro da Aldeota como expressão da dinâmica intra-urbana de Fortaleza**. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

DURHAM, Eunice. A sociedade vista da periferia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 84-99, 1986.

FEIRA CAROÁ. **Feira de comércio justo e sustentável**. Fortaleza, 27 nov. 2019. Instagram: @feiracaroa. Disponível em: <https://www.instagram.com/feiracaroa/?hl=pt>. Acesso em: 13 mar. 2020.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus editora, 1965.

FLANDRIN, Jean-Louis. A distinção pelo gosto. *In*: CHARTIER, ROGER. **História da vida privada, 3**: da renascença ao século das luzes. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. Lazer e consumo cultural das elites. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 1-14, 1988.

FORTUNA, Carlos. Enobrecimento urbano. *In*: CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS – LABORATÓRIO ASSOCIADO UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **Dicionário das crises e das alternativas**. Coimbra: Edições Almeida S.A, 2012. p. 89-90.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. **Segregação racial em São Paulo**: residências, redes pessoais e trajetórias urbanas de negros e brancos no século XXI. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. Segregação racial em regiões metropolitanas brasileiras. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRAS DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), 44., 2020, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPOCS, 2020. p. 1-15.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não-marcada. *In*: SOVIK, Liv; WARE, Vron. **Branquidade**: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 307-338.

FRANKENBERG, Ruth. **White women, race matters**: The social construction of whiteness. Minnesota: U of Minnesota Press, 1993.

FREYRE, Gilberto, **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global Editora, 2003.

GARNER, Steve. The uses of whiteness: What sociologists working on Europe can draw from US research on whiteness. **Sociology**, Durham, v. 40, n. 2, p. 257-275, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIRÃO, Blanchard. **Sessão das quatro**: cenas e atores de um tempo mais feliz. Fortaleza: ABC, Fortaleza, 1998.

GOFFMAN, Erving. **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOMES, Ione Arruda. **Imagens indeléveis**: primeiros contatos com o bairro Aldeota. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

GONDIM, Linda Maria de Pontes; LIMA, Jacob Carlos. **A pesquisa como artesanato intelectual**: considerações sobre método e bom senso. São Carlos: EdUFSCer, 2010.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. **O dragão do mar e a Fortaleza pós-moderna**: cultura, patrimônio e imagem da cidade. Fortaleza: Annablume, 2006.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Perfil municipal de Fortaleza**: tema VII–distribuição espacial da renda pessoal. Fortaleza: IPECE, 2012.

JUCÁ, José Gisafran Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza**. São Paulo: Annablume, 2003.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1980.

LAGES, Mauricio Piatti. **A formação do consumo gourmet no Brasil**: o caso dos cafés especiais e dos corpos que os acompanham. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.

LE BRETON, David. **Antropologia do corpo e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1990.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2006).

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Unicamp, 2007.

LINHARES, Paulo. **Cidade de água e sal**: por uma antropologia do litoral Nordeste sem cana e sem açúcar. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2013.

LOPES, Francisco Williams Ribeiro. **A “Requalificação” do patrimônio**: intervenções, estratégias e práticas na Praça dos Mártires (Passeio Público) de Fortaleza. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

LOW, Setha. Public space and diversity: Distributive, procedural and interactional justice for parks. *The Ashgate research companion to planning and culture*. **Ashgate Publishing**, Farnham, Surrey, v. 6, p. 295-310, 2013.

MACHADO, Eduardo Gomes. Desigualdades e segregações socioespaciais em Fortaleza, Brasil. **O Público e o Privado**, v. 15, n. 30 jul. dez, p. 179-207, 2017.

MACIEL, Louise Claudino. Dos sobrados às casas da *Aurora*: moradia e distinção social na Região Metropolitana do Recife. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2017. p. 1-30.

MAIA, Suzana Moura. Espaços de branquitude: segregação racial entre as classes médias em Salvador, Bahia. **Século XXI Revista de Ciências Sociais**, Santa Maria, v. 9, n. 1, p. 253, 2019.

MANOVICH, Lev. **Instagram and contemporary image**. [S. l.: s. n.], 2017.

MAUSS, Marcel et al. As técnicas corporais. **Sociologia e Antropologia**, [S. l.] v. 2, p. 209-233, 1974.

MENDES, Mariana Fernandes. **A mobilidade territorial dos trabalhadores da construção civil na produção da verticalização no Bairro da Aldeota em Fortaleza**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

MENESES, Maria Paula. Epistemologias do sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 5-10, 2008.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. Etnografia *on e off-line*: cibercafés em Trinidad. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 10, n. 21, p. 41-65, 2004.

MILLS, Charles Wright. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MOLOTCH, Harvey. A cidade como máquina de crescimento: em direção a uma economia política do lugar. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 82, n. 2, p. 309-332, 1976.

MOREIRA, Francisco Giovanni Pimentel. **O Capital imobiliário e a produção urbana de Fortaleza**: estudo de caso para o período de 1950-1970. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

MORRISON, Toni. **Playing in the dark**: Whiteness and the literary imagination. New York: Vintage, 1992.

O BOSQUE que é praça. **Fortaleza nobre**. Fortaleza, [s. n.]. Disponível em: <https://cutt.ly/ifjkr6A>. Acesso em: 15 fev. 2019.

OLIVEIRA SOBRINHO, Afonso Soares de. São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 210-235, 2013.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. Mortes na periferia. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 13, n. 26 jul. dez, p. 269-281, 2015.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. **Contingências da violência em um território estigmatizado**. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) — Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

PALÁCIO Plácido de Carvalho: uma prova de amor. **Fortaleza Nobre**, Fortaleza, [s. n.]. Disponível em <https://cutt.ly/DfjkVIA>. Acesso em: 8 fev. 2019.

PECHMANN, Sérgio. Reformas urbanas e classes dominantes no Rio de Janeiro na virada do século: algumas anotações sobre o debate recente. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 1983, São Paulo. **Anais** [...]. Local, 1983. p. 12-30.

PEIXOTO, Paulo. Requalificação urbana. *In: FORTUNA*, Carlos; LEITE, Rogério Proença (org.). **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Edições Almeida S.A, 2009. p. 41-52.

PEQUENO, Renato. Mudanças na estrutura socioespacial da metrópole: Fortaleza entre 2000 e 2010. *In: COSTA*, Maria Clélia Lustosa; PEQUENO, Renato (org.). **Fortaleza: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2015. p. 187-237.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. From hope to hate: The rise of conservative subjectivity in Brazil. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, Chicago, v. 10, n. 1, p. 21-31, 2020.

PINHO, Patricia de Santana. White but not quite: tones and overtones of whiteness in Brazil. **Small Axe: A Caribbean Journal of Criticism**, Durham, v. 13, n. 2, p. 39-56, 2009.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, p. 59-90, 2002.

PLANTAR, cuidar, regar: uma voltinha pela Praça das Flores. **Somos Vós**, Fortaleza, 06 fev. 2016. Disponível em: <https://www.somosvos.com.br/plantar-cuidar-regar-uma-voltinha-pela-praca-das-flores/>. Acesso em: 15 jan. 2019.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza belle époque: reformas urbanas e controle social, 1860 – 1930**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

RAMOS-ZAYAS, Ana Y. ‘Sovereign Parenting’ in Affluent Latin American Neighbourhoods: Race and the Politics of Childcare in Ipanema (Brazil) and El Condado (Puerto Rico). **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, v. 51, n. 3, p. 639-663, 2019.

RAMOS-ZAYAS, Ana Y. **Parenting empires: Class, whiteness, and the moral economy of privilege in Latin America**. Durham: Duke University Press, 2020.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

ROEDIGER, David R. et al. **The wages of whiteness: Race and the making of the American working class**. London: Verso, 1991.

RUBINO, Silvana. Enobrecimento urbano. *In: FORTUNA*, Carlos; LEITE, Rogério Proença (org.). **Plural de cidades: léxicos e culturas urbanas**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 25-40.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia global**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude e poder: revisitando o “medo branco” no século XXI. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, Guarulhos, v. 6, n. 13, p. 134-147, 2014.

SEIDL, Ernesto. Estudar os poderosos: a sociologia do poder e das elites. *In*: SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor Gastal (org.). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p. 179-226.

SERRES, Michel. **Os cinco sentidos**: filosofia dos corpos misturados. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

DA SILVA, José Borzacchiello. **Fortaleza, a metrópole sertaneja do litoral**. *In*: SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; ZANELLA, Maria Elisa; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade. **Litoral e sertão**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 45-56.

DA SILVA, José Borzacchiello; GONÇALVES, Tiago Estevam. Urbanização e produção da cidade: shopping centers na dinâmica de novas centralidades em Fortaleza-CE. **Geosul**, Florianópolis, v. 27, n. 53, p. 63-88, 2012.

SOUSA, Antônio Fábio Macedo de. **Práticas e percepções juvenis de saúde no contexto da reinvenção dos espaços públicos em Fortaleza**. 2018. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

SOUSA, Antônio Fábio Macedo de; MATTOS, Geísa. Elites nos espaços públicos urbanos: um estudo etnográfico com a classe média no Bairro da Aldeota. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRAS DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), 44., 2020, São Paulo. **Anais [...]**. Paulo Paulo: ANPOCS, 2020. p. 1-20.

SOUZA, Jessé *et al.* **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOVIK, Liv Rebecca. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

TALONE, Vittorio. Evitação e afastamento como dispositivos morais da gramática da desconfiança: uma leitura pragmatista do deslocamento urbano pela 'violenta' cidade do Rio

de Janeiro. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 153-172, 2018.

TELLES, Vera da Silva. A pobreza como condição de vida: família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas. **São Paulo Perspect**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 37-45, 1990.

UMA Capital de encantos e desigualdades. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 13 abr. 2014. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/uma-capital-de-encantos-e-desigualdades-1.995375>. Acesso em: 10 jun. 2020.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME. **State of the world's cities 2010/2011: bridging the urban divide**. Nova York: Earthscan, 2010.

WACQUANT, Loïc. **Body & Soul: notebooks of an apprentice boxer**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

WACQUANT, Loïc. **Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe**. Tradução Angela Ramalho. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WEBER, Max. **Conceitos sociológicos fundamentais**. [S. l.: s. n.], 1999.

WIRTZBIKI, Nicole Rocha. **Um bosque urbano: estudo sobre parâmetros de qualidade urbana em uma praça fortalezense**. 2015. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Design, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

XAVIER, Laymara Sampaio. **Verde para que(m) te quero: análise da relação entre fatores socioeconômicos e a distribuição espacial de praças nos bairros de Fortaleza**. 2020. Monografia (Graduação em Ciências Ambientais) – Instituto de Ciências do Mar, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. *In*: ARANTES, Antônio (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 80-103.